

Fernando Pocahy

Thalles do Amaral de Souza Cruz

Késia dos Anjos Rocha

ENVELHECIMENTO, GÊNERO E SEXUALIDADE

(micro)políticas
em educação e saúde



Fernando Pocahy

Thalles do Amaral de Souza Cruz

Késia dos Anjos Rocha

ENVELHECIMENTO, GÊNERO E SEXUALIDADE

(micro)políticas

em educação e saúde

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P739e

Pocahy, Fernando -

Envelhecimento, gênero e sexualidade: (micro)políticas em educação e saúde / Fernando Pocahy, Thalles do Amaral de Souza Cruz, Késia dos Anjos Rocha. - São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-455-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-455-1

1. Envelhecimento. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4. Educação. 5. Saúde. I. Pocahy, Fernando. II. Cruz, Thalles do Amaral de Souza. III. Rocha, Késia dos Anjos. IV. Título.

CDD 362.63

Índice para catálogo sistemático:

I. Políticas Sociais - Envelhecimento

Simone Sales - Bibliotecária - CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e a autora.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Creative_hat, hanakaz - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Agenda One, Elizeth
Revisão	Maximiliano Kunrath Serôa
Autores	Fernando Pocahy Thalles do Amaral de Souza Cruz Késia dos Anjos Rocha

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 6

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza

Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Domimidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Fernando Pocahy

Késia dos Anjos Rocha

Thalles do Amaral de Souza Cruz

Introdução:

inquietações do presente 10

CAPÍTULO I

Fernando Pocahy

O envelhecimento como política de subjetivação:

intersecções na diferença 17

CAPÍTULO II

Thalles do Amaral de Souza Cruz

O governo dos processos de envelhecimento:

a velhice em disputa 56

CAPÍTULO III

Késia dos Anjos Rocha

Abrir alas à fantasia:

a produção da velhice na literatura infantil 101

Fernando Pocahy

Késia dos Anjos Rocha

Thalles do Amaral de Souza Cruz

Conclusão:

velhos desafios, novas perguntas 149

Sobre os autores e a autora 155

Índice remissivo 157

INTRODUÇÃO: INQUIETAÇÕES DO PRESENTE

Fernando Pocahy

Késia dos Anjos Rocha

Thalles do Amaral de Souza Cruz

O envelhecimento populacional é atualmente um dos principais desafios para a sociedade brasileira. Atingimos marcas compatíveis com países que há muito já fizeram sua transição demográfica e, nas últimas décadas, apresentamos indicadores de expectativa de vida que se assemelham a lugares do mundo tidos como desenvolvidos. Mas, infelizmente, ainda não estamos preparados/as para essa nova configuração do marco populacional. O país guarda muitas desigualdades e, entre elas, os obstáculos ao direito à vida longa — o que pressupõe amplas políticas para todos os ciclos vitais —, pois este não está garantido a toda a população (notadamente à população negra, indígena e a pessoas trans). Disparidades raciais, de gênero, orientação sexual e de classe conformam distintas formas de envelhecer no país, evidenciando problemas estruturais crônicos.

Os dados do IBGE (apresentados ao longo desta publicação) ilustram diversas iniquidades sociais, especialmente relacionadas ao gênero, à classe social e à raça. Mulheres cisgênero¹ vivem, em média, mais do que homens cisgênero; porém, em situações de adoecimento e precarização pronunciados. Pretos/as e pardos/as

1 Cisgênero (ou cis) é a pessoa cuja identidade de gênero está alinhada ao sexo atribuído no nascimento, ou seja, reconhece-se com o gênero que lhe foi designado (homem ou mulher). O prefixo "cis", do latim, significa "do mesmo lado", em oposição a "trans", que indica "além" ou "do outro lado". A generalização dessa experiência (cis) como norma social dá origem à cisnormatividade (ou cisnorma), isto é, a suposição de que todas as pessoas são, ou deveriam ser, cisgêneras — o que contribui para a invisibilização, marginalização e violência letal contra pessoas trans e não binárias.

apresentam piores indicadores de longevidade. A pobreza atravessa essas desigualdades: mulheres recebem salários menores do que os homens, assim como pessoas pretas e pardas ganham menos do que pessoas brancas. Na velhice, essas diferenças se tornam ainda mais dramáticas. Além disso, pessoas pertencentes a grupos minoritários frequentemente não conseguem cumprir os critérios exigidos para aposentadoria e, quando conseguem, recebem benefícios mínimos.

Outro ponto que marca a diferença nos processos de envelhecimento está igualmente articulado aos marcadores sociais acima, expressando-se mais evidentemente em diferenças regionais. Estados do Norte e do Nordeste possuem uma expectativa de vida menor, ao mesmo tempo que apresentam um número maior de jovens e crianças. Mas, mesmo no âmbito de regiões historicamente mais favorecidas, como a Sul e a Sudeste, também percebemos desigualdades de gênero, raça e classe social impactando negativamente a expectativa de vida de determinados estratos da população.

Ainda que o país seja signatário de acordos internacionais e tenha proposto marcos legislativos para a garantia de vida da população idosa, muitos são os desafios na implementação de ações e programas que acolham a pluralidade das experiências da velhice e abarquem os desafios da desigualdade. Apesar de políticas públicas universais importantes, como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, e marcos orientadores, como o Estatuto da Pessoa Idosa, a efetiva garantia de proteção social e cuidado carece de articulações intersetoriais e problematizações interseccionais.

Entre esses pontos críticos estão aqueles endereçados à educação. Tanto os documentos internacionais quanto os marcos legais nacionais explicitam a necessidade de articular o tema do envelhecimento em diferentes níveis de ensino, além da proposição de ações educativas amplas para o enfrentamento da discriminação e das violências contra idosos/as. No caso brasileiro, tanto a Política

Nacional do Idoso quanto o Estatuto da Pessoa Idosa apontam essas demandas. No entanto, elas ainda não configuram o mínimo compromisso (ou entendimento) do campo educacional, questão negligenciada e relegada a nota de rodapé em documentos como a Base Nacional Comum Curricular.

Diante disso, nossos esforços nesta publicação articulam problematizações sobre as formas contemporâneas do governo da velhice, observando interfaces na educação e na saúde. Em nossas frentes analíticas, apostamos na verificação dos principais compromissos do Estado frente à velhice, observando o modo como os sujeitos idosos passam a ser interpelados por programas e ações estatais. Também buscamos mapear movimentos e práticas na cultura que passam a inscrever a velhice no imaginário social, operando como tentativas de condução das condutas e entendimentos sobre a velhice e o envelhecimento.

Esta publicação é fruto de esforços coletivos em torno de um programa de estudos e pesquisas que vimos articulando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Com o apoio do CNPq e da FAPERJ, assumimos compromissos em compreender como determinadas redes enunciativas articuladas na produção da vida longa evocam e/ou situam o campo educacional (e os seus significantes) como tecnologia de governo. Partimos da premissa de que as proposições e recomendações globais para o envelhecimento (ativo e saudável) não encontrariam pronta correspondência nas traduções culturais e aplicações geopolíticas que orientam, uma vez verificadas as condições da vida social de cada lugar (país, região, cidade) e marcadores de diferença (particularmente gênero, raça e sexualidade) entre suas populações.

O projeto guarda-chuva, intitulado “Educação para a vida longa: (des)articulações na diferença” (CNPq/FAPERJ) e coordenado

por Fernando Pocahy, atualmente é composto por outros dois subprojetos de pesquisa (em nível de pós-doutorado)², igualmente financiados por agências públicas de pesquisa. Késia dos Anjos Rocha coordena o projeto “Velhice e envelhecimento: uma análise interseccional a partir dos artefatos culturais que atravessam as infâncias” (financiamento FAPERJ); Thalles do Amaral de Souza Cruz é responsável pelo projeto “Pedagogias culturais em intersecções com a diferença: uma análise a partir de programas e ações para a pessoa idosa no Rio de Janeiro” (financiado pelo CNPq e pela FAPERJ). Esse arranjo nos permitiu traçar homologias sobre perspectivas por onde a velhice, o envelhecimento e a longevidade se estabelecem como políticas de subjetivação. Os resultados dessas aproximações se encontram espelhados neste livro, compondo um plano analítico situado em interesses interseccionais e comprometidos com as amplas frentes do campo de problematizações educacionais e na saúde.

No capítulo de Fernando Pocahy, o envelhecimento emerge como uma condição complexa preponderante nas sociedades contemporâneas, enredado por multifacetadas desigualdades sociais. O autor analisa as disparidades na expectativa de vida que permeiam diferentes regiões do Brasil e segmentos sociais, evidenciando a velhice como uma construção social moldada por fatores interseccionais como gênero, orientação sexual, raça e classe. Essa perspectiva sugere que a longevidade não se limita a aspectos biológicos, mas resulta de um entrelaçamento de dimensões socioeconômicas e culturais.

Pocahy propõe que a educação se configure como uma ferramenta primordial para promover não apenas uma vida longa, mas digna, e critica as políticas públicas em sua necessidade de serem

2 Além desses dois projetos, incluem-se, nesse programa de pesquisa, trabalhos de iniciação científica, mestrado e doutorado. Com isso, destacamos nossos esforços para articular a pesquisa sobre o envelhecimento em interseções na educação e(m) saúde.

mais inclusivas e intersetoriais, reconhecendo a pluralidade das experiências de envelhecimento, especialmente entre populações marginalizadas, como a LGBTQIA+³ e grupos étnico-raciais. O capítulo salienta a urgência de um diálogo contínuo entre as políticas de envelhecimento e os direitos de cidadania com o intuito de assegurar uma vivência plena e dignificada para todos os indivíduos idosos.

No capítulo de Thalles Cruz, acompanhamos uma análise de como certa produção biopolítica molecular em torno da velhice e do governo da longevidade se (des)articula à racionalidade neoliberal, a partir da noção de agenciamento coletivo de enunciação. Para isso, o autor voltou o seu olhar para os acontecimentos do cotidiano, o acompanhamento de uma roda de conversa realizada pelo Grupo Arco-Íris, voltada para população LGBTI+ 40+, e para as ações e políticas de órgãos públicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro direcionadas à população idosa — postadas em seus perfis institucionais na rede social Instagram (entendendo-os como produtores de pedagogias culturais e subjetividades articuladas ao dito “envelhecimento saudável”).

Cruz aponta como, em certa pedagogia cultural atual, se disputam os sentidos dos dispositivos da velhice e da idade, tentando hegemonizar uma noção de velhice ativa, saudável, aprimorada, funcional e produtiva, entendida como sinônimo de qualidade de vida, cara à racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo que se

3 No curso deste livro, para uso amplo, parametrizamos a sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outros), acompanhando marcos políticos e regulatórios como o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+) e a Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (que em 2025 chega a sua quarta edição). No entanto, quando nos referimos a textos e documentos específicos, replicamos a grafia da sigla como consta neles. O uso dessas categorias assume aqui contornos políticos situados a partir das significações em torno do gênero e da sexualidade que se oferecem na cultura. Em algumas situações, optamos pelos referentes “dissidências sexuais e de gênero” ou “população sexogenerodiversa”, reportando-nos não propriamente a categorias identitárias, mas aos processos políticos, epistemológicos e culturais que demarcam posições de sujeito.

produz uma certa invisibilidade das velhices dissidentes, como as LGBTQIA+, as com deficiências e as racializadas. O autor frisa que continua sendo uma tarefa social urgente a desconstrução da hegemonia dos discursos biomedicalizados em relação ao governo da velhice e também de uma noção universalizante dos processos de envelhecimento. Assim, a partir de uma perspectiva interseccional, pode-se criar uma nova pedagogia cultural e uma nova ética que coloquem em xeque a ancoragem do ideal regulatório na saúde na produção de si.

No capítulo de Késia dos Anjos Rocha, a autora discute o papel dos artefatos culturais na produção/criação de imagens e concepções sobre a velhice e o envelhecimento. Somos convidadas/os a percorrer as rotas de sua curadoria literária e, nessa aventura, nos deparamos com diferentes representações das velhices e dos processos de envelhecimento. A curadoria literária reuniu 29 obras de literatura, a maioria de nacionalidade brasileira, fazendo ecoar múltiplas vozes e imagens de pessoas idosas a partir do encontro entre realidade, memória e ficção. A análise se empenha em demonstrar como diferentes eixos de divisão social, como gênero, sexualidades, raça/etnia, classe e localidade, se articulam com a velhice e, muitas vezes, instituem verdades e ideais universais sobre o envelhecer. Se, por um lado, muitas obras produzem histórias únicas sobre o que poderia ser uma pessoa idosa, também é possível encontrar as *velhices outras*, aquelas que dançam fora do compasso da norma.

Késia nos convida a um movimento analítico que aposta na arte como uma tecnologia político-teórico-metodológica de criação de outros/novos paradigmas, sobretudo nas cenas dos cotidianos educativos. A autora chama a atenção para aquilo que está aparente nas obras, mas nos provoca a olhar também para o mapa de ausências que atravessa os subtextos das narrativas.

Movimentos contraimaginativos podem ser produzidos quando (re) contamos nossas histórias; essa é uma possibilidade que a escrita oferece, uma chance de alargamento do real. Nesse sentido, assim como nos anteriores, o terceiro e último capítulo deste livro também investe e olha para as práticas educativas como cenários ativos e criativos na produção de contradiscursos, abrindo espaço para a criação/invenção de novos/outros saberes sobre o que é/seria envelhecer.

Esperamos que este livro contribua no adensamento das questões e dos problemas já postos nas agendas de pesquisa sobre a velhice, o envelhecimento e a longevidade em sua interface com a educação e com a saúde. Mas, além disso, desejamos que esta escrita possa lançar novos/outros olhares e entendimentos sobre o tema/problema a partir de uma mirada interseccional e intersetorial. Frente às transformações sociais que decorrem da maior longevidade da população brasileira e de outras questões sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas, acreditamos que ampliar as perguntas, as agendas de pesquisa e os debates sobre as demandas por maiores investimentos nas políticas públicas seja um chamado coletivo, colaborativo e urgente.



Fernando Pocahy

**O ENVELHECIMENTO
COMO POLÍTICA DE
SUBJETIVAÇÃO:
INTERSECÇÕES NA DIFERENÇA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-455-1.1

NO RASTRO DE UMA VIDA LONGEVA

Em várias nações ao redor do mundo, tem-se observado notável aumento na expectativa de vida, significando importante crescimento da população idosa. Acompanhado da redução das taxas de natalidade, esse panorama aponta para reconfigurações na pirâmide demográfica: mais pessoas idosas, menos crianças e jovens. A velhice, o envelhecimento e a longevidade tornaram-se, portanto, desafios sociais, políticos e culturais, impondo a alguns Estados-nação a elaboração de respostas intersetoriais fundamentadas em bases analíticas interseccionais para o equilíbrio das novas demandas. Afinal, o aumento nos indicadores de longevidade não se traduz, necessariamente, em igualdade dentro dos próprios territórios nacionais; persistindo iniquidades significativas relacionadas a marcadores sociais — como raça, gênero e classe social —, nem todas as pessoas possuem/possuirão o direito ao envelhecimento e a uma vida digna com a chegada da velhice.

No caso brasileiro, podemos afirmar que somos uma nação que envelhece a passos largos. Porém, não de forma igualitária: as regiões Sul e Sudeste guardam melhores índices de expectativa de vida e maior contingente de população idosa, enquanto o Nordeste e o Norte, sobretudo, não oferecem as mesmas condições para uma vida longa. Tais indicadores informam a persistência de desigualdades socioeconômicas estruturais entre as regiões. Noutra direção, mas não diametralmente oposta, dados oficiais apontam que povos originários e afrodescendentes possuem menor expectativa de vida (Belandi; Gomes, 2023); pobres não possuem a mesma garantia de envelhecer que pessoas de classe média e alta (Marins, 2023); e, por fim, no país que mais mata pessoas trans e travestis, um contingente populacional significativo tem a perspectiva da longevidade ameaçada — especialmente entre pessoas transgênero pretas e pardas (Benevides, 2023).

Muitos são, portanto, os desafios a partir dos novos cenários demográficos, uma vez que complexas e ainda irresolutas são as demandas sociais que derivam do aumento da população idosa e da menor participação de adultos/as jovens no cálculo da proteção social e previdenciária. Os obstáculos que as sociedades vivenciam para garantir à população longevidade com qualidade de vida e dignidade constituem preocupações urgentes e centrais para o debate sobre o estado democrático de direito.

Cuidado, proteção social e previdência são algumas das mais importantes balizas para uma vida idosa. Em uma dimensão em particular, talvez a mais difícil de enfrentar, o diagnóstico de Camarano (2023, p. 50) é pertinente: o “número de idosos brasileiros que deverão necessitar de cuidados prolongados poderá crescer entre 61% e 77% entre 2010 e 2030, e que os homens e as mulheres deverão passar 4,2 e 4,7 anos, respectivamente, demandando cuidados de longo prazo”. Isso significa a necessidade de implementação de políticas específicas no âmbito do cuidado e da proteção social, ainda pouco incorporadas à governança nacional, políticas essas que passam, ainda, por substanciais problemas na formação de profissionais habilitados/as às diversas frentes do trabalho com pessoas idosas.

A equação acima é complexa, pois o investimento no familismo como política para a menor presença do Estado (e aqui a sobrecarga e fixação das mulheres na responsabilidade do cuidado⁴) e, de outra parte, a razão de dependência, informada pelos marcadores demográficos que apresentam a redução de parcelas de jovens (potenciais cuidadores/as das gerações mais velhas), refletem o escopo atual da participação estatal para a atenção especializada e aporte previdenciário. Diante de um cenário que apresenta aumento de idosos/as e redução da população menor de 30 anos, a razão socioeconômica se antecipa frente a outras problematizações. De forma a centralizar os debates, como afirma Fonte (2002, p. 2): “com o crescimento numérico deste grupo social, ocorre o aumento das demandas sociossanitárias e o questionamento do atual modelo de equilíbrio da Previdência Social”.

4 Felizmente, já se observa, no país, movimentos importantes na organização social e política do cuidado, com a sanção da Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069, de dezembro de 2024), cujo objetivo é garantir o direito ao cuidado de forma integral e progressiva, promovendo políticas públicas e ações setoriais que assegurem qualidade, autonomia, reconhecimento e inclusão social tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado, além de incentivar a corresponsabilidade, o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores e a redução das desigualdades estruturais no cuidado (Brasil, 2024a). O pacto amplo prospectado nessa política promete ultrapassar a responsabilidade familiar, ainda que esta não tenha sido superada ainda em outras políticas; de toda sorte, vale destacar o artigo 2º: “A Política Nacional de Cuidados é dever do Estado, compreendidos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências e atribuições, em corresponsabilidade com as famílias, o setor privado e a sociedade civil” (Brasil, 2024a). A orientação da Política traz importantes desafios, como a integralidade do cuidado, a transversalidade, a intersetorialidade e a articulação interfederativa, pontos que requerem amplo debate e disposição política, elementos estruturais da ação. De toda sorte, vale destacar a incidência da política diante das iniquidades produzidas em torno dos marcadores da diferença, especialmente quando assume como diretrizes, entre outras, “V - a simultaneidade na oferta dos serviços para quem cuida e para quem é cuidado, reconhecida a relação de interdependência entre ambos; IX - a formação continuada e permanente nos temas de cuidados para: a) servidoras e servidores federais, estaduais, distritais e municipais que atuem na gestão e na implementação de políticas públicas; b) prestadores de serviços que atuem na rede de serviços públicos ou privados; e c) trabalhadoras e trabalhadores do cuidado remunerados e não remunerados, incluídos os familiares e comunitários; e X - o reconhecimento e a valorização do trabalho de quem cuida e do cuidado como direito, com a promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres, respeitada a diversidade cultural dos povos” (Brasil, 2024a).

Esse ponto nos parece central para o desenvolvimento deste capítulo. Assim, nem tanto discutiremos os sentidos da velhice e do envelhecimento (embora implícitos) quanto nos ocuparemos do modo como se pode pensar sobre as formas de governo para que se alcance — ou se tenha direito a — uma vida longa. Nossos esforços concentram-se em miradas sobre o campo educacional (abrangendo, por vezes, referências à educação básica e ao ensino superior), mas também se abordam conjuntos de práticas sociais e culturais mais amplas — que integram as formas discursivas e não discursivas de governo e autogoverno da população —, como o são as pedagogias culturais, por exemplo.

Estamos atentos/as ao fato de que os sentidos e as condições singulares sobre a velhice encontram-se em disputa, interpelados por diferentes discursos, como observa Fonte (2002, p. 13): “por um lado, estimulam a autoestima e a capacidade das pessoas idosas, destruindo os estereótipos anteriores de incapacidade; por outro, cria uma certa responsabilidade e obrigação por parte deste grupo social de buscar sua sobrevivência independente dos recursos públicos”. Desse modo, refletiremos sobre as políticas públicas e igualmente sobre as formas cotidianas de pensar-praticar a velhice e a vida longa, a partir de racionalidades de governo, ponderando sempre o impacto do neoliberalismo na condução de condutas das populações. Ao mesmo tempo, consideramos como, efetivamente, os sujeitos se movem diante dessas interpelações de governo — como criam modos de conduzir a si mesmos/as na experiência da longevidade.

Nessa perspectiva, nos aproximamos da ideia de políticas públicas como tecnologias de subjetivação. Os modos como nos autoconstituímos a partir de determinantes políticos e culturais, como leis, acordos, formas de governo, convenções, sentidos e significados partilhados na cultura configuram processos de subjetivação. Essa ideia surge de leituras foucaultianas, especialmente quando o filósofo francês nos aponta para as formas de governo da

vida (Foucault, 2008a, 2008b, 1999), afirmando que estas envolvem práticas sistemáticas que promovem um saber racional sobre as entidades governadas.

O foco, com isso, não é moldar diretamente as ações dos indivíduos (ao menos nem sempre), mas influenciar indiretamente as opções disponíveis para os/as atores/atrizes que são o alvo do governo (Lemke, 2017). Acompanhando essa reflexão, o governo da vida longa se constitui como uma baliza para os modos de vida (como vivemos todos os ciclos vitais, o curso da vida); entre eles, a maneira como vivemos a velhice e como a conduzimos. É importante afirmar aqui que, nesse caso, estamos diante de ideais regulatórios sobre o envelhecer.

Além da interpelação de discursos a que nos movimentamos em um determinado caminho — público ou pessoal (este efetivamente também político) —, há igualmente a relação que estabelecemos com nós mesmos — no sentido de agências (modos de agir) que correspondem às possibilidades de cada um/a de se conduzir a partir de seu desejo/vontade e das margens de liberdade que lhe são apresentadas na vida. Reinterpretando essa ideia, podemos dizer que alguém é interpelado/a como idoso/a em determinado marco legal (no Brasil, aos 60 anos) e, a partir disso, responde como um indivíduo que negocia com os determinantes sociais e culturais que configuram dada forma com que se concebe a velhice – e a vida.

É importante destacar que o governo para uma vida longa se inicia já na gestação e se espraia em todas as etapas da vida. No entanto, é preciso questionar quais são as vidas passíveis de serem governadas, quais vidas são consideradas *vivíveis*. O marco legal (da regulação etária) ou as leituras biomédicas não são garantias de explicação sobre o envelhecimento. Como nos aponta Neilson (2019, p. 20), o envelhecimento “é um processo multidimensional, com efeitos múltiplos e entrelaçados nos planos biológicos, socioculturais, políticos e econômicos”.

Podemos considerar que as formas como alguém responde a uma interpelação sobre a velhice se dá em termos performativos, isto é, como um efeito de efeitos discursivos: tudo aquilo que se pode dizer de uma rede de enunciados que antecede a percepção mesma do sujeito sobre o que ele é ou faz — performa. Essa rede discursiva é fundamentalmente produzida no social, entremeada entre as formas de governo e as particularidades socioculturais, estabelecendo a velhice como uma condição dependente de contexto (Meyer, 2012). Atrelada a essa rede, os sujeitos se movem em sentidos contingentes (articulados a partir de determinantes biosociopolíticos e culturais), respondendo de forma singular, ainda que interpelados a respostas universais.

O conceito de performatividade, no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade (notadamente o que se definiu como estudos *queer* ou teoria *queer*), foi amplamente abordado por Judith Butler (2003, 2004). Acompanhando suas apostas, partilhamos do entendimento de que os muitos atos de linguagem que operam de forma a produzir (e oferecer) o sentido de realidade (ou que forjam/ficcio-nam/fabricam e orientam sentidos e verdades) a determinadas coisas (aqui, notadamente, o gênero e a sexualidade) constituem-se não naquilo que o sujeito faz, mas potencialmente naquilo que definiria a noção mesma de sujeito, naquilo que antecede sua existência e, conseqüentemente, que o/a levaria a agir de determinadas maneiras.

A ideia de performatividade passa a ser produtiva aqui, especialmente porque entendemos que o modo como os sujeitos se relacionam com a velhice é marcado por representações que se distribuem em vários âmbitos sociais — científico, jurídico, médico, legislativo — e culturais, uma vez que os significados e sentidos que os sujeitos dão a alguma forma de vida são compartilhados por diferentes maneiras, como ideias comuns de uma dada comunidade e dos artefatos da cultura (que, no sentido amplo, se movem e cruzam fronteiras de classe e território, por exemplo, filmes, novelas e campanhas publicitárias que atingem diferentes grupos sociais).

É oportuno destacar neste momento os termos de Neilson (2019, p. 30): “o envelhecimento acontece em contextos socioculturais, econômicos e políticos que interagem uns com os outros de maneiras complexas que, por sua vez, reagem em processos biológicos para moldar a condição do corpo ao longo do tempo”.

Antes de prosseguir, é importante apresentar a distinção que fazemos entre velhice, envelhecimento e vida longa, como possibilidade de ampliarmos a reflexão sobre o objeto deste trabalho, algo que vem orientando nossos estudos e pesquisas. A velhice, para nós, corresponde ao estatuto social e cultural que reserva aos sujeitos um lugar na sociedade, caracterizado pelo regime de inteligibilidade próprio de cada região/lugar — aquilo tudo, em termos de interpelações discursivas e não discursivas, que determina quem é velho/a para uma dada sociedade e quais são as suas possibilidades no mundo (incluindo-se aqui os marcos legais, mas não apenas esses, como definidores do marco regulador da velhice). Por outro lado, pensamos que o envelhecimento aponta para um processo mais amplo, envolvendo as transformações biopsicossociais relacionadas a um ciclo de vida, seus efeitos corporais e as formas de circulação desses sujeitos tanto em âmbito social como na vida privada (especialmente ao constatar a necessidade de cuidados permanentes ou a participação financeira de idosos/as em suas famílias). Por fim, nossa ideia de vida longa se refere ao conjunto de práticas socioculturais e de governo que estabelecem as condições para a ampliação da expectativa de vida de uma população — tudo aquilo que garante que uma vida possa ser vivida e alcançar a velhice. Em nosso entendimento, os três processos estão articulados, correspondendo ao modo como produzimos condições de vida para as diferentes velhices, modos de envelhecimento e condições para a longevidade.

O argumento de Neilson (2019) é providencial nessa problematização, particularmente quando afirma que o envelhecimento é muitas vezes visto como um processo biológico evidente, mas que as variações socioculturais na maneira como envelhecemos mostram que esse fenômeno envolve fatores além dos fisiológicos.

O envelhecimento interage com a globalização em um nível material — demonstrando “fiscalidade social” —, uma vez que os sistemas globais operam cada vez mais na financeirização da vida, através de fundos previdenciários e seguros de vida, e na autogestão dos riscos de se envelhecer mal, sem saúde, e malsucedido.

Diante do exposto, nos ocuparemos em revisitar algumas das políticas educacionais e práticas culturais envolvendo a formulação de pedagogias para a condução de uma vida longa. Interessa-nos analisar algumas das formas pelas quais os sujeitos são interpelados a se reconhecerem como idosos/as, ao mesmo tempo que nos interessa compreender os modos como se dão as tentativas de governo da velhice. Para isso, no entremeio da discussão, examinaremos as condições para que alguém possa alcançar uma vida longa, questionando quem terá direito à velhice e sob quais condições.

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A fim de se fixarem os significados da velhice e bem governar determinada população, dita idosa, estabeleceram-se (e continuam a se estabelecer) meios específicos, alguns planejados, outros espontâneos (contingenciais), que incidem sobre os modos como os sujeitos se movem na vida e como passam a compreender a si mesmos/as. Práticas de condução de condutas forjadas em campos/planos estratégicos como a ciência, a política social e a arte, na cultura e nas tecnologias de governo, ocuparam (e ainda ocupam) centralidade nesses processos, acionando (in)inteligibilidades e produzindo sentidos não apenas para a velhice e o envelhecimento, mas para todo o/a humano/a dito/a (in)viável e (im)possível (Butler, 2005).

Porém, a instabilidade própria das circunstâncias e os conflitos que ocorrem no interior de uma prática ou relação social qualquer nos permitem suspeitar de uma identidade (fixa) ou mesmo

uma “cultura do envelhecimento”, sugerindo que os significados que aí se engendram não são algo tão facilmente partilháveis, tampouco perenes. Desconfiamos que há mais esforços (pedagógicos) envolvidos na fixação desse marcador de diferença do que propriamente elementos para a taxonomia geracional e a pronta partilha das representações sobre a velhice, o que nos faz afirmar a ideia de múltiplas formas de envelhecer e experimentar esse processo.

Se há algo de permanente na cultura (do envelhecimento), isso são as suas lutas internas, a constante disputa diante dos meios de produção e circulação de seus significados. Os modos como os sujeitos aprendem a (re)conhecer a si mesmos e o mundo em que vivem constituem, ao menos para nós, uma das possibilidades de alargamento das formas de compreensão sobre as posições de sujeito que daí emergem ou que se circunscrevem/inscrevem na/com a cultura e como elas se articulam a determinadas formas de governo da população. São, portanto, as estratégias e maneiras de se (auto)conduzir no interior da experiência da velhice que nos permitem apostar em uma agonística social e cultural da longevidade, balizada por biopolíticas (Foucault, 1999) que são sempre dependentes de contexto (como já afirmamos mais acima) — algumas delas atravessadas por fluxos políticos globais, que incidem sobre realidades locais.

O que se configura como velhice e os significados a ela atribuídos na contemporaneidade vêm sendo historicamente constituídos e em constante possibilidade de litígio cultural e social — afinal, não nos faltam, na atualidade, formas distintas de expressar a velhice e contrastar estilos e modos de vida, estabelecendo dissensos e contrapontos. Para entender o que hoje se coloca sobre essa fase da vida, é preciso pensar nas condições de possibilidades para que a velhice fosse assim designada e classificada, e para que determinados sujeitos passassem a compor esse grupo, juntamente com o indicador de longevidade. Alguns aspectos, dentre muitos relacionados à velhice, evidenciam a cadeia enunciativa que cerca a experiência de êxito diante da longevidade, mediada por diferentes agentes

políticos-científicos-sociais, como o envelhecer bem, centrado na produção de um envelhecimento ativo e autorresponsável.

Em uma aposta ampla, porém incompleta, destacamos alguns dos pressupostos da racionalidade neoliberal como articuladora dos processos supracitados. Conjurando a imposição de regimes de austeridade, limites da presença do Estado e esvaziamento da propriedade social (Castel, 1997) à responsabilização pela própria vida e saúde (Meyer, 2003), o governo das populações, nessa racionalidade, opera fundamentalmente de modo a dispensar o Estado de suas responsabilidades. Essa visão pode ser melhor explicitada na figura do indivíduo empreendedor de sua própria vida e da velhice como resultado de infinitas formas de investimento e (auto-)securitização.

A emergência de discursos de ódio e o incremento do desprezo pela velhice (especialmente na intersecção com alguns marcadores da diferença), por exemplo, são algumas das evidências desse jogo performativo, especialmente por apontarem para certo “fracasso” na economia do eu. Porém, as significações da velhice e sua articulação com os processos de envelhecimento não se definem de forma independente e tampouco são sujeitadas unicamente a uma racionalidade político-econômica. Elas operam em articulação com a cultura, favorecendo maior ou menor aderência ao discurso que as intenta governar (ou conduzir seu campo de atuação), atendendo de forma mais ou menos aderente ao cálculo neoliberal que atribui valor de investimento à diferença. Nessa perspectiva do investimento do eu, nos questionamos quem seriam os sujeitos habilitados a essa disposição: não serão aquelas/es que, marcados/as no avesso da norma heterocisgênera e branca empreendedora de si, não seriam os/as menos favorecidos/as economicamente. Segundo Brown (2017, p. 36), “[...] a racionalidade neoliberal dissemina o modelo do mercado a todas as esferas e atividades — configura os seres humanos de modo exaustivo como modelos do mercado, sempre, unicamente e em todas as partes como *homo aeconomicus*”.

A velhice não é uma categoria plena de sentidos ou significados, pois esses não estão completos; não são perenes, fixos. Ao contrário. Como vimos afirmando, eles são produzidos e marcados de acordo com cada época e lugar e com a incidência maior ou menor de um ou outro marcador de diferença, como gênero, sexualidade, raça, idade, deficiência, pertencimento religioso, escolaridade, condições socioeconômicas, etc. Para Neilson (2019, p. 43), “falar da substância ontológica da vida é colocar a ênfase na imanência e na experiência: é abordar o processo de envelhecimento como uma experiência comum e um processo criativo que se desenvolve em circunstâncias socioculturais, econômicas e políticas contingentes”. Isso nos permite reafirmar a velhice enquanto categoria política e cultural, podendo ser compreendida tanto por meio dos movimentos engendrados em sua fixação como por aqueles que, no avesso da norma, instauram dissidência aos seus significados, ao modo como jogamos com os jogos de verdade em torno de uma vida dita (in)viável e (im)possível de ser vivida (especialmente nos termos de uma longevidade saudável e exitosa).

A problemática da verdade (e dos jogos de verdade) pode ser acompanhada na obra de Michel Foucault a partir das análises que produziu sobre domínios políticos-econômicos-e-epistêmicos específicos que estabelecem as balizas para a constituição de si, isto é, os modos e meios pelos quais se estabelecem o verdadeiro e o falso sobre algo ou alguma coisa e como se constituem, a partir disso, regimes de inteligibilidade e autointeligibilidade. Os modos pelos quais nos tornamos sujeitos de/em um determinado discurso-prática social-cultural estão relacionados à razão de sua época — aos seus regimes de veridicção.

As pesquisas de Foucault debruçaram-se sobre os domínios do saber, na medida em que estabelece o sujeito como objeto/algo a ser conhecido; o domínio do poder, através das práticas-saberes que incidem sobre o corpo — conhecido/identificado e marcado na diferença: louco/a, trabalhador/a, criança, velhos/as, etc., matéria de

correção e punição —; e o plano da ética, como experiência por meio da qual o sujeito se constitui através da problematização dos modos de existência, ou como se relaciona diante de um determinado conjunto de regras e convenções, moralidades, que o interpelam desde uma dada posição (humano, desviante, cidadã[o]...).

Portanto, estamos convencidos/as de que os significados para a velhice não descansam nos atributos e capacidades físicas. Por certo são partilháveis entre muitos/as e as suas próprias definições e marcos de inteligibilidade estão constantemente sendo veiculadas em distintas instâncias culturais. Mas muitas dessas formas de representação vêm sendo cada vez mais questionadas. Algumas delas borram-se face às fronteiras do corpo que se expandem com novas tecnologias, práticas culturais, políticas etc. (como na saúde sexual e reprodutiva, na saúde em geral, nas modificações corporais, na relação com as cidades e as tecnologias). E se podemos afirmar que esses significados não estão totalmente dados, igualmente se poderia dizer que eles são disputados no interior de cada cultura e sociedade entre sujeitos interpelados na posição do envelhecimento, entre sujeitos que produzem políticas e práticas para esses e entre sujeitos que produzem conhecimento sobre o envelhecimento.

Nós nos constituímos como sujeitos reconhecidos(as) socialmente não unicamente pela materialidade visível de nossos corpos, mas pelo traçado discursivo (compostos de redes de enunciados) que ficciona o corpo como matéria de inteligibilidades — aquilo tudo que marca a diferença, inscrevendo sobre o corpo representação e ideais regulatórios. Logo, se interrogamos os sistemas/regimes de verdade, interrogamos sobre a nossa própria “constituição e ontologia” (Butler, 2005), sobre nosso próprio *status* ontológico. Assim, ao dirigirmo-nos a alguém que está sobre a insígnia (oficial ou não) da velhice ou ao produzir conhecimento sobre o envelhecimento, isso deve ser pensado também como um modo de produzir sentidos, operando nas (in)definições da própria diferença, da velhice.

Ao se forjar uma figura razoavelmente localizada em uma representação, tal qual a de “o(a) idoso(a)”, ou “a criança” e “o(a) jovem”, devemos ponderar os riscos de um governo dessa população, no sentido da tentativa de condução arbitrária das condutas dos indivíduos, sem considerar suas reais condições de vida, suas marcas, o que os compõe. Como afirmam algumas teóricas feministas, sobretudo em crítica ao feminismo ocidental e liberal, ao falar de gênero (e acrescentamos aqui as faixas geracionais), estamos também produzindo-o (Oyěwùmí, 2017). Ao falar da velhice, também estamos fabricando-a. Mas, afinal, de qual velhice estamos falando e de qual envelhecimento tratam as políticas públicas? Quais vidas importam e podem alcançar a longevidade (com dignidade e garantia de direitos)? Quais imagens possíveis do envelhecimento povoam nossos imaginários, orientam nossas vidas e refletem a cidadania?

(DES)ARTICULAÇÕES NA DIFERENÇA: VELHICES INVISÍVEIS

Um importante aspecto para compreender a velhice e os processos de envelhecimento na atualidade corresponde à intersecção entre marcadores sociais da diferença, além da verificação das condições socioeconômicas e territoriais que incidem sobre a longevidade. Como informam Powell e Halsall (2015), a influência das principais variáveis sociais, como classe, raça e gênero, continua a mostrar um impacto diferencial na morbidade e nas condições limitantes adquiridas, bem como na expectativa geral de vida. Portanto, interseccionar as posições de sujeito nos permite “apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais, através de uma abordagem integrada. Ela [a interseccionalidade] refuta a partição e a hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social [...]” (Bilge, 2009).

A perspectiva da articulação entre marcadores da diferença nos oferece, sobretudo, condições para avaliarmos as distintas condições de vida que definem a experiência do envelhecimento.

De alguma forma, já expusemos os efeitos das normas sociais sobre a expectativa de homens e mulheres; no entanto, esta ainda é uma dimensão pouco problematizada, afinal, quando os indicadores sociodemográficos apontam para homens e mulheres, eles estão se referindo unicamente a pessoas cisgêneras — aquelas cujo gênero corresponde, socialmente, ao sexo do nascimento — e heterossexuais. Do outro lado estarão não apenas as pessoas trans, cuja ausência de referências sobre a expectativa de vida ainda é uma incógnita⁵, mas também de pessoas cisgêneras cuja orientação sexual não corresponde ao domínio da heterossexualidade.

A Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, cujos dados foram coletados em 2019, avaliou essa dimensão e informa que 1,2%, ou 1,8 milhão de pessoas, declaram-se homossexuais, enquanto 0,7%, ou 1,1 milhão, declara-se bissexual (Tokarnia, 2022). De outra parte, estudo realizado pela Unesp e pela USP informa que 12% da população se autodetermina LGBT (Spizzirri *et al.*, 2022), ou seja, cerca de 25 milhões de pessoas. Esse dado nos parece mais relevante considerando-se que, a despeito da preparação dos/as entrevistadores/as, as dificuldades próprias de ser abordado/a sobre um tema ainda tabu na sociedade brasileira podem ter interferido nos resultados, informando subnotificação. Em escala global, estima-se que os indicadores da população não heterossexual sejam maiores do que o constatado pelo IBGE. Nos Estados Unidos, por exemplo, estima-se que 7,2% da população seja LGBTQ (Jones, 2023).

Outro marcador central para qualquer debate sobre a sociedade brasileira é a questão étnico-racial. Segundo dados do IBGE,

5 Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a expectativa de vida dessa população é de 35 anos. Tais dados são resultantes da média de assassinatos, que impactam a redução dos índices de longevidade (Benevides, 2023).

“[e]m 2022, a população amarela apresentou o índice de envelhecimento mais alto (256,5), seguida pela preta (108,3) e branca (98,0). Os menores índices são da população parda (60,6) e indígena (35,6)” (Conheça [...], [2023]). A exemplo disso, com base nos dados censitários, ponderou-se que, de “2010 a 2019, a expectativa de vida ao nascer de mulheres brancas foi de 80,06 anos, enquanto a de mulheres negras foi de 76,01 anos” (Turra; Andrade, 2024). Esse incompleto panorama já nos é suficiente para apontar a centralidade dos marcadores sociais da diferença para a longevidade da população. Pobreza, discriminação e violência, entre outras formas de precarização, são condições que cercam a vida de enorme contingente da população.

Nós nos debruçamos com um pouco mais de atenção à intersecção desses com as dissidências de gênero e sexualidade (em articulação com outros marcadores), pois essa se trata de uma das lacunas no estudo do envelhecimento. A primeira constatação que podemos fazer se relaciona com as dinâmicas socioterritoriais, marcadas pelas desigualdades regionais ainda presentes no Brasil. Podemos afirmar, diante disso, que onde se percebe menor densidade nas políticas públicas, como ocorre em algumas regiões do país, a população LGBTQIA+⁶ tende a enfrentar níveis mais altos de exclusão. Isso se dá, em grande medida, pela ausência de redes de apoio, o que torna mais difícil o enfrentamento da discriminação que se faz presente no interior das instituições e na sociedade de uma forma geral.

A invisibilidade política e cultural dessa população em algumas regiões/lugares reforça as condições para a discriminação. Em face disso, o acesso de pessoas ao sistema público de saúde, assistência e educação, por exemplo, encontra-se altamente comprometido. Tal situação se complexifica com o envelhecimento, pois muitas das pessoas que de alguma forma vivenciaram suas identidades

6 Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras. Ver nota específica sobre isso no capítulo Introdução.

publicamente, agora, na velhice, como medida de proteção, buscam a autoinvisibilidade. Na mesma direção, o enfrentamento a violências e violações de direitos também passa a ser vivido de forma complexa, em face das normas sociais de gênero e sexualidade, o que impede muitos/as de acessarem serviços públicos para a notificação de ocorrências.

Esse fator pode ser percebido em face das negligências para com a população LGBTQIA+ na saúde, particularmente através de práticas que reforçam a patologização da diferença (muito particularmente na normatização e moralização de práticas e condutas). Isso contribui para o afastamento em direção ao cuidado, o que passa a ser percebido através do incremento de indicadores de morbidade e comprometimentos na adesão a tratamentos (Vieira, 2024). Essa realidade se torna mais forte em regiões com reduzida cobertura de políticas públicas, especialmente nas cidades mais empobrecidas. Mas seria uma inverdade dizer que isso ocorre apenas em algumas partes do país. Parece-nos que essa é uma realidade que ultrapassa fronteiras e tem a ver com processos formativos profissionais básicos ou na ausência de formação continuada humanizada. Os principais desafios nessa direção são a formulação de protocolos inclusivos e maior atenção dos/as profissionais da saúde para essa população.

Outra esfera importante é aquela relacionada ao mundo do trabalho. Tal dimensão é relevante se desejarmos pensar as condições para que alguém consiga garantir sua estabilidade no emprego diante de situações cotidianas de preconceito e discriminação. Antes disso, claro, devemos considerar as dificuldades envolvidas no processo de escolarização, o que impossibilita muitos sujeitos de ascenderem profissionalmente. Isso tudo repercute mormente nos sistemas de aposentadoria, uma vez que, excluídas do trabalho, muitas pessoas LGBTQIA+ deixarão de contribuir para a previdência, restando-lhes muitas vezes a aposentadoria em idade avançada, enquadrada em estratos de menor remuneração. Pode-se perceber, nesse sentido, que alguém que se vê em condições precarizadas

de trabalho terá menos qualidade de vida e estará mais suscetível ao adoecimento. E, quando nessa situação, novamente poderá encontrar desafios no acesso à saúde, pois, como ponderamos, essa instância ainda carece de muitos avanços no reconhecimento da diferença. Sem renda fixa, adoecida e vivendo situações de solidão e abandono (em face do preconceito), enfrentar a velhice se torna um enorme problema para essa população.

Os impactos da exclusão são mormente percebidos pelas formas de adoecimento físico e mental. A ausência de vínculos familiares ou redes de apoio, juntamente com cotidianos de preconceito e discriminação, tende a isolar os sujeitos LGBTQIA+, afastando-os das redes de cuidado (ainda que essas, muitas vezes, como observamos acima, sejam refratárias). E isso será ainda mais evidente na velhice, uma fase de vida, como vimos observando, marcada por exclusão e muitos estigmas. Os efeitos dessa exclusão podem impactar negativamente a saúde mental dessa população, algumas situações conduzindo-a ao uso exacerbado de drogas e álcool, à depressão e, não raras vezes, ao suicídio (Guimarães *et al.*, 2022).

Em muitos casos, sem apoio familiar ou redes de apoio, resta às pessoas idosas a alternativa das instituições de longa permanência (ainda que essa seja uma realidade muito distante, pelo reduzido número dessas no país⁷). No entanto, esse também poderá ser um lugar de importante fragilização, uma vez que os sujeitos podem vir a omitir suas identidades como forma de enfrentar o preconceito e a discriminação (Vieira, 2024).

A despeito de tal situação, não será sem resistência que os sujeitos enfrentarão tais situações. A alternativa das redes de

7 Giacomin (2023, p. 66) analisa e destaca a precarização e a insuficiência da rede de instituições de longa permanência (LPI), uma das pontas mais frágeis na relação envelhecimento e proteção social no país: "3.548 instituições distribuídas por 29,9% dos municípios brasileiros, sendo 65,2% filantrópicas; 28,2% privadas com fins lucrativos e 6,6% públicas ou mistas, com maior concentração na Região Sudeste e nas cidades maiores".

amizade pode funcionar como um importante apoio. Porém, tais expressões do que se podem afirmar novas redes de parentesco ou famílias de escolha nem sempre são reconhecidas pelo Estado ou pelas políticas de cuidado. Uma alternativa a essa situação é observada nos países da Europa, com a oferta de residências específicas para a população LGBTQIA+ idosa. Mas igualmente se fazem desafios, uma vez que o Estado opera por uma estratégia de convocação familiar, exigindo responsabilidade total de parentes e familiares (ao menos esse seria o caso brasileiro).

Essa realidade, ou parte dela, não está presente nos principais censos realizados no Brasil, apesar das inúmeras pesquisas que apontam para tais desigualdades. A ausência de informações sobre a população LGBTQIA+, particularmente a partir dos diferentes marcadores geracionais, impossibilita a formulação de políticas públicas. Ademais, isso pode significar, por exemplo, que a velhice na dissidência de gênero e sexualidade não existe. Faz-se fundamental avaliar as diferentes condições para o exercício da cidadania em seus diferentes ciclos de vida.

Se estamos destacando aqui desafios para o envelhecimento, também podemos afirmar que muitos são os obstáculos enfrentados por crianças, jovens e adultos jovens, e a repercussão disso no direito a uma vida longa cidadã e com qualidade é deveras preocupante. Afinal, vivenciar ciclos contínuos de exclusão e violência pode reduzir a expectativa de vida ou piorar as condições de saúde e de vida em sentido mais amplo. Esse é o caso da população trans e travesti, negra e indígena, considerando-se que somos um dos países mais letais para uma vida nessa marcação da diferença.

Outro ponto importante quando abordamos a velhice é considerar a memória de vida. Esse aspecto, ao ser reconhecido socialmente, amplia as possibilidades para que uma pessoa idosa seja respeitada, ademais de reforçar a relevância de sua trajetória para a construção do mundo para aqueles/as que chegaram depois.

Por essa razão, observamos a importância do reconhecimento das memórias da população LGBTQIA+, especialmente suas lutas e seus lutos. Afinal, muitos/as dos/as idosos/as dissidentes de gênero e de sexualidade enfrentaram contextos de repressão, perseguição, criminalização e patologização, em períodos quando não havia garantia de direitos.

Além disso, é importante sublinhar as perdas que marcam as vidas das pessoas dissidentes, a começar pela desvinculação compulsória de suas famílias, passando pela perda de amigos/as e companheiros/as em razão dos discursos de ódio. Emblemático disso — não se pode esquecer — foi o caso das inúmeras vidas perdidas no início da epidemia da AIDS, o que significou um corte na expectativa de vida da população de gays e pessoas trans, os/as principais afetados/as pelo HIV.

Ponderamos que o reconhecimento da memória e das identidades coletivas fortaleceria não apenas os sujeitos idosos/as, mas ofereceria condições para que as novas gerações encontrassem melhores condições de vida, garantidos os direitos fundamentais, como o direito a uma vida longa e digna. Esse aspecto nos informa especialmente sobre a dimensão intergeracional, o que pode fortalecer e ampliar redes de apoio na velhice, mas igualmente em relação aos/às mais jovens, que ainda enfrentam enormes dificuldades na garantia de direitos à livre expressão, à moradia, ao trabalho, ao acesso à saúde e à educação, entre outras situações.

Outro desafio importante consiste nas representações da velhice em âmbito midiático e cultural, pois ainda são raras as expressões culturais que abordam a velhice na intersecção com a diversidade sexual e de gênero. Apesar disso, não se pode falar de um deserto de representações. Em uma revisão sobre cinema e produção audiovisual na relação com o cuidado da população sexogenerodiversa, observamos (Pocahy; Nardi, 2025) algumas das balizas para o enfrentamento ao isolamento e a falta de mecanismos

de proteção e cuidado. Nossas análises partiram da compreensão de que, em meio à precariedade imposta pelo neoliberalismo, emergem formas de agir que articulam uma política da amizade e do cuidado comunitário. Essas práticas se configuram como estratégias de afirmação da vida diante da recusa do Estado em reconhecer as diferenças expressas nas múltiplas interseccionalidades, porém são configurações precárias e, como sublinhamos anteriormente, não recebem o devido reconhecimento governamental, configurando-se como vias vicinais ou ilegítimas.

Cabe ressaltar, no entanto, que o país avança no plano de formulação de políticas públicas, ainda que dependente de gestões governamentais e enfrentando o conservadorismo parlamentar. Nessa direção, a ação mais emblemática na proteção imediata da população LGBTQIA+ talvez seja, atualmente, o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+, o Acolher+, que oferece acolhimento a pessoas em situação de rua, criado em dezembro de 2023 (Programas [...], 2024). Ações como essa, ainda que incipientes e localizadas em alguns poucos municípios, demonstram compromissos interseccionais e intersetoriais com as dissidências de gênero e sexualidade.

Em resumo: efeitos da economia política, cultural e formas de governo engendram processos de subjetivação e redefinem os sentidos (e possibilidades) da vida em uma dada sociedade. Em razão disso, podemos afirmar que, para além de uma percepção de transformações corporais e sociocognitivas, envelhecer vem se revelando o momento em que alguém está ainda mais suscetível e passível a ações de controle, tutela e regulação, em razão de uma racionalidade político-econômica que pressupõe o distanciamento do Estado e a responsabilização individual e familiar sobre a velhice (entre outras dimensões da vida). Será, por isso, objeto da educação, como trazemos em hipótese neste texto, uma vez necessário produzir socialmente um sentido para envelhecer e, ao mesmo tempo, aprender-ensinar como gerir a velhice ou os cuidados para o (bem) envelhecer.

Ao pensarmos na população LGBTQIA+, a despeito de algumas iniciativas na garantia de direitos, há ainda muito o que se fazer e perceber, especialmente enquanto persistir a ideia de que esses são seres abjetos. A cultura do silenciamento sobre a violência contra idosos/as (em sua pluralidade), a precarização das políticas de atenção e os discursos de ódio impedem o acesso aos serviços de atenção e proteção.

O distanciamento em relação às garantias constitucionais e aos acordos internacionais de proteção à vida tornou-se ainda mais perceptível através da transferência de responsabilidade sobre a velhice para as famílias e/ou outras redes pessoais e institucionais de apoio — quando elas existem, o que não é o caso de muitas pessoas em situação de pobreza extrema, vivendo na rua, e/ou de pessoas LGBTQIA+. O estatuto atual da cidadania para a velhice não sustenta a diversidade em sua forma radical, pois inexistentes são as referências aos termos da diversidade nos documentos oficiais, e tímidos são os esforços estatais pela visibilização de idosos/as nas suas dissidências de gênero e sexualidade. Estes, em todo caso, podemos afirmar, dependem das decisões de governos, que a cada gestão podem desmontar os aparatos de sustentação das políticas públicas específicas, como vimos recentemente durante o governo Bolsonaro, responsável por uma devastação sem precedentes no âmbito das políticas de Estado.

Para garantir que a população LGBTQIA+ alcance a velhice e que, na condição de idosos/as, possa usufruir da cidadania plena, exige-se compreender mais profundamente as intersecções regionais, de classe, gênero e raça, entre outras. Significa, ainda, pensar na garantia de direitos em todos os ciclos de vida e, muito especialmente, sobre os desafios culturais para que imagens do envelhecimento se tornem plurais e menos assombradas pela marca da branquitude (Bento, 2022) e da heterocisnormatividade (York; Oliveira; Benevides, 2020). Nesse sentido, a educação encontra-se em uma posição central — não no sentido de resolver essas questões,

mas de criar uma ambiência formativa que possa produzir novas sensibilidades, problematizações e engajamentos com o estado democrático de direito, em que a diferença passe a ter valor central.

EDUCAR (PARA) UMA VIDA LONGEVA

Como vimos observando, para se refletir sobre o direito à vida longa, é preciso reforçar que a velhice se deve às condições de vida que alguém possui. Temos acesso a moradia, alimentação, educação, saúde, cultura e trabalho, entre outros direitos sociais e políticos fundamentais, como o direito à livre expressão do gênero e da sexualidade, corresponde a termos algumas chances de envelhecermos com a esperança de vida aumentada e percebida com qualidade — também reflexos da cidadania. Mas, para boa parte da população brasileira, essa não é a regra.

Ainda somos um país onde a fome atinge milhões, a despeito dos importantes avanços no enfrentamento à miséria que vivemos no atual governo Lula. Além disso, a participação política dos/as idosos/as é outra dimensão da democracia que não está efetivada (a despeito da recriação do Conselho de Idosos/as, pois são raros os movimentos associativos para a representação destes como protagonistas), o que significa que as demandas próprias aos/às idosos/as se articulam a partir de representações institucionais que nem sempre contam com a presença dessas pessoas, tampouco refletem a pluralidade das condições de vida da população (como já apontamos, notadamente, os marcadores da diferença).

Noutra direção, indicadores sobre o acesso à educação informam importantes barreiras para que alguém chegue à velhice. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que “[u]m aumento nos rendimentos, assim como o

maior nível de escolarização de uma pessoa, significam maior expectativa de vida” (Cazarré, 2017). Na mesma direção, o estudo de Silva, Freire e Pereira (2016) aponta que a expectativa de vida dos homens com ensino superior completo no Brasil é 4,37 anos maior que a média da população masculina e 6,27 anos superior àqueles com ensino fundamental. Para as mulheres, a diferença é menor, com um adicional de 2,25 anos para aquelas com ensino superior. De acordo com esse estudo, as disparidades de mortalidade por nível educacional são mais notáveis nas regiões Nordeste e Sudeste.

A situação demográfica e social brasileira é, portanto, complexa e ainda timidamente desafiada. Observem-se os indicadores da presença de idosos/a na pirâmide populacional: pessoas acima de 65 anos correspondem, atualmente, a 10,9% dos habitantes do país, além de a expectativa de vida para mulheres ser de 79 anos e 72 para homens (IBGE, 2023). Esses dados, de 2022, representam, para além da devida celebração de uma população que vive mais, importantes desafios culturais, políticos e econômicos ao país. No novo mapa da população brasileira, os lugares e a relação do Estado com a população estão se reconfigurando em razão disso, mas poucas têm sido as respostas para que nosso país se prepare ou reaja a essa nova configuração. Invertida a pirâmide etária e, com ela, os lugares de participação e demanda social, o país precisará promover políticas que garantam efetivamente os direitos da população idosa, ao mesmo tempo que assegurem o direito à velhice a todas/os as/os suas cidadãs/ãos, mesmo antes de nascerem.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD-C) nos alertam para desafios complexos face ao aumento da expectativa de vida, sinalizados em diferenças regionais: a análise da estrutura etária da população entre 2012 e 2021 mostra o envelhecimento, com crescimento das faixas etárias acima de 34 anos e diminuição nos percentuais de jovens até 34 anos, indicando uma mudança demográfica significativa (IBGE, 2022).

As regiões Sul e Sudeste concentram respectivamente 16,6% e 16,2% da população idosa, revelando-se os estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro aqueles com maior incidência e expectativa de vida. Outro elemento importante: a concentração de mulheres no grupo etário de 60 anos ou mais revela que há cerca de 78,8 homens para cada 100 mulheres. Entre os idosos de 70 anos ou mais, essa razão é ainda menor, com 71,8 homens para cada 100 mulheres, devido aos diferenciais de mortalidade entre os gêneros (IBGE, 2022).

Diante desse cenário, podemos arriscar algumas problematizações, especialmente ao levarmos em conta a entrada do campo educacional na produção da vida longa. Essas entradas ocorrem a partir de políticas que acompanharam as conferências internacionais sobre o envelhecimento, ocorridas respectivamente em 1982, em Viena, e 2002, em Madri. As conferências, articuladas pela Organização das Nações Unidas, formularam planos e ações para o envelhecimento, considerando a educação um importante espaço-tempo seja para a inserção de idosos/as, seja para a abordagem de temas relacionados ao envelhecimento. Algumas repercussões dessas conferências podem ser percebidas nas políticas para a população idosa no Brasil, entre elas, a Política Nacional do Idoso, criada em 1994 pela Lei 8.842, com o objetivo de garantir os direitos sociais dos/as idosos/as. Por exemplo: nas recomendações e nas leis tocantes à educação, estão citadas estratégias que orientam adequar currículos, metodologias e materiais didáticos aos programas educacionais voltados para a terceira idade. Além disso, sugere-se a inserção de conteúdos sobre o processo de envelhecimento nos currículos de educação formal, a inclusão da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas em cursos superiores e o desenvolvimento de programas educativos nos meios de comunicação para informar a população sobre o envelhecimento. Por fim, menciona-se a importância de programas de ensino à distância adaptados às necessidades dos/as idosos/as e o apoio à criação de universidades abertas para essa faixa etária, visando universalizar o acesso ao conhecimento.

No entanto, os desafios para o cumprimento das recomendações e das disposições legais ainda são muitos. Dentre as principais recomendações, a inserção efetiva do tema da velhice e do envelhecimento na educação básica é quase inexistente. Um pouco menos pior é a situação do ensino superior, uma vez que a ação mais expressiva dessas recomendações parece ser a criação de universidades da terceira idade, dimensão esta que se dirige diretamente à população idosa e a profissionais que estejam realizando práticas formativas nesses espaços. Mas, no âmbito da formação de profissionais no ensino superior, a situação é também problemática: Kalache (2023) informa que, na formação médica, por exemplo, o número de especialistas em cirurgia plástica supera o número de geriatras, revelando o pouco interesse sobre a população idosa. Emblemático disso é que, segundo o autor, a principal causa de morte entre os idosos é a iatrogenia, ação provocada por erro ou má condução no tratamento (Kalache, 2023).

O Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) retoma os princípios e diretrizes da Lei 8.842/1994, estabelecendo sanções ao descumprimento das normas. No âmbito educacional, no entanto, essas sanções não parecem corresponder à realidade, exibindo-se lacunas face aos processos formativos para o envelhecimento. Como se pode observar diante do artigo 22, “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (Brasil, 2003). Essa, porém, ainda parece ser uma realidade distante.

Ainda restaria imaginar a contribuição do campo educacional na perspectiva de abordagens práticas, como incidência sobre processos de formação ampla, como observado no capítulo VII sobre o “estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento” (Brasil, 2003). Porém, dificilmente encontramos

respostas a essa orientação. Não há evidências de abordagens comunicacionais com tonalidade formativa em quaisquer meios de comunicação social, muito menos nas escolas.

Cabe discutir, ainda, o protagonismo dos entes envolvidos nas políticas da pessoa idosa, que prevê, em seu artigo terceiro, ser

[...] obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003).

Salvo raras iniciativas, recai sobre as famílias a responsabilidade pelo provimento da atenção e do cuidado dos/as idosos/as, como já apontamos anteriormente. Não se pode negligenciar, claro, que ações localizadas em instâncias de governo atuem especialmente sobre processos educativos no âmbito da educação para a saúde ou para o enfrentamento das violências contra pessoas idosas, incidindo sobre as famílias. Mas uma coisa será a participação dessas no cuidado e na proteção, outra será a total responsabilidade, como se pode observar em muitos gestos negligentes da força estatal.

No capítulo sob responsabilidade de Thalles do Amaral de Souza Cruz, observaremos como algumas das redes de atenção psicossocial e promoção aos direitos das pessoas idosas são levadas a cabo por secretarias municipais em algumas cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Pode-se adiantar que essas ações se restringem a pequenas parcelas da população, o mesmo que ocorre com as universidades da terceira idade. Resta, porém, imaginar que as equipes de saúde da família sejam efetivamente a ponte entre os/as idosos/as e o Estado, respondendo de forma mais direta, ainda que nem sempre sistematizada, pela atenção especializada a essa população.

Retomando o ponto de inflexão da política para a esfera educacional, podemos localizar recomendações amplas com respostas frágeis sobre a abordagem do tema da velhice e do envelhecimento nos currículos da educação básica. Esse é o caso na Base Nacional Comum Curricular, que, ainda que questionável em seu teor neoliberal (e isso já é um analisador importante sobre o modo como essa configuração curricular pressupõe formar sujeitos), consiste hoje na principal baliza curricular em escala nacional. No interior da Base, o tema do envelhecimento está referido no grupo dos temas contemporâneos transversais (TCTs): “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso”. Essa recomendação atende aos princípios do Estatuto da Pessoa Idosa, porém, sem a devida resposta. Raras ou incipientes são as iniciativas que abordam a velhice. Podemos observar isso na tese de doutorado de Beatriz Bloise Pereira Nunes (2025), que avalia a BNCC e os cotidianos da educação com o objetivo de mapear práticas e políticas que incidam sobre a temática. Os resultados da pesquisa de Nunes (2025) correspondem ao que pressupunhamos: raras e incipientes iniciativas na educação básica. E aquelas que a autora pôde observar não contam com uma elaboração sobre a política educacional, senão em modos de afirmação da temática não incorporados sistematicamente aos currículos, advindos, sobretudo, das práticas extensionistas.

Segundo nossas apostas, a educação (de forma não redentora) seria esse espaço onde teríamos condições de mover problematizações produtivas sobre a vida longa. Discutir, por exemplo, questões de gênero e sexualidade, racismo, laicidade, etarismo, capacitismo, entre outras marcas sociais, possibilitaria alguma inflexão ético-política e social, o que nos possibilitaria compreender a formação das desigualdades sociais e seus modos de operação. Ademais, o ambiente escolar se tornaria um espaço seguro, garantindo que crianças e jovens marcados/as na diferença dispusessem de condições de permanência. Não se trata aqui apenas de pensar a velhice, mas garantir que a população tenha o direito a uma vida longa.

E entre os fatores que potencializam essa perspectiva estão as possibilidades de escolarização (pessoas mais escolarizadas vivem mais e melhor), bem como a garantia efetiva de viver um processo educacional democrático e inclusivo.

De outra parte, o tema da velhice e do envelhecimento está inscrito na cultura nacional. Diferentes artefatos culturais — como o cinema, a publicidade e a literatura — dão mostras da relevância do tema. Isso pudemos observar em uma oferta curricular em pós-graduação que fizemos junto aos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através de um mapeamento de filmes que abordam o tema do envelhecimento em suas intersecções com gênero, raça e sexualidade. Da mesma forma, também pudemos observar a presença do tema em artefatos dirigidos a crianças e jovens a partir da literatura. Esse foi o caso analisado na pesquisa de Késia dos Anjos Rocha, cujo capítulo neste livro aborda a presença de figuras idosas em narrativas que atravessam as infâncias.

Face ao exposto, ponderamos que o país de alguma forma assumiu compromissos com o envelhecimento — cuja expressão mais emblemática é o Estatuto da Pessoa Idosa —, refletindo distintas formas de abordagem sobre o tema, ademais de iniciativas da parte de governos municipais e estaduais (como se pode observar no capítulo de Thalles do Amaral de Souza Cruz neste livro). Entre essas está a educação, lócus privilegiado de nossa leitura sobre esse fenômeno social e cultural. O Brasil acompanha, assim, os ecos globais na formulação de políticas. No entanto, a distância entre o que foi assumido e as demandas concretas da população parece ser um dos grandes temas para a efetivação de tais compromissos.

Estamos no papel, porém ainda não na prática cotidiana. Ao menos em grande parte do país, são tímidos os esforços para acompanhar a disposição da garantia de direitos da população idosa.

As reverberações dessas lacunas são expressas nos indicadores de desigualdade na experiência da velhice. Como afirmamos anteriormente, a população de estratos menos favorecidos vivencia processos muito complexos e muitas vezes sem qualquer aporte social. Da mesma forma, os desafios interseccionais na abordagem da vida longa nos apontam para as diferenças de gênero, informando que homens vivem cerca de sete anos menos que as mulheres. Esse dado é especialmente relevante neste trabalho, pois as formas como homens e mulheres vivem suas vidas são profundamente marcadas por ideais regulatórios de gênero. No caso dos homens, a ausência de autocuidado e a violência, entre outros derivados do machismo, expressam compromissos importantes na redução da expectativa de vida⁸. Diferentemente dos homens, que são mais acometidos por doenças agudas, as mulheres passam mais tempo em suas vidas convivendo com doenças crônicas (Kalache, 2023), ademais de serem as responsáveis pelos cuidados de outros/as (Pereira, 2016). O impacto das normas de gênero e sexualidade e o racismo incidem negativamente na expectativa de vida e nos modos de viver a velhice.

A diferença de quase sete anos na expectativa, apontada mais acima, revela não apenas as dificuldades dos homens diante da normopatia e da crise de masculinidade, mas efetivamente a proporção de homens que chega à velhice se faz reduzida por acontecimentos como violência letal e dificuldade (pessoais e institucionais) no acesso à saúde. Muitas vezes, a recusa aos cuidados em saúde relaciona-se com questões de gênero, como foi forjada a socialização da masculinidade em que a atenção com o corpo seria preocupação feminina. As mulheres, sobreviventes, por outra parte, convivem com

8 É importante destacar, ainda, a violência dirigida contra jovens negros. Um estudo relevante sobre a violência letal contra jovens negros no Brasil é o Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (IVJ-N), lançado em 2024 pelo Ministério da Igualdade Racial em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a UNESCO e o Banco Mundial. Esse índice analisa fatores como mortalidade, acesso à educação, emprego e renda e desigualdade, destacando a exposição desproporcional da juventude negra à violência letal (Brasil, 2024b). Segundo o portal Geledés (No Brasil [...], 2013), a cada três pessoas vítimas de homicídio, duas são negras.

intensos e expansivos processos de adoecimento: vivem mais, mas sob continuadas formas de opressão e adoecimento. É o que apontam Guimarães e Andrade (2020 *apud* Camarano, 2023, p. 45): “apesar de viverem mais que os homens, as mulheres passam por um período mais longo experimentando doenças e fragilidades do que eles.”

A reflexão acima não está dissociada dos desafios educacionais, mas dependente de ações e políticas para a educação básica que se comprometam com a discussão sobre gênero e outros marcadores sociais, como raça e classe, fundamentais para avaliarmos as condições para que alguém alcance uma vida longa. Além disso, compromissos no âmbito da formação no ensino superior se colocam como uma urgência. Isso posto, podemos afirmar que o direito a uma vida longa não pode ser percebido sem compromissos efetivos com a diferença.

Se, de uma parte, é importante criar mecanismos para que o tema da velhice e do envelhecimento sejam introduzidos em currículos escolares de todos os níveis de ensino, será verdade também que, ao assumir compromissos com a igualdade de gênero e o enfrentamento do racismo e da pobreza, perceberemos efeitos importantes face às recomendações globais e locais sobre o envelhecimento. Diante disso, reafirmamos que o direito à vida longa se inicia nas etapas iniciais da vida infantil, acompanhando todos os ciclos subsequentes da vida, e não somente pensando no momento em que um marco legal (sessenta anos) define as demandas e urgências para a velhice e o envelhecimento. Trata-se, pois, de um tema fundamentalmente relacionado à educação, seja nos termos de prática de significação, seja diante da razão que imprime nos sujeitos a marca de processos de escolarização como espaço-tempo da vida onde (também) se forma um sujeito cidadão.

DESAFIOS DO PRESENTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir dignidade e respeito às gerações que nos precederam é a oportunidade que temos para afirmar uma sociedade radicalmente democrática. Da mesma forma que reconhecer que há pluralidade e desigualdades nos modos de vida para que alguém alcance a velhice e como poderia usufruir dela consiste em um espelho crítico das condições para a cidadania plena. O aumento expressivo da presença de idosos/as nos cotidianos da vida social e cultural brasileira nos impõe efetivas respostas aos desafios da democracia. Isso incide diretamente sobre a participação desses em vários setores da sociedade, como protagonistas de novos lugares sociais, sujeitos de outras agências. Junto a isso, proteção social, previdência e práticas institucionais de cuidado entram em cena como balizas dessa nova realidade.

Diante da nova equação demográfica nacional, vivenciamos dilemas sem precedentes, particularmente ao considerar que teremos um contingente menor de jovens trabalhadores/as, impactando não somente a oferta para os cuidados (sua escassez se tornará ainda mais expressiva), mas também a base da contribuição que garantiria a previdência social. Essa realidade se torna ainda mais problemática quando constatamos o forte recuo da participação dos Estados-nação na manutenção da vida, especialmente com as reformas que, a cada edição, retiram mais direitos e reduzem os percentis de cobertura para a aposentadoria. Envelhecer se torna cada vez mais caro, com provisões menores.

Como aponta Neilson (2019, p. 31): “[o] envelhecimento da população coloca pressão sobre o Estado-nação, erodindo devagar, mas seguramente, os seus aparatos centralizados para gerir a produção e a reprodução da vida”. E é nessa direção que o direito à vida

longeva também se torna mais problemático, especialmente face à fragilidade das políticas públicas (da educação, do trabalho, da saúde, entre outras). Diante disso, limita-se o escopo da velhice a parcelas mais abastadas (em todo caso, aquelas com maior escolarização e que percebem maiores rendimentos), heterocisgêneras e brancas.

Perante tais obstáculos, uma mirada interseccional articulada a compromissos intersetoriais no âmbito das ações do Estado possibilitaria melhor formulação de respostas sociais. Assumir que as desigualdades e as formas de exclusão se movem a partir dos domínios da raça, do gênero, da orientação sexual, da regionalidade, entre outros, permite avanços importantes para a efetivação do estado democrático de direito, com ampla, efetiva e eficaz oferta de políticas de Estado. Afinal, a velhice é plural e, ao mesmo tempo, desigual, uma vez que diversificadas e discrepantes são as condições para a cidadania no curso da vida.

Imaginar uma sociedade idosa é assumir compromissos com a vida em todos os seus ciclos. Esse tem sido um dos principais dilemas para um país como o Brasil, em que 27,4% da população vive ainda abaixo da linha da pobreza. Abaixo da linha da pobreza, excluídas do alcance do Estado, muitas/os estão distantes de qualquer laço social-institucional. É por isso que nossa análise dos efeitos da racionalidade neoliberal no governo (inter/intrageracional) das populações nos conduz a interrogar sobre as novas configurações de mundo que se estabelecem a partir dessa trama perversa. A contrapartida do Estado é fundamental nas formas contemporâneas do governo da vida – desde que efetivamente presente, democrático(-participativo) e reflexo da pluralidade das formas e dos arranjos de vida (na diferença) — um Estado efetivamente para todas e todos.

Faz-se urgente estimular movimentos acadêmicos e associativos que busquem compreender e intervir sobre os mecanismos das desigualdades historicamente constituintes do modelo de Estado-nação que o país movimenta. Para Neilson (2019, p. 45),

“[p]ensar sobre a produção do envelhecimento no mundo contemporâneo é, portanto, participar de um salto radical de escalas: desde os espaços mais íntimos do corpo até os espaços capitalistas de larga escala de acumulação e controle”.

Ademais, percebemos o significante educativo operando, em dadas circunstâncias, como artífice e partícipe em processos de agenciamento da vontade empreendedora e da fixação do sentido de autorresponsabilização pela própria vida, evidenciando a ambiguidade dos documentos públicos que orientam o governo da velhice. As interpelações para a velhice ativa, nessa perspectiva, estão acompanhadas de incontáveis e, quase sempre, inalcançáveis exigências: produtividade, responsabilidade e capacidade de consumir. Os efeitos disso são deletérios para a saúde e a cidadania dos/as idosos/as e daqueles/as que um dia o serão, especialmente ao considerarmos as fronteiras de raça, gênero, sexualidade e classe que interferem nas condições de vida dos sujeitos.

Por outra parte, a permanência em ambientes de trabalho e o acesso a processos formativos revelam trajetórias fraturadas e a insuficiência de políticas de bem-estar. Ainda que programas de educação estejam alinhados a processos de autonomização e qualidade de vida, eles estão sendo buscados em razões diametralmente opostas. Não em sua maioria, mas há de considerarmos que boa parte dos/as idosos/as, sobretudo idosos/as jovens, buscam a formação educacional como possibilidade de garantir melhores condições de vida (ainda não obtidas na terceira idade!). Esse caso é particularmente emblemático quando reconhecemos processos de exclusão da vida escolar através dos dispositivos da branquitude e da heterocisnormatividade.

A necessidade de ampliação das formas de problematização sobre governamentalidade e diferença e sua relação no campo das políticas públicas é um dos principais desafios para pensar a vida longa. Nessa direção, a educação assume um importante papel,

não apenas no sentido da valorização das pessoas idosas, mas a partir de esforços cotidianos para que se interroguem as condições de vida da população, avaliando seus processos históricos de exclusão e os obstáculos atuais para a vida cidadã.

O fomento a políticas públicas que assumam perspectivas intersetoriais, interdisciplinares e interseccionais sobre a produção social da velhice e os processos de envelhecimento poderá garantir a efetiva mudança social em face do cenário atual de precarização das vidas idosas, sobretudo as mais pobres e marcadas racialmente como o “outro” da branquitude. Nos parece também oportuno considerar a necessidade da circulação de distintas narrativas sobre a velhice, compromissada com imagens plurais, o que passa pela promoção de culturas da diversidade, mas também no incentivo à produção do conhecimento situado sobre o envelhecimento.

A já tão anunciada progressão de estratos populacionais requer a revisão sobre quem já se encontra e quem estará fora dos registros do direito à velhice. Quais vidas importam e quais são deixadas à margem quando interseccionamos diferentes marcadores sociais? Verificar como a atual ordem da economia da vida dispõe da diferença (ou a dispensa) no cálculo do governo do envelhecimento e da vida longa nos permite arriscar algumas respostas a esses questionamentos.

REFERÊNCIAS

BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, [s. l.], n. 225, p. 70-88, Jan./Mars 2009.

BRASIL. **Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/yqelss6w>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência - IVJ-N**. Brasília: MIR: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: UNESCO: Banco Mundial, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-realiza-evento-em-prol-da-igualdade-racial-na-ufma/20241121indicevulnerabilidadejuventudenegraaviolencia.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos**: la secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: Malpaso Ediciones, 2017.

BUTLER, Judith. **Humain, inhumain. Le travail critique des normes**. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005.

BUTLER, Judith. **Le pouvoir des mots**: politique du performatif. Paris: Éditions Amsterdam, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. Os idosos brasileiros: muito além dos 60? *In*: NORONHA, José; CASTRO, Leonardo; GADELHA, Paulo (org.) **Doenças crônicas e longevidade**: desafios para o futuro. Rio de Janeiro: Edições Livres: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. p. 32-55.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. **Desigualdade e a questão social**, v. 2, p. 17-50, 1997.

CAZARRÉ, Marieta. Educação e rendimentos altos aumentam expectativa de vida, diz relatório da OCDE. **Agência Brasil**, Lisboa, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/educacao-e-rendimentos-altos-aumentam-expectativa-de-vida-diz>. Acesso em: 4 abr. 2025.

CONHEÇA o Brasil - População: cor ou raça. **IBGE Educa**, Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FORTE, Isolda Belo. Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas consequências no conceito de velhice. **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, [Brasil], v. 12, p. 1-10, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento da população brasileira: projeções da demanda e dos custos de instituições de longa permanência para idosos. *In*: NORONHA, José Cavalho de; CASTRO, Leonardo; GADELHA, Paulo (org.). **Doenças crônicas e longevidade**: desafios para o futuro. Rio de Janeiro: Edições Livres: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. p. 56-109

GUIMARÃES, Camila Mendonça; GUIMARÃES, Lorrana Dias; RIBEIRO, Manuela de Lucena; COSTA, Rosane de Albuquerque. Ideação suicida e tentativa de suicídio na população LGBTQIA+: uma revisão sistemática. *In*: COSTA, Rosane de Albuquerque (org.). **Psicologia e Saúde**: pesquisa, aplicações e estudos interdisciplinares. São Carlos: Científica Digital, 2022. v. 2, p. 86-101. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220910285.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2022 expectativa de vida era de 75,5 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/25d3fyjg>. Acesso em: 11 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos moradores 2020-2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

JONES, Jeffrey M. U.S. LGBT identification steady at 72%. **Gallup News**, Washington, D.C., 22 Feb. 2023. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/470708/lgbt-identification-steady.aspx>. Acesso em: 12 abr. 2025.

KALACHE, Alexandre. Prefácio. In: NORONHA, José Carvalho; CASTRO, Leonardo; GADELHA, Paulo (orgs.). **Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz, 2023. p. 15-30.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.

MARINS, Lucas Gabriel. Envelhecer no Brasil não é igual para todo mundo. **Portal Drauzio UOL**, Brasil, 4 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gerontologia.org/portal/information/showInformation.php?idinfo=5040>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MEYER, Dagmar Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento**, [Brasil], v. 9, n. 3, p. 33-58, 2003.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: PARAÍSO, Marlucy; MEYER, Dagmar Estermann. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1, p. 47-62.

NEILSON, Brett. Globalização e as biopolíticas do envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques (org.). **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 29-60.

NO BRASIL, duas a cada três vítimas de homicídios são negras. **Portal Geledés**, [Brasil], 20 ago. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/no-brasil-duas-a-cada-tres-vitimas-de-homicidios-sao-negras/>. Acesso em: 26 maio 2025.

NUNES, Beatriz Bloise Pereira. **Velhice, envelhecimento e longevidade na educação básica**. 2025. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: En la Frontera, 2017.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

POCAHY, Fernando; NARDI, Henrique Caetano. Los sentidos del cuidado en las producciones audiovisuales sexogénero-disidentes: cartografías del envejecimiento. *In*: CONGRESO CHILENO DE ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS SOBRE DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO, 1., 2025, Santiago de Chile. **Programa**. Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2025. Apresentação de Trabalho/Comunicação. Disponível em: <https://congresoestudiosexgen.investigasexgen.com/programa/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

POWELL, Jason; HALLSALL, Jamie. Reconstructing social policy and ageing. **World Scientific News**, v. 7, n. 6, p. 88–100, 2015

PROGRAMAS de garantia de direito das pessoas LGBTQIA+ terão investimentos de mais de R\$ 8 milhões. **Agência Gov**, Brasil, 1 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/programas-de-protecao-e-garantia-de-direito-das-pessoas-lgbtqia-terao-investimentos-de-mais-de-r-8-milhoes>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, Lariça Emiliano da; FREIRE, Flávio Henrique Miranda de Araújo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. Diferenciais de mortalidade por escolaridade da população adulta brasileira, em 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, p. e00019815, 2016.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al.* Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. **Scientific Reports**, [s. /], v. 12, n. 1, p. 11176, 2022.

TOKARNIA, Mariana. IBGE divulga 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TURRA, Cássio Maldonado; ANDRADE, Laura Carvalho. Expectativa de vida por raça ou cor no Brasil. **Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social**, [Brasil], nov. 2024. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/publicacao/expectativa-de-vida-por-raca-ou-cor-no-brasil>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VIEIRA, Priscila. **Envelhecimento e cuidado LGBT+**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2024. Disponível em: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-e-cuidado-lgbt/>. Acesso em: 2 maio 2025.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, [Brasil], v. 28, p. e75614, 2020.



Thalles do Amaral de Souza Cruz

**O GOVERNO DOS
PROCESSOS
DE ENVELHECIMENTO:
A VELHICE EM DISPUTA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-455-1.11

NOS COTIDIANOS DA VELHICE...

Cena 1: Em junho de 2024, eu e meu companheiro fomos assistir à apresentação do espetáculo *A mulher aquela*, realizada por Ruth Mezeck no Novo Cine Teatro Joia em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro. A atriz, então com 88 anos de idade, interpreta a personagem Clownesse Sassah Coco de La Merde, a Palhaça Sassah, considerada a palhaça mais velha em atividade atualmente no Brasil. Logo no início da apresentação, Sassah vem da parte de trás do teatro cantarolando e ao se colocar no campo de visão da plateia diz: “Que bom que vocês estão olhando para mim!! Vocês estão me vendo! Às vezes eu tenho a impressão que sou invisível.” Em outro momento ela diz: “Eu, na minha idade, eu nem conto mais. Eu tenho as idades. Todas estão aqui;” apontando para o próprio corpo. Em uma outra cena, mostrando o dedo do meio, ela cita várias expressões que pessoas idosas escutam em uma espécie de infantilização: “Senhorinha; tá boazinha; queridinha; bonitinha; vovozinha; quer sopinha?”

Cena 2: Em uma manhã de quarta-feira, por volta das 8:30, estava sentado em um ônibus em Niterói que passava entre os bairros Ingá e Icaraí. Tinha acabado de passar pela Praça César Tinoco, onde estava acontecendo uma aula de ginástica para diversos/as idosos/as em um dos núcleos do programa “Niterói 60 UP”⁹, quando um homem idoso, branco, aparentando ter mais de 70 anos, me cutucou e perguntou se era quarta-feira. Respondi que sim. O senhor então disse: “Ficar velho é muito ruim!”. Não disse nada, apenas olhei para ele e escutei. Ele então prosseguiu: “A gente esquece de tudo. Minha filha não me deixa fazer nada sozinho. Dói tudo!”. Logo meu ponto de descer chegou; me despedi do senhor e descii.

9

Programa da Secretaria Municipal do Idoso de Niterói que, em 20 núcleos espalhados pelo município, oferece à população idosa da cidade atividades como rodas de conversas, ginástica, dança de salão, coral, etc.

Cena 3: Em fevereiro de 2025, havia uma propaganda de um plano de saúde, o MedSênior, que se fazia presente em diversos lugares do centro da cidade do Rio de Janeiro: nos abrigos dos pontos de ônibus, vidros traseiros de ônibus urbanos, relógios digitais que ficam nas calçadas ou canteiros centrais das avenidas, *outdoors* — ou seja, era quase impossível andar pelas principais avenidas do Centro e não se deparar com ela. Esse plano de saúde se autointitula “o plano de saúde para a terceira idade”. Na propaganda espalhada pela cidade, havia apenas uma frase direta, em letras grandes, onde se lia: “Plano para bem envelhecer é com a MedSênior”. A frase estava com letras brancas, com a exceção da expressão “bem envelhecer”, que se destacava em verde.

Cena 4: Percorrendo as chamadas das reportagens do portal de notícias G1 no celular, me deparo com a seguinte: “Claudia Ohana faz protesto contra o etarismo: ‘Nós não estamos velhas aos 62’ Atriz caminhou por uma das principais avenidas de São Paulo carregando um cartaz com a mensagem”¹⁰. Na reportagem, aparece a atriz muito produzida, com maquiagem, batom vermelho, salto alto grande e um vestido preto curto, bem justo ao corpo. O texto informava ainda que, após o protesto nas ruas, a atriz postou um vídeo em sua conta do Instagram logo após o Carnaval e escreveu: “Meu bloco é esse. Não estamos velhas. O número não me define. O que me define é a minha disposição, a minha felicidade, a minha vontade de aprender e os meus sonhos. E você? Qual é o seu bloco?”

Cena 5: Na edição do dia 8 de novembro de 2024, um dos principais programas jornalísticos da TV brasileira aberta, o *Globo Repórter*, teve como chamada o seguinte enunciado: “Os novos 60: as características desta nova geração que estuda, trabalha e quebra preconceitos”¹¹.

10 Para ler a reportagem completa, acesse: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2025/03/11/claudia-ohana-faz-protesto-contra-etarismo-nos-nao-estamos-velhas-aos-62.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

11 O Globo Repórter vai ao ar logo após a novela das 21h, programa com maior audiência da emissora e, por isso, normalmente herda uma grande audiência por todo o Brasil. Essa edição está disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2024/11/09/os-novos-60-as-caracteristicas-dessa-geracao-que-estuda-trabalha-e-quebra-preconceitos.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Em determinado momento do programa, a antropóloga Mirian Goldenberg participa e comenta sobre a “velhofobia”: “Numa cultura que valoriza tanto a juventude, nós temos pânico de envelhecer. Nós enxergamos a velhice com óculos da velhofobia. É enxergar eles como doença, como perdas. Lógico que existe, mas não é só isso. É uma lógica que exclui e trata os velhos como descartáveis”.

Cena 6: Zapeando pela TV, cheguei ao canal GNT, no qual estava passando o programa *Admiráveis Conselheiras*, apresentado por Astrid Fontenelle (63 anos), que entrevistava a escritora, dramaturga e jornalista Maria Adelaide Amaral (82 anos). Ao ser questionada pela apresentadora sobre a questão do envelhecimento, Maria Adelaide comparou essa fase da vida com a juventude, dizendo que prefere o momento atual: “A velhice é anárquica. A juventude é um momento de sofrimento atroz, de amor não correspondido, busca por aprovação”.

Na obra *A ordem do discurso*, fruto de uma aula inaugural realizada por Michel Foucault no Collège de France em 1970, o autor apontou que o discurso não é simplesmente textual ou ainda algo exclusivo do campo da Linguística, e que ele não é “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2004, p. 10). Ainda segundo o autor, o discurso é um acontecimento, ou seja, não é algo que se consegue controlar, se deter de forma intencional. Dessa forma, as cenas acima podem ser entendidas como acontecimentos que visam disputar o governo do dispositivo da velhice tradicionalmente associada ao estigma da pessoa idosa caracterizada como sendo lenta, rígida, sistemática, metódica, dependente e inflexível (Antunes; Mercadante, 2011). Além disso, a velhice ainda continua associada às noções de decadência, perdas, fragilidades, inutilidade e até mesmo à possibilidade de ser considerada uma doença¹². Mas de algumas décadas para cá, a partir

12

Nunes (2025) nos apontou essa possibilidade de patologizar oficialmente a velhice através das articulações políticas durante as negociações da revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) ocorrida em 2021.

do crescimento vertiginoso da população idosa e da diminuição de crianças e jovens, a racionalidade neoliberal tenta positivar a velhice ao mesmo tempo que (re)privatiza o processo de envelhecimento, retirando a responsabilidade do Estado em relação a essa parcela da população. Concomitantemente, uma biopolítica molecular¹³ vem se consolidando através de tecnologias da otimização que estão “associadas à ideia do aprimoramento como algo direcionado ao futuro e ao aparecimento de indivíduos consumidores desses novos desejos e possibilidades de controle da vida” (Rodhen, 2017, p. 50). Nesse bojo, onde os sujeitos são induzidos a acreditarem que promoção da saúde é algo do âmbito pessoal, de autogerenciamento e responsabilidade individual (Rodhen, 2017), tendo como pano de fundo um certo imperativo da felicidade (Cabanas; Illouz, 2022), as disputas por dois significantes se destacam: “saúdável” e “qualidade de vida”.

Este texto, em diálogo com o projeto de pesquisa “Pedagogias culturais em intersecções com a diferença: uma análise a partir de programas e ações para a pessoa idosa no Rio de Janeiro”¹⁴, busca analisar como certa produção biopolítica molecular em torno da velhice e do governo da longevidade se (des)articula à racionalidade neoliberal a partir da noção de agenciamento coletivo de enunciação,

13 Neste trabalho, “biopolítica molecular” está sendo entendida no sentido trazido pela autora Fabíola Rodhen (2017, p. 50): “[e]m termos foucaultianos, o panorama no qual os elementos moleculares da vida passam a ser mobilizados, controlados e combinados, em processos anteriormente inexistentes, poderia ser descrito por meio de uma biopolítica molecular. A otimização é apresentada como o uso das tecnologias médicas contemporâneas não mais apenas para curar patologias, mas para controlar os processos vitais do corpo e da mente”.

14 Projeto de estágio pós-doutoral realizado por mim a partir da chamada FAPERJ/CNPq nº 24/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com supervisão do Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy.

de Félix Guattari e Suely Rolnik (1999)¹⁵. Para levar a cabo tal análise, foquei tanto nos acontecimentos descritos nas cenas acima, em um episódio da série norte-americana *Gracie & Frankie*, no acompanhamento de uma roda de conversa realizada pelo Grupo Arco-Íris voltada para população LGBTI+¹⁶ 40+ e nas ações e políticas de secretarias públicas — uma do Governo do Estado do Rio de Janeiro e outras municipais, de prefeituras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro — voltadas para a população idosa, postadas em seus perfis institucionais na rede social Instagram, entendendo-os como produtores de pedagogias culturais e subjetividades articuladas ao dito “envelhecimento saudável”.

Para realizar a análise que aqui proponho, parto de uma perspectiva pós-crítica de educação (Meyer, 2014) para analisar a produção de regimes de verdade (Foucault, 2008; Lemke, 2017) acerca do governo da velhice. Utilizo, para isso, a cartografia de base deleuziana (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Zambenedetti; Silva, 2011; Passos; Kastrup; Tedesco, 2013) e a genealogia foucaultiana (Foucault, 1999, 2001, 2004; Lemke, 2017) para entender o modo como tais políticas públicas propostas por órgãos públicos, artefatos culturais e acontecimentos realizados nos microlugares (Spink, 2008) se produzem no imbricamento entre saúde e educação, movimentando pedagogias do (auto)governo da longevidade.

15 Segundo Guattari e Rolnik (1999, p. 31), “[a] subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização — ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica — não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual (sistemas maquinais, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e produção de idéia, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.)”.

16 Sigla utilizada no material de divulgação do Grupo Arco-Íris. No entanto, ao longo do capítulo, utilizarei a sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras). Ver nota pertinente na Introdução.

A aposta metodológica na cartografia parte das pistas sugeridas por Deleuze e Guattari (1995), segundo as quais a forma de se fazer e pensar a pesquisa acompanha os processos de produção de subjetividades que se dão a partir das linhas arborescentes do mapa rizomático, onde diversos atravessamentos contribuem para a formação de nossa subjetividade, mas, ao mesmo tempo, nenhuma pode ser considerada como a principal, a central, uma espécie de causa primeira. Assim, acontecimentos aleatórios do cotidiano, políticas públicas e suas publicizações, propagandas, programas de TV, filmes, peças teatrais, memes, a educação escolar, etc. contribuem tanto para o processo de formação de modos de subjetivação¹⁷ como na construção de uma espécie de pedagogia cultural em relação à velhice, ao envelhecimento e à longevidade.

A VELHICE EM DISPUTA

As disputas discursivas sobre a velhice envolvem um rol de temas bastante variável, como “corpo, família, solidão, qualidade de vida, saúde, espaços público e privado, morte e finitude” (Santos; Lago, 2016), que são acionados ou evitados nos debates públicos de acordo com os atores sociais, o momento histórico e o contexto social. Além disso, Pocahy e Dornelles (2017, p. 128) apontam para a performatividade da velhice, já que ela “em si mesma não existe, senão como ficção discursiva, política e cultural situada em jogos específicos de saber-poder. Logo, como experiência fabricada em nossos espaços-tempos de saber-poder, como disputa no plano do

17 Aqui é importante explicitar que compartilho o entendimento de modos de subjetivação de Rabinow e Rose (2006) quando estes afirmam que são processos “através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do *self*, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo [...]” (Rabinow; Rose, 2006, p. 29).

discurso, a velhice é performativa”. Dessa forma, a velhice ora é significada como uma fase de decadência física e mental, perdas, sofrimentos e inatividade que deve ser adiada ou mesmo evitada a todo custo ao ponto de tentarem classificá-la como uma doença (Nunes, 2025), ora é vista como o ápice do amadurecimento, da sabedoria, do respiro da correia de toda uma vida, de menos responsabilidades, como a hora de aproveitar a vida, com uma articulação de discursos que culmina com a noção, muito utilizada pelos movimentos sociais, pelas políticas públicas e pelo mercado, de que essa fase da vida é “a melhor idade”.

Essas produções discursivas presentes em tais políticas públicas, na roda de conversa do Grupo Arco-Íris e em alguns dos acontecimentos descritos anteriormente, disputam os sentidos dos dispositivos¹⁸ da velhice e da idade, tentando hegemonizar uma noção de velhice ativa, saudável, aprimorada, funcional e produtiva entendida como sinônimo de qualidade de vida, cara à racionalidade neoliberal na tentativa de desconstruir uma visão tradicional pejorativa sobre a velhice. Essa visão também perpassa o tecido social da sociedade brasileira e esteve presente tanto em alguns dos acontecimentos descritos quanto na roda de conversa do Grupo Arco-Íris.

Como nos apontam Santos e Lago (2016, p. 133), a produção de verdade acerca da velhice e do corpo são, no campo acadêmico, hegemonicamente produzidos pelas áreas médicas e biológicas: “corpo-velho *saudável*, corpo-velho *produtivo*, corpo-velho *máquina*, corpo-velho *ativo*, corpo-velho *normal*, corpo-velho *jovem*, corpo-velho *velho* etc.” Além disso, as disputas acerca desses dispositivos

18 Em sua obra *Microfísicas do Poder* (1979), Michel Foucault explica o que entende por dispositivo: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos [...] Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 1979, p. 244).

estariam ligadas à conformação de uma nova ética, uma “ethopolítica” (Rodhen, 2017). Segundo Rodhen, essa nova ética é uma “tentativa de moldar a conduta dos seres humanos por meio da ação sobre os sentimentos, as crenças e os valores direcionados a como deveriam julgar e agir sobre si e seus corpos visando o futuro” (Rodhen, 2017, p. 51). A produção de tais verdades e a disputa por esses dispositivos não ficam restritas ao meio acadêmico, como se pode notar nas descrições das cenas acima, ao entrarem na disputa discursiva mais ampla do dispositivo da velhice que historicamente intenta governar o campo social, como apontam os trabalhos de diversos/as autores/as (César, 2000; Debert, 1999; Santos; Lago, 2016; Pocahy, 2011, 2012; Sais, 2011; Santos, 2012; Tótora, 2013; Rodhen, 2017).

Assim, na cena 4, quando a atriz Cláudia Ohana protesta em uma avenida na cidade de São Paulo afirmando que uma pessoa de 62 anos de idade não é velha e, em seguida, posta em suas redes sociais que um número não a define, e isso é noticiado em um grande portal de notícias, tensionam-se não só os marcos etários sobre a velhice, mas a própria definição do que é uma pessoa idosa e as características tidas como normais para essa faixa etária. Nessas ocasiões, a atriz levou para a rua debates que vêm sendo feitos no meio acadêmico nas mais diversas áreas nos últimos 40 anos (Henning, 2017). Santos e Lago (2016, p. 136), por exemplo, já afirmavam, quase 10 atrás, que “pessoas de mesma idade podem ser consideradas velhas ou não, dependendo do contexto social em que vivem, das formas pelas quais seu corpo é enunciado, das performatividades estilizadas”.

Nessa mesma direção, a edição do programa *Admiráveis Conselheiras*, apresentado no canal de TV a cabo GNT por Astrid Fontinelle com a participação da dramaturga, escritora e jornalista Maria Adelaide Amaral, descrita na cena 6, contribui no reforço dos questionamentos de uma ideia tradicional que associa a velhice a uma etapa da vida marcada por decadência física e perdas (Debert, 2013), a qual produz(iu) uma fobia social em relação ao envelhecimento.

Em sua participação, Maria Adelaide Amaral combateu a idealização da juventude como uma norma a ser buscada a todo custo. Segundo a entrevistada, a fase da velhice é mais positiva — “a velhice é anárquica!” — que a juventude — “um momento de sofrimento atroz, de amor não correspondido, de busca por aprovação”.

Um outro reforço de peso nessa disputa discursiva, que aponta para a extrapolação do campo acadêmico na construção da verdade e de uma pedagogia cultural sobre a velhice, ocorreu no programa jornalístico *Globo Repórter*, com a temática “Os novos 60: as características desta nova geração que estuda, trabalha e quebra preconceitos”, descrito na cena 5. O enunciado utilizado na divulgação da edição ao longo da programação e na respectiva manchete, disponível no portal de notícias G1, também vai na direção contrária às ideias tradicionais pejorativas sobre a velhice apontadas no campo acadêmico (Debert, 2013; Antunes; Mercadante, 2011). Ao trazer o depoimento de Mirian Goldenberg, uma antropóloga que, além de estudar a questão do envelhecimento feminino, está vivenciando-o com os seus 62 anos de idade, o programa ajuda a popularizar o debate acerca da “velhofobia”, uma aversão ou fobia tanto social quanto individual ao processo de envelhecimento. Mirian Goldenberg, em sua participação, assim como Maria Adelaide Amaral o fez no programa do GNT, questionou a supervalorização da juventude, mas também a visão negativa acerca da velhice: “Numa cultura que valoriza tanto a juventude, nós temos pânico de envelhecer! Nós enxergamos a velhice com óculos da velhofobia. É enxergar eles como doença, como perdas. Lógico que existe, mas não é só isso!”

Um outro forte traço dessa aversão ao processo de envelhecimento é a invisibilidade dos corpos velhos. Foi justamente esse traço o pontapé inicial do espetáculo relatado na cena 1, *A mulher aquela*, no qual a palhaça mais velha em atividade no Brasil atualmente, a palhaça Sassah, interpretada pela atriz Ruth Mezeck, de 88 anos de idade, apareceu nos fundos da sala do teatro e disse:

“Que bom que vocês estão olhando para mim!! Vocês estão me vendo! Às vezes eu tenho a impressão que sou invisível!”

Em 2015, a Netflix, a gigante norte-americana das plataformas de *streaming*, lançou uma de suas séries originais de maior sucesso: *Grace & Frankie*. O sucesso foi tanto que se tornou a maior série produzida até então pela empresa, com sete temporadas, totalizando 94 episódios, finalizados em 2022¹⁹. A série trata das aventuras amorosas, familiares e laborais de Grace, uma mulher cisgênero idosa, na casa dos 80 anos, branca, de classe média alta, moradora da Califórnia, interpretada pela atriz Jane Fonda, e Frankie, também idosa cis na casa dos 80 anos, não branca, de classe média alta, com um estilo meio *hippie*, interpretada pela atriz Lily Tomlin. Na trama, as duas são surpreendidas pela declaração de Robert (Martin Sheen) e Sol (Sam Waterston), seus respectivos maridos, com quem eram casadas há décadas, quando os dois as chamam para uma conversa e dizem que querem o divórcio pois são amantes um do outro há vinte anos e agora querem se casar. Depois do susto, as duas se tornam amigas íntimas, mesmo com perfis tão diferentes.

No desenvolvimento do enredo, o seriado coloca a temática do envelhecimento como um dos eixos centrais em todas as sete temporadas, em intersecção com outras temáticas. Assim, o envelhecimento é abordado com questões de relacionamentos familiares, conjugais e laborais, saúde mental, uso de drogas, prazer, finitude, acessibilidade, etc. Em um dos episódios, por exemplo, a questão da invisibilidade dos corpos velhos é abordada. Nele, as duas vão a uma loja de conveniência e ficam bastante tempo em frente ao funcionário que estava no caixa, que, por sua vez, ignora-as completamente, como se não houvesse ninguém ali para ser atendido/a. Cansadas de esperar, decidem ir embora revoltadas. Já no carro, Frankie mostra um produto da loja para Grace, que a questiona, espantada, o que era aquilo. Frankie então responde que é o lado positivo de ser invisível: furtar e não ser notada.

19

Para maiores informações, acesse: <https://cinpop.com.br/critica-7a-temporada-de-grace-and-frankie-conclui-com-esmero-uma-serie-incrivel-e-necessaria-343015/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Os dois artefatos culturais, uma peça teatral brasileira e uma série televisiva dos Estados Unidos disponível no Brasil, utilizam do humor para tratar do tema duro da invisibilidade dos corpos velhos. Nesses dois exemplos, não estamos falando da falta do olhar apenas no que se refere a um olhar de desejo sexual, mesmo que esses corpos, quando ainda estão na arena sexual dos relacionamentos, encontram-se, na maioria das vezes, entre os mais desvalorizados. Esses artefatos se referem à invisibilidade das pessoas idosas no cotidiano da vida em sociedade, seja por outras pessoas “não notarem” sua presença, não levarem a sério suas vontades e opiniões ou, ainda, infantilizarem a população idosa. Esse fenômeno da infantilização também foi abordado pela palhaça Sassah quando ela, mostrando o dedo do meio e imitando o tom de voz em que as pessoas se referem às pessoas idosas, trouxe algumas expressões usadas: “Senhorinha; tá boazinha; queridinha; bonitinha; vovozinha; quer sopinha?”

O humor nos dois artefatos culturais anteriormente citados é um elemento presente também no discurso de certo traço da cultura carioca, que é fazer piadas/brincadeiras com tudo. Uma cena familiar, mas que não se restringe a ela, foi que, durante muito tempo, conforme minha mãe, suas irmãs, vizinhas, mães de amigos de infância — todas cariocas e de classe média — iam envelhecendo, era comum a incidência de dores e outros problemas de saúde ficarem mais frequentes. E era comum também elas dizerem, quando eram questionadas (ou mesmo sem serem questionadas), que o diagnóstico dessas enfermidades era a “PVC”, ou seja, a “porra da velhice chegando”. Muitas delas diziam isso e riam.

Nessa lembrança, me dei conta de que há um traço de gênero, já que a expressão “é a porra da velhice chegando!” (PVC) sempre era dita por mulheres da minha família e da vizinhança que estavam envelhecendo, nunca pelos homens que se encontravam na mesma situação. Debert (2013, p. 27) auxilia na reflexão sobre esse acontecimento ao afirmar que muitas mulheres em processo de envelhecimento, “diferentemente de suas mães e suas avós, elas

já não têm que se vestir de preto e ficar em casa à espera da visita de filhos e netos. Gozam atualmente de uma liberdade inusitada para as velhas de antigamente”. No caso das mulheres cariocas, liberdade, inclusive, de falar palavrões, algo que durante muito tempo era permitido somente aos homens²⁰. Ao mesmo tempo que havia o humor no processo de envelhecimento, havia também o reforço que, de forma geral, a velhice era algo negativo. Isso fica evidenciado pelo fato de que as situações em que essas mulheres usavam a expressão “PVC” sempre estavam associadas a episódios de dores, perdas de memória, lentidão, sonolência e uma maior frequência de enfermidades de maneira em geral. Essa tradicional visão negativa da velhice é compartilhada também pelo idoso que me abordou dentro do ônibus em Niterói, acontecimento relatado na cena 2. Aquele homem idoso, branco, pai de uma filha temerosa em relação à autonomia dele, parecia não estar gostando de vivenciar a velhice e reforçava, para quem queria escutar, como era ruim ser velho.

UMA BIOPOLÍTICA DA VELHICE

Nas últimas décadas, temos acompanhado o envelhecimento acelerado da população brasileira. Em pouco mais de 20 anos, de 2000 a 2023, a parcela da população com 60 anos ou mais subiu de 8,7% para 15,6% (cerca de 32 milhões de pessoas), deixando de ser o menor contingente da população brasileira, que passou a ser a dos jovens entre 15 e 24 anos, correspondendo agora a 14,8%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Cypreste, 2024). Esses dados demográficos apontam que a representação etária da

20 Nesse aspecto, assim como em muitos outros, o que vai se tornando comum na cidade do Rio de Janeiro e outras cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não é necessariamente comum em outras regiões do país ou mesmo do estado do Rio de Janeiro. Em muitas regiões do país, as mulheres continuam falando muito menos (ou não falando) palavrões.

população brasileira deixou de ser uma pirâmide etária, na qual a maioria da população era formada por crianças, adolescentes e jovens, e se transformou em um losango etário, com a maior parte da população na fase adulta. Agora, ela se encaminha para uma pirâmide invertida, quando a maior parte da população será constituída por pessoas idosas (60 anos ou mais), como já ocorre em muitos países desenvolvidos. As projeções do IBGE para as próximas décadas apontam que, até 2046, a parcela da população com 60 anos ou mais será o maior contingente da população, chegando a 28%, e, em 2070, serão mais de 1/3 da população (37%).

É importante apontar que os índices de envelhecimento da população brasileira não ocorrem de forma uniforme, variando muito de acordo com a região do país, o estado, a cidade e até mesmo os bairros de uma mesma grande cidade como o Rio de Janeiro. De acordo com os dados do último censo do IBGE, a região Norte é a que apresenta os menores índices de pessoas idosas, e a região Sudeste, os maiores. Se pegarmos o estado do Rio de Janeiro, foco desta análise, os índices chegam a mais de 18% da população com 60 anos ou mais, portanto, maior que o índice nacional (15,6%). A situação se agudiza ainda mais se levarmos em conta a cidade do Rio de Janeiro, onde esse índice chega a mais de 1/5 da população (20,17%). No entanto, dentro da própria cidade do Rio de Janeiro, também há enormes variações demográficas, como o contraste detectado no recorte entre as regiões do país. Um dos bairros mais elitizados não só da cidade, mas do país, o Leblon, na Zona Sul da cidade, é o que apresenta o maior percentual de pessoas com 60 anos ou mais: 35,3% (Grinberg *et al.*, 2024)²¹. Esse índice, mais que o dobro da média nacional, se aproxima das projeções que o IBGE fez para a população brasileira e que deve ser alcançada nacionalmente só na década de 2070. No entanto, no Leblon, isso já é uma realidade hoje!

21

Em números absolutos, os bairros de Campo Grande e Copacabana concentram mais pessoas com 60 anos ou mais (Grinberg *et al.*, 2024).

O contraste também se dá em outros recortes demográficos na cidade do Rio de Janeiro. No bairro Campo dos Afonsos, na Zona Oeste, as crianças de até 9 anos de idade representam 18,9% dos/as moradores/as, seguido de perto pelo bairro Acari, na Zona Norte, com 16,6%²², o que os aproxima mais dos índices da região Norte do Brasil que os da região Sudeste, onde estão localizados.

A forte presença de pessoas idosas em diversas partes da cidade do Rio de Janeiro pode ser vivenciada no cotidiano da cidade. Em dois momentos nos últimos meses, pude presenciar isso de forma mais concreta. O primeiro é algo que não se restringe à cidade do Rio de Janeiro, mas que nela se faz muito presente: as filas de prioridades para o embarque nos aeroportos. Ultimamente, são filas que não raro ultrapassam o tamanho das demais filas de passageiros/as de voo, tamanha a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais — em sua grande maioria, pessoas não negras²³. O segundo momento foi quando fui renovar minha carteira de identidade em uma unidade do Detran-RJ em um dia de mutirão, em um *shopping* em Vila Isabel, Zona Norte do Rio. Como de praxe, por força da lei, havia o atendimento prioritário para pessoas idosas, gestantes e deficientes, por isso dividiram a fila em duas: uma para o público em geral e outra para o atendimento prioritário. Havia poucos/as funcionários/as no posto responsáveis pelo serviço de identificação civil e a fila de pessoas não prioritárias quase não andava, pois a quantidade de pessoas idosas era muito grande. A cada três ou quatro pessoas idosas atendidas, chamavam uma pessoa da fila não prioritária. Foram cerca de quatro horas para dar entrada no pedido da nova carteira de identidade, demora que se deveu muito mais à falta de funcionários/as do que necessariamente à quantidade de pessoas idosas.

22 Os outros bairros da cidade do Rio de Janeiro que possuem mais crianças de até 9 anos são Gericinó, Costa Barros, Barros Filho, Maré, Jacarezinho, Mangueira e Manguinhos, todos bairros pobres e com grandes áreas favelizadas.

23 Estas filas de prioridade por lei no embarque dos voos também englobam responsáveis com crianças de colo, gestantes e deficientes. Mas mesmo retirando os/as passageiros/as não idosos/as, a fila continuaria imensa.

Mas essa presença marcante de pessoas idosas não se restringe aos locais descritos nesses dois momentos, ocorrendo também no atendimento em demais serviços públicos, lojas de departamentos, supermercados, farmácias, bancos, etc. Nesse sentido, ao viajar por diversas regiões do país, pude observar como a presença de idosos/as na cidade do Rio de Janeiro possui certas especificidades, além de um quantitativo bem maior que a média nacional. Diferentemente da maioria das outras cidades Brasil afora, as pessoas idosas se fazem presentes em todas as partes da cidade em locais e ambientes frequentados por diferentes classes sociais. Assim, além das filas nos estabelecimentos citados anteriormente, a população idosa se faz presente no cotidiano da cidade nos transportes públicos (ônibus, trens, metrô, VLT, BRT, barcas) onde não pagam passagem, nas praças, jogando dama, dominó, carteadado ou simplesmente conversando em grupo (neste caso, principalmente homens idosos), nas praias, caminhando nos calçadões, tomando sol ou praticando esportes nas areias, nadando, trabalhando, etc. São uma parcela significativa do público dos teatros (em sua maioria idosas brancas) e *shows* pela cidade (onde pagam meia entrada), nas igrejas, fazendo compras nas feiras livres com seus carrinhos, se exercitando em grupo nas praças, andando pelas principais ruas e avenidas dos bairros, nos desfiles das escolas de samba (tanto assistindo quanto desfilando, neste caso com destaque para a ala das baianas e a velha guarda), em protestos no centro da cidade e também trabalhando nas mais diversas atividades formais e informais. Um exemplo da continuidade da vida laboral durante a velhice ocorre no prédio onde moro. Uma mulher cis negra, na casa dos 70 anos, já aposentada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), acumula as funções de porteira e faxineira.

Uma hipótese para explicar esse fenômeno da ocupação da cidade pela população idosa para além do quantitativo de pessoas idosas é que a cidade do Rio de Janeiro possui uma cultura de

socialização na rua muito forte que, em certa medida, as pessoas mantêm, dentro do possível²⁴, ao envelhecerem.

Diante desse crescimento ainda mais acentuado no estado do Rio de Janeiro, decidi levar essa análise além dos acontecimentos trazidos no início deste texto e busquei políticas públicas voltadas para o público idoso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)²⁵. Para isso, procedi a um levantamento para detectar quais prefeituras da Região Metropolitana possuem secretarias específicas para a população idosa e, dentre essas, quais possuíam perfis ativos na rede social Instagram, objetivando conhecer a produção discursiva do poder público sobre a velhice nas redes sociais. Assim, constatei que, das 22 cidades que atualmente constituem a RMRJ, só 8 prefeituras possuem secretarias para esse público/temática²⁶: Rio de Janeiro, Niterói, Maricá, Duque de Caxias, Petrópolis, Seropédica, Belford Roxo e Paracambi. Dessas, apenas quatro possuem perfis ativos no Instagram (microlugares virtuais): Rio de Janeiro (Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida), que possui o perfil @semesqv.rio; Niterói (Secretaria Municipal do

24 Além das pessoas idosas que ocupam os espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, há as que não possuem condições de saúde física e/ou mental para usufruírem da cidade dessa forma e se fazem mais presentes dentro das moradias onde vivem. É importante também destacar que a facilidade de ocupar os espaços públicos não é a mesma para idosos/as com os mais diversos marcadores sociais da diferença. Assim, para uma pessoa idosa que mora no alto de uma das diversas favelas localizadas em morros na cidade, não é trivial subir e descer vielas e escadarias para ir ao comércio, assim como nem todos possuem facilidade para se deslocar às atrações culturais, mesmo com o transporte sendo gratuito, já que a imensa maioria se concentra nas regiões central e sul da cidade.

25 A RMRJ é composta atualmente por 22 cidades: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

26 São elas: Seropédica (Secretaria de Defesa dos Direitos e Políticas Públicas da Pessoa Idosa); Belford Roxo (Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida); Paracambi (Secretaria de Envelhecimento Saudável); Petrópolis (Secretaria de Esportes, Promoção da Saúde, Juventude, Idoso e Lazer). Já as cidades que não possuem secretarias voltadas para a população idosa na RMRJ são: Queimados, Japeri, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Itaguaí, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

Idoso), com o perfil @sec.idoso.niteroi; Duque de Caxias (Secretaria da Terceira Idade), com o perfil @secretariadaterceiraidade e Maricá (Secretaria de Políticas para a Terceira Idade), com o perfil @terceiraidade.marica. Além dessas prefeituras, o Governo do Estado do Rio de Janeiro também possui uma secretaria que engloba a população idosa, mas cujo foco não é exclusivo para esse público, já que também aborda a juventude — a Secretaria Estadual de Juventude e Envelhecimento, com o perfil @seijesrj.

Em uma primeira análise, chama a atenção que alguns nomes de secretarias já apontam para o foco em uma questão que encharca muito dos discursos dirigidos a essa parcela da população: uma vida “saudável”. Esse enunciado aparece no nome de três secretarias municipais: em Belford Roxo, Rio de Janeiro e Paracambi. Um outro significante caro nessa seara é “qualidade de vida”, presente, inclusive, no nome de duas secretarias municipais (Belford Roxo e Rio de Janeiro). Um outro enunciado nessas redes, sendo utilizado para justificar muitas das ações voltadas para o público idoso, é a “promoção da saúde”, termo presente no nome da secretaria municipal de Petrópolis (Secretaria Municipal de Esportes, Promoção da Saúde, Juventude, Idoso e Lazer).

Aqui, é importante explicitar que não me coloco contrário à busca por tais objetivos que venham a gerar o bem-estar, a convivência e a saúde física e mental de integrantes da população idosa. A problematização que faço é quando esse discurso passa a responsabilizar exclusivamente e de forma individual os/as idosos/as pela deterioração dos seus estados de saúde, o que Tótora (2013) aponta como sendo um “processo de individualização da velhice”, Debert (1999), de “reprivatização do envelhecimento” e Rodhen (2017), de uma “biopolítica molecular” em uma busca constante por aprimoramento das funcionalidades corporais. Nesses processos, se reforça tanto o discurso biopolítico molecular quanto o da racionalidade neoliberal, que colocam as responsabilidades de uma vida digna na velhice sobre os indivíduos e seus/suas familiares, ignorando as

condições de vida do passado e do presente de pessoas que carregam determinados marcadores sociais da diferença como raça, classe, gênero e orientação sexual, que, em um país tão desigual como o nosso, podem dificultar o acesso a determinados fatores que são determinantes para uma longevidade “saudável”, “aprimorada” com uma boa “qualidade de vida”, a começar pelo acesso à alimentação. Além disso, essas racionalidades livram o Estado de suas responsabilidades sociais com essa parcela da população, fazendo com que ainda mais recursos públicos sejam liberados para o pagamento de juros ao sistema financeiro nacional e internacional²⁷.

Tótoro (2013) chama nossa atenção para o fato de essa ser uma questão biopolítica, de governamentalidade; já as questões políticas envolvendo uma população de velhos/as surgiram nas últimas décadas do século XX, “não mais como massa compacta indiferenciada, mas, sim, fracionada naqueles ditos ‘ativos’, disponíveis para o consumo de bens materiais e imateriais; e os ditos ‘dispendiosos’, pois usuários constantes dos serviços públicos de saúde e de seguridade” (Tótoro, 2013, p. 5-6). Dessa forma, aponta a autora, os discursos que visam governar a população idosa não são dirigidos exclusivamente para os/as velhos/as, mas para todas as faixas etárias da população, em uma espécie de pedagogia cultural. Os/As velhos/as ativos/as são idealizados/as como tendo sido “bons/boas gestores/as” de si e de seu processo de envelhecimento, na busca, promoção e manutenção da própria saúde. Já os/as velhos/as que não se enquadram na categoria dos/as ativos/as são vistos/as como não tendo feito uma boa e eficiente “gestão de si”, sendo responsabilizados/as por suas doenças, pobreza e todo tipo de infortúnio. Assim, intenta-se produzir o desejo nas demais gerações de ter “uma

27

Em 2022, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, o Brasil reservou quase 50% do orçamento do Governo Federal (46,3%), cerca de R\$ 1,9 trilhão, para o pagamento de juros e abatimento da dívida pública, ou seja, mais que o orçamento da Previdência Social, Saúde e Educação juntos. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

velhice ativa e com qualidade de vida, slogan repetido à exaustão”, sendo essa “a senha para tomar parte da grande comunidade de consumidores subordinados e controlados” (Tótorá, 2013, p. 6).

É importante reforçar o apontamento de como o dispositivo biopolítico da velhice é marcado por discursos que possuem centralidade no campo da saúde, sendo fortemente atravessado pelas lógicas da medicalização e da saudização e suas tecnologias biomédicas na busca por se fazer viver (mais e melhor) (Conrad, 1992). De acordo com Conrad, apesar da aproximação dessas duas lógicas, é importante diferenciá-las. Assim,

com a medicalização, as definições e tratamentos médicos são oferecidos para problemas sociais ou eventos naturais; com a saudização, definições comportamentais e sociais são expandidas para eventos previamente definidos biomedicamente (por exemplo, doenças do coração). Medicalização propõe causas e intervenções biomédicas; saudização propõe causas e intervenções comportamentais e de estilo de vida. Uma transforma o moral em médico, a outra transforma saúde em moral (Conrad, 1992, p. 223 *apud* Rohden, 2017, p. 37).

Para exemplificar tais processos, o autor aponta as preocupações sociais contemporâneas com a saúde e *fitness*, a associação dessas categorias objetivando a diminuição dos riscos de adoecimento. Já Rohden (2017), em diálogo com Conrad (1992), nos chama a atenção que, no regime de verdade atual, uma série de condições, como a condição do envelhecimento, até então considerada “normal” ou “natural”, “é convertida em problema médico quanto, ao mesmo tempo, torna-se uma obrigação moral, em nome da junção entre saúde e bem-estar, corrigir essas condições” (Rohden, 2017, p. 38). Assim, nesse ideal regulatório, cabe a cada indivíduo estar informado/a “a respeito dos novos conhecimentos, das práticas de cuidado de si, prevenção e tratamento das doenças, e disposto a consumir os recursos agora disponíveis” (Clarke *et al.*, 2010 *apud* Rohden, 2017, p. 40).

Um outro fator importante nesse processo de biomedicalização na construção de uma nova ética social é o aprofundamento das desigualdades em relação aos marcadores sociais de raça, classe e gênero, já que nem todos/as serão afetados/as ou terão acesso a esses recursos de forma igualitária (Rodhen, 2017).

Outro aspecto relevante desse fenômeno de positivação da velhice é o processo de reprivatização apontado por Debert (1999). Foi só após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando principalmente a Europa viveu um vazio populacional com a morte de um número imenso de adultos/as e uma baixa taxa de natalidade, que se iniciou uma preocupação pública em relação ao governo da velhice (Sais, 2011). Antes disso, a velhice era uma questão privada, cabendo principalmente às famílias as resoluções referentes à sua vivência. Ainda de acordo com Santos e Lago (2016, p. 139), até o advento da Segunda Guerra Mundial, a velhice “era sinônima de doença e improdutividade, e o envelhecimento, a partir de então, passou a se constituir um problema social a ser gerido”.

Atualmente, os discursos sobre envelhecimento nas reportagens, nas propagandas ou nos enunciados dos perfis das secretarias parecem não contemplar qualquer problematização sobre o que é considerado “saudável” ou o que é “qualidade de vida”, como se fossem questões consensuais, cabendo a cada indivíduo se responsabilizar na busca de tais ideais. As postagens das secretarias aqui analisadas dão a entender que uma velhice “saudável”, “ativa” e com “qualidade de vida” está associada a muita atividade física, à convivência social e principalmente à alegria, que estariam à disposição de todos/as. Como disse uma usuária de um dos programas da Prefeitura de Maricá, “só não vem quem não quer”. Concomitantemente, uma certa rarefação ou mesmo silenciamento acerca de marcadores sociais da diferença que poderiam complexificar esta velhice feliz e saudável chama bastante a atenção. Assim, velhices estigmatizadas, como a velhice LGBTQIA+, a velhice com deficiência, as pessoas muito velhas com debilidades, as velhices

racializadas e as questões de gênero praticamente inexistem ou não são aprofundadas (caso da raça e do gênero) por tais políticas oferecidas pelas secretarias aqui analisadas.

A seguir, passo a analisar os discursos das políticas públicas presentes nas quatro secretarias municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na secretaria estadual²⁸ que têm como público-alvo de suas ações a população idosa.

PREFEITURA DE NITERÓI

Na Prefeitura de Niterói, há a Secretaria do Idoso, que criou políticas públicas para a população idosa e está presente nas mais diversas regiões da cidade. Entre tais políticas, destaco a chamada “Niterói 60 UP”, existente desde o segundo semestre de 2022, que atualmente conta com 20 núcleos espalhados pelo município oferecendo atividades à população idosa da cidade, como rodas de conversas, ginástica, dança de salão, coral, festas juninas, bailes de carnaval, etc. Essas ações podem ser acompanhadas no perfil da Secretaria no Instagram (@sec.idoso.niteroi)²⁹. As publicações analisadas aqui foram postadas na referida rede social entre o período de 1º de julho de 2023 e 4 de abril de 2025³⁰. Ao todo, nesse período, foram feitas 201 publicações, entre fotos, vídeos e cartazes de divulgação de campanhas, palestras, datas comemorativas e eventos. Dessas 201 publicações, em 19, pessoas negras ou a temática da

28 Como já dito anteriormente, esta secretaria estadual divide o foco de suas ações com a população jovem, o que já é indicado em seu próprio nome: Secretaria Estadual de Juventude e Envelhecimento.

29 Disponível em: <https://www.instagram.com/sec.idoso.niteroi/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

30 O recorte temporal coincide com o início de meu estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed-UERJ) sob supervisão do Prof. Dr. Fernando Pocahy e o momento de escrita deste texto.

negritude estão em destaque, como a do dia 3 de julho de 2023, Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Nesse dia, a postagem foi a imagem de duas pessoas, uma negra e uma branca, dando as mãos³¹, e o texto postado foi uma citação de uma fala do líder sul-africano Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a AMAR”. Chama a atenção que, além dessas postagens, não houve qualquer atividade específica (comemorações, passeios, palestras, etc.) sobre a temática com o público idoso em geral ou mesmo com a população idosa negra. Ao trabalhar a temática racial, tanto a população idosa negra, que possui suas especificidades, quanto a população idosa no geral teriam a oportunidade de buscar um letramento racial.

No que se refere à questão das deficiências, foram três postagens: 1) no dia 2 de abril de 2024, em que a imagem postada era um desenho de um homem branco idoso, agasalhado, sentado em um banco, cujo rosto não era visível, com uma fita formada por peças de quebra-cabeças coloridos (símbolo do autismo) e a mensagem “2 de abril – Dia Mundial de Conscientização do Autismo – Como identificar uma pessoa idosa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA)”³²; 2) no dia 21 de março de 2025, uma imagem mostrando uma espécie de varal com várias meias infantis de cores diferentes penduradas com pregadores e uma fita nas cores azul e amarela³³ vinha acompanhada do seguinte texto: “Dia Internacional da Síndrome de Down – Por mais amor, carinho e respeito!”; e 3) no dia 3 de abril de 2025, a imagem postada foi um tanto curiosa, e acredito que houve um erro.

31 Para ver a publicação, acesse: https://www.instagram.com/p/CuPA58D0BcE/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 11 abr. 2025.

32 Para visualizar a publicação, acesse: https://www.instagram.com/p/C5QnEwkLPPS/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 11 abr. 2025.

33 Para visualizar a publicação, acesse: https://www.instagram.com/p/DHde8dx0ICs/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 11 abr. 2025.

A imagem era um cartaz com os dizeres “Por respeito à diversidade para ser e existir dentro do espectro autista – Mês de conscientização do autismo. Abril azul”, com o fundo todo azul claro e um laço bem grande nas cores do arco-íris, e não o com peças coloridas de quebra-cabeças³⁴. Assim como aconteceu com a questão racial, não houve a realização de qualquer atividade com pessoas idosas nessas condições ou atividades que tratassem da temática com o público-alvo mais amplo dessa secretaria (ou ao menos não foi postada em seu perfil).

Em relação às questões de gênero, só há algum tipo de menção nas comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março) e nas campanhas do “novembro azul”, mês de prevenção da saúde do homem. Mas, mais uma vez, nenhuma atividade concreta que tenha sido realizada foi postada. Ainda em relação às questões de gênero, chama a atenção que, nas atividades oferecidas, há um número muito maior de mulheres cis participando que de homens cis ou trans.

No que se refere ao público LGBTQIA+, não há nem mesmo postagem de qualquer tipo de campanha ou dos dias comemorativos, como o 17 de maio (Dia Internacional de Combate à Homofobia), o 29 de janeiro (Dia da Visibilidade Trans) ou o 29 de agosto (Dia da Visibilidade Lésbica). Há um apagamento, como se não existisse pessoas idosas dissidentes sexuais e de gênero, e a inexistência de ações que visem ao enfrentamento das discriminações, exclusões, estigmatizações e todos os outros tipos de violências específicas que esse público enfrentou/enfrenta em seu cotidiano.

Por fim, cabe registrar aqui um aspecto que chama a atenção: a quantidade de postagens em que o foco é o secretário da pasta. São dezenas. Acredito que seria mais eficaz criar conteúdos e atividades dos temas negligenciados como os das questões raciais, de gênero e de diversidade sexual.

34

Para visualizar, acesse: https://www.instagram.com/p/DH_rHWxy6Pf/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFZA==. Acesso em: 11 abr. 2025.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS

A Prefeitura de Duque de Caxias possui a Secretaria da Terceira Idade, que desenvolve políticas públicas para a população idosa do município. Entre essas políticas há a “Viver Mais”, que envolve equipes multidisciplinares de campos de saberes como a Psicologia, Assistência Social, Educação Física, Fisioterapia e Enfermagem, que desenvolvem atividades que buscam levar autonomia, qualidade de vida e atenção ao público-alvo. A secretaria também organizou festas juninas e bailes de Carnaval, nos quais compareceu uma quantidade expressiva de pessoas. O perfil @secretariadaterceiraidade³⁵ foi bastante ativo no Instagram no período de 1º de julho de 2023 a 5 de novembro de 2024³⁶, fazendo 412 postagens.

Diferentemente das demais secretarias aqui analisadas, grande parte das postagens desta são fotos das equipes multidisciplinares atendendo a população nas ruas e praças da cidade³⁷. Assim, das 412 postagens, 146 foram de atendimentos, e outras 55, do secretário da pasta nesses atendimentos multidisciplinares ou em outras atividades.

Em relação a pessoas negras em destaque, foram 45 postagens (fotos, cartazes de divulgação de palestras, eventos, dias comemorativos etc.), onde 31 mostram pessoas negras sendo atendidas por algum/a profissional da equipe multidisciplinar.

No que se refere às questões de gênero, assim como aconteceu em Niterói, as raras postagens se referem ao Dia Internacional da Mulher e às campanhas de prevenção do câncer de próstata.

35 Para visualizar o perfil, acesse: <https://www.instagram.com/secretariadaterceiraidade/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

36 Data da última postagem. Acesso em: 12 abr. 2025.

37 As equipes também realizam visitas domiciliares para pessoas idosas com problema de locomoção e, quando necessário, levam-nas para unidades de saúde.

Situação semelhante ocorreu em relação às deficiências: apenas postagens sobre o autismo e a síndrome de Down. Em relação a essas temáticas, não houve registro de qualquer atividade com o público idoso voltada para um letramento/conscientização sobre as questões raciais e de gênero e ligadas às deficiências, o que indiretamente reforça a ideia de que os processos de envelhecimento são homogêneos quando, na prática, são muito diversos, principalmente quando levamos em conta os marcadores sociais da diferença.

O perfil dessa secretaria também se destaca frente às demais aqui analisadas por fazer diversas postagens sobre dias comemorativos dos mais diversos. Além dos já citados anteriormente, sobre as raras questões de gênero e deficiências, há postagens sobre o Dia do Engenheiro, do Diretor Escolar, do Evangélico, do Pastor Presbiteriano, da Saudade, da Advocacia Pública, da Felicidade, de Tiradentes, do Dia Mundial da Água e até mesmo do Dia dos Animais de Rua. No entanto, não há qualquer publicação a respeito da população LGBTQIA+, o que chega a ser uma espécie de galhofa. Afinal, animais em situação de rua não são assunto da Secretaria, mas pessoas idosas gays, lésbicas, trans e travestis deveriam ser. Aqui, mais uma vez, percebe-se a exclusão e discriminação com essa parcela da população, que se vê sem qualquer tipo de política pública municipal por parte dessa secretaria; um público que possui questões específicas em seu processo de envelhecimento e que é ignorado pelo poder público municipal.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Na capital, através da Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, a Prefeitura possui políticas públicas como as “Casas de Convivências” e o “Vida Ativa”. Nas Casas de Convivências, as pessoas idosas podem ter acesso às aulas de

memória ativa, sessões de cinema e aulas de corpo e expressão. Já o “Vida Ativa” é voltado para pessoas em processo de envelhecimento a partir dos 40 anos, tendo por objetivo melhorar e manter a independência funcional, assim como a capacidade cognitiva, e o incremento das relações sociais por meio de atividades variadas, como atividades físicas, sociais, culturais, educativas e integrativas. A Secretaria também organiza passeios pela cidade, festas juninas, bailes de Carnaval, desfiles de moda, dia do cabelo maluco, etc. O perfil da Secretaria no Instagram (@semesqv.rio³⁸), acompanhado entre os dias 5 de julho de 2023 e 7 de abril de 2025, realizou 312 postagens.

Em relação às questões de gênero, não fugiu à regra das demais secretarias analisadas aqui, dando destaque para o Dia das Mães, o Novembro Azul e o Outubro Rosa, mas se diferencia por ter registrado atividades concretas sobre essas temáticas — normalmente atividades em grupos de ginástica e aulas visando à conscientização.

Foram 47 publicações com destaque para pessoas negras, mas nenhuma atividade especificamente sobre a temática racial, nem mesmo uma postagem sobre o Mês da Consciência Negra.

O perfil da Secretaria não fez qualquer menção às questões de deficiência durante o período analisado. Talvez um dos motivos para isso seja que a Prefeitura do Rio de Janeiro possui uma secretaria municipal específica, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. No entanto, acredito que a questão da deficiência, assim como outros marcadores sociais da diferença, possui especificidades nessa etapa da vida e deveria sim ser foco (também) da Secretaria do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida.

Já em relação à temática LGBTQIA+, essa secretaria realizou um passeio ligado ao Mês do Orgulho LGBTQIA+ (junho) no Parque Glória Maria em Santa Teresa, na região central da cidade.

A publicação³⁹ consiste em fotos de pessoas idosas circulando pela exposição, sendo que, na primeira que fica em destaque, aparece um grupo de seis idosas abaixo de uma bandeira atualizada do movimento LGBTQIA+. O texto da publicação diz o seguinte: “No mês do Orgulho LGBTI+, levamos um grupo do Projeto Vida Ativa, nesta quinta-feira, dia 20, para a mostra fotográfica ‘O Brilho da Diversidade’, promovida pelo Consulado Geral da República Federal da Alemanha no Rio, no Parque Glória Maria, em Santa Teresa. A exposição retrata a comunidade através de imagens que capturam a essência, alegria, liberdade, diversidade e resiliência de cada indivíduo”. É pouco, mas diante da total invisibilização da população LGBTQIA+ pelas secretarias voltadas para o público idoso, um simples passeio como esse chama a atenção. Ficam algumas questões: será que as pessoas idosas LGBTQIA+ se sentem à vontade para participar das atividades dessas secretarias? Será que seriam acolhidas? Será que seria tranquilo para uma travesti de 70 anos ou uma pessoa trans sem passabilidade chegar para dançar quadrilha em uma festa junina oferecida pela Secretaria? Até que ponto a ausência de atividades nessas secretarias sobre essas especificidades identitárias não contribui para a não participação da população idosa LGBTQIA+ nessas atividades?

PREFEITURA DE MARICÁ

A Prefeitura de Maricá possui políticas públicas como as “Casas do Idoso” e as “Escolas de Jovens, Adultos e Idosos” (EJAI). No caso das Casas do Idoso, não são instituições de longa permanência, mas locais que podem ser frequentados durante o dia e que atualmente contam com cinco unidades: Centro, Bambuí, Inoã, Itaipuaçu

39

Para visualizar a publicação, acesse: https://www.instagram.com/p/C8cdHNI05Bb/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 12 abr. 2025.

e Santa Paula. Nelas, a população idosa da cidade⁴⁰ tem acesso à alimentação e a uma gama variada de atividades: hidroginástica, ginástica aeróbica, pilates, manicure, cabeleireiro, dança (de salão, zumba, criativa e árabe), pintura, corte e costura, fisioterapia, *tai chi chuan*, *reiki*, massoterapia, canto em inglês e português, alongamento, artesanato, podologia, oficinas de história e memória. Já as “Escolas do Idoso” são unidades que disponibilizam a modalidade de ensino para jovens e adultos (EJA), mas que na cidade criou-se o foco também para a população idosa, passando a se chamar EJAI (Educação para Jovens, Adultos e Idosos), tendo como principal objetivo o resgate da cidadania. A divulgação da realização dessas políticas pode ser acompanhada através do perfil da Secretaria Municipal de Políticas para a Terceira Idade (@terceiridade.marica⁴¹). Nas 149 postagens realizadas entre os dias 1 de julho de 2023 e 11 de abril de 2025, em 10 as pessoas negras estavam em destaque, e apenas uma focou a questão da deficiência. Assim, como quase todas as outras secretarias aqui analisadas, a temática da diversidade sexual foi completamente ignorada, não tendo qualquer publicação sobre a população LGBTQIA+ idosa ou questões que incidem mais fortemente sobre ela.

Diferentemente do perfil da Secretaria de Duque de Caxias, que focou suas postagens nos atendimentos de profissionais da assistência social e da saúde à população nas atividades nas ruas, em Maricá, não há nenhuma postagem sobre isso. O foco é nas diversas atividades oferecidas, sejam nas Casas do Idoso, sejam nas escolas que oferecem EJAI.

Uma especificidade desta Secretaria é que, em seu perfil no Instagram, há vídeos em que a população usuária do serviço dá seu depoimento sobre essas políticas públicas. Em todos os vídeos,

40 Para participar das atividades, no momento da inscrição, é preciso levar um comprovante de residência no município.

41 Para visualizar o perfil, acesse: <https://www.instagram.com/terceiridade.marica/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

sem exceção, há depoimentos muito elogiosos. Assim, entre as falas recorrentes estão as que afirmam que as pessoas são muito bem tratadas ali; que aquele espaço, aquelas atividades “são tudo” para elas/es; que, se não fosse aquela política, provavelmente estariam em casa “sem fazer nada”. Em um desses vídeos, foi possível ver uma atividade de canto que incluiu pessoas idosas bem debilitadas em cadeira de rodas, o que não foi observado em nenhuma outra secretaria aqui pesquisada.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Governo do Estado também possui uma Secretaria que tem as pessoas idosas como alvo, mas, diferentemente das secretarias municipais aqui analisadas, esta divide a atenção de suas ações com a juventude, daí o nome Secretaria Estadual de Juventude e Envelhecimento. Entre as políticas públicas desenvolvidas para as pessoas idosas do estado está o projeto “60+ Reabilita”⁴², que, visando melhorar a qualidade de vida do público-alvo, oferece atividades físicas e de reabilitação de forma gratuita através de equipes multidisciplinares em mais de 40 núcleos espalhados pelo estado. Há também o Centro de Atenção à Pessoa Idosa (CRAPI), onde se oferecem atividades físicas, fisioterapia, oficinas, cursos e apoio psicológico e jurídico para quem tem 40 anos ou mais, tudo também gratuitamente. Em seu perfil no Instagram (@seijesrj⁴³), entre os dias 1 de julho de 2023 a 4 de abril de 2025, foram realizadas 530 postagens, sendo 281⁴⁴ direta ou indiretamente em relação às

42 Para mais informações, acesse: <https://www.rj.gov.br/seijes/node/367>. Acesso em: 12 abr. 2025.

43 Para visualizar o perfil, acesse: <https://www.instagram.com/seijesrj/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

44 As outras 249 postagens eram 5 propagandas de ações do Governo do Estado em áreas como mobilidade, educação, etc. que não eram ações da Secretaria especificamente e 244 postagens voltadas para (ou sobre) a juventude fluminense.

pessoas idosas. Destas 281 publicações, 35 tinham pessoas negras como protagonistas em fotos e cartazes de propaganda e divulgação de atividades, mas sem qualquer atividade registrada no sentido de letramento e conscientização raciais.

Em relação às questões de gênero, para além do que já havia nas demais secretarias analisadas (Dia Internacional da Mulher e Novembro Azul), havia uma publicação alertando sobre a violência contra as mulheres, com a divulgação de um canal de denúncias. Em comum com as secretarias de Duque de Caxias, Niterói e Maricá, observou-se a ausência completa de publicações sobre a população LGBTQIA+ idosa e a inexistência de atividades envolvendo a temática da diversidade sexual. Uma outra ausência chamou a atenção: não havia qualquer menção às questões das deficiências, nem mesmo uma simples postagem.

POLÍTICAS EM ANÁLISE

Um ponto em comum em todas as secretarias aqui analisadas é a predominância de idosas nas atividades oferecidas. Debert (2013) já apontava para isso em suas pesquisas ao afirmar que, em atividades como as oferecidas pelas secretarias analisadas (ginástica, excursões, oficinas de teatro, artesanato, etc.), dificilmente a participação dos homens ultrapassa 10% do número de usuários/as. Ainda segundo a autora, a proporção se inverte se formos focar nos movimentos organizados de aposentados/as, nos quais dificilmente mulheres aposentadas estão em cargos de direção ou são chamadas a falarem em nome dos aposentados/as nas mobilizações e na imprensa. Assim, nesses momentos, os discursos das lideranças dos movimentos de mobilização desse público normalmente são realizados em termos de “os’ aposentados e ‘as’ pensionistas” (Debert, 2013, p. 26).

Com a exceção da Prefeitura de Niterói, que possui o projeto em relação aos/às aniversariantes centenários/as (sem qualquer aprofundamento sobre a questão) e da Secretaria Estadual⁴⁵, que conta com equipes especializadas para o atendimento domiciliar de pessoas idosas acamadas e para transporte de pessoas com essas e outras debilidades, os demais órgãos aqui analisados não possuem ações voltadas para os/as idosos/as com idade mais avançada ou mesmo para idosos/as mais debilitados/as. Essa realidade faz com que os/as familiares (quando existem) fiquem sobrecarregados/as, sem qualquer política pública específica para esses casos. A inexistência de políticas públicas consistentes para esse público específico, mais debilitado, não se limita às secretarias aqui analisadas.

No geral, nota-se uma certa preocupação em visibilizar a participação de pessoas negras, seja nas oficinas, seja nos atendimentos, seja nas propagandas, ainda que, mesmo com a população negra sendo maioria na população do estado do Rio, da cidade do Rio e da cidade de Duque de Caxias, a maioria das postagens não seja com pessoas negras. Além disso, em nenhuma das secretarias houve o registro de qualquer atividade que visasse ao letramento racial.

Em relação às deficiências, nota-se uma preocupação em frisar o dia/mês de conscientização em relação ao autismo e à Síndrome de Down, mas sem uma intersecção com o envelhecimento, podendo dar a entender que não há pessoas idosas nessas condições. Além disso, nas redes sociais das secretarias aqui analisadas, não houve qualquer registro de atividades de letramento/conscientização sobre a temática da deficiência ou sobre capacitismo. Dessa forma, nota-se, em todas as secretarias analisadas, a inexistência de uma produção discursiva não capacitista, antirracista e não LGBTQIA+fóbica.

45 Apesar do que é divulgado no perfil da referida Secretaria Estadual, Nunes (2025) aponta para a dificuldade no atendimento das pessoas idosas no campo da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro (região que teoricamente deveria ter a maior atenção de tal Secretaria Estadual por ser o município mais populoso do estado), seja no sentido de ações para transportarem estas pessoas até os hospitais ou, ainda, no sentido de atendimento domiciliar.

Na imensa maioria das publicações, também chama a atenção a produção do imperativo da felicidade. Entre as centenas de postagens aqui analisadas, são raras as publicações em que as pessoas não estejam aparentemente felizes, com muitas fotos de festas, comemorações e muitos, muitos sorrisos. Os enunciados presentes nas publicações dessas secretarias vão ao encontro das considerações de Cabanas e Illouz (2022) quando afirmam que “meros bordões sobre a capacidade de superação” passaram a ter um caráter de verdade científica com o surgimento da psicologia positiva. Esses autores trouxeram, ainda, considerações críticas a respeito desse imperativo da felicidade, entre elas uma de ordem sociológica, buscando interrogar “quais agentes sociais consideram útil a noção de felicidade, quais os interesses e interessados em seus pressupostos ideológicos e quais as consequências econômicas e políticas de sua implementação generalizada” (Cabanas; Illouz, 2022, p. 10). Por fim, nos alertam que essa lógica acabou por criar um ideal regulatório, uma espécie de indústria global da felicidade alicerçada em um discurso científico que

contribu[i] de modo significativo para legitimar que a ideia de riqueza e pobreza, sucesso e fracasso, saúde e doença resultam de nossas próprias ações. Esse processo também empresta legitimidade à noção de que não há problemas estruturais, apenas deficiências psicológicas; de que, em suma, não existe essa coisa de sociedade, mas apenas indivíduos [...] (Cabanas; Illouz, 2022, p. 10).

No entanto, é importante reafirmar que, mesmo com as ressalvas apontadas anteriormente, não se questionam aqui os benefícios de atividades culturais e esportivas que buscam levar alegria e satisfação para o público idoso, mas se indica a necessidade de estar alerta tanto frente à obrigatoriedade da felicidade plena, que as redes sociais, especialmente, ajudam a produzir e disseminar, como aos discursos que tentam nos capturar, além de questionar a invisibilidade de pessoas (muito) idosas adoecidas física e mentalmente nessa faixa etária nas publicações das secretarias.

Um outro ponto interessante em relação aos enunciados das secretarias nesse ambiente virtual é que se, por um lado, o imperativo da felicidade como ideal regulatório é produzido e reforçado através de uma quase onipresença do discurso imagético de momentos de muita alegria nas centenas de publicações aqui analisadas, por outro, o público (idoso) LGBTQIA+ foi fortemente invisibilizado, tendo sido lembrado de forma indireta em apenas uma publicação pela Secretaria da Prefeitura do Rio de Janeiro, que levou um grupo de idosos/as no dia 20 de junho de 2024 à exposição “O brilho da diversidade” no mês do Orgulho LGBTQIA+.

Por fim, fica evidente que a implementação dessas políticas públicas das secretarias voltadas para a população idosa está em estreita ligação com a produção de uma biopolítica molecular focada na criação de um ideal regulatório que busque de forma contínua uma “vida aprimorada” e uma “vida saudável” (Rodhen, 2017). Nesse sentido, a autora detalha como esse fenômeno de uma busca dupla tem interferido na produção das subjetividades atualmente:

[O] interessante é que nos dois casos temos a conformação de comportamentos e subjetividades imbricados em obrigações morais. Se em um, trata-se da obrigação de ser saudável, em outro, o de tornar-se sempre melhor. Se no primeiro o descumprimento das regras leva à condenação por descuido e falta de responsabilidade, no segundo produz-se a acusação de desleixo e falta de atenção a si mesmo. Nos dois casos, estamos percebendo formas socialmente legitimadas e incentivadas de cuidado de si que afetam a produção dos sujeitos atualmente (Rodhen, 2017, p. 54).

O imperativo da felicidade, a racionalidade neoliberal e a biopolítica molecular não atravessam apenas as subjetividades dos/as integrantes que são abarcados/as de forma representativa nas publicações dessas secretarias (ou mesmo nas cenas cotidianas trazidas anteriormente). A busca por uma vida aprimorada e saudável está presente também em grupos que ali foram invisibilizados, como a

população LGBTQIA+. A seguir, analiso a roda de conversa realizada no/pelo Grupo Arco-Íris voltada para a população LGBTQIA+ sobre as questões do envelhecimento.

ENVELHECIMENTO LGBTQIA+: PERSPECTIVAS DE HOMENS GAYS CISGÊNERO

A ausência de ações das secretarias voltadas para a população idosa LGBTQIA+ aqui analisada pode ser entendida como um sinal do desafio contemporâneo que atinge tanto gestores/as públicos/as como as entidades da sociedade civil que lidam com a temática da diversidade sexual. Esse entendimento é corroborado pelas pesquisas acadêmicas recentes quando afirmam que “o momento contemporâneo assiste pela primeira vez a esses sujeitos alcançarem a meia-idade e a velhice sem serem submetidos ao contexto visto como de extrema perseguição, controle e estigmatização de boa parte do século XX” (Henning, 2017, p. 287).

Assim, se, por um lado, esse desafio imobiliza as secretarias que criam uma invisibilização do público idoso LGBTQIA+ (que provavelmente deve se repetir em grande parte do Brasil), muitas vezes cabe às organizações da sociedade civil envolvidas com a questão da diversidade sexual e de gênero trabalharem com a temática do envelhecimento da população LGBTQIA+. Um exemplo disso é que a 29ª Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo, realizada em 22 de junho de 2025 na principal avenida da maior cidade do país, a Avenida Paulista, organizada pela ONG APOLGBT-SP, teve como tema “Envelhecer LGBT+: Memória, Resistência e Futuro”⁴⁶.

46

Para mais informações, acesse: https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/parada-lgbt-de-sp-em-2025-tera-como-tema-o-envelhecimento-da-comunidade/#google_vignette. Acesso em: 19 maio 2025.

Da mesma forma, a 22ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ da Bahia, também em 2025, também aborda o envelhecimento dessa população. O evento, organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que acontece no circuito Barra-Ondina na cidade de Salvador, tem como tema “Envelhecer Sem Vergonha”, com o objetivo de ampliar o debate sobre os direitos e a realidade das pessoas LGBTQIA+ 60+⁴⁷.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foco desta análise, um exemplo da atuação da sociedade civil organizada atuando com a temática do envelhecimento dessa população foi uma atividade que acompanhei, realizada pelo Grupo Arco-Íris, um dos grupos mais antigos e atuantes na defesa da população LGBTQIA+. Em março de 2024, o Grupo Arco-Íris divulgou, em suas redes sociais, que iria realizar rodas de conversas voltadas para o público “LGBTI 40+”. Vi essa chamada ao navegar pelo Instagram. No dia 2 de abril de 2024, às 18h, lá estava eu, nos meus 41 anos de idade, na sede do Grupo Arco-Íris, no centro da cidade do Rio de Janeiro, para participar da roda de conversa. Quando cheguei, não havia praticamente ninguém, mas, próximo das 19h, aproximadamente 20 pessoas estavam presentes, sendo apenas uma mulher, heterossexual, de 32 anos, que relatou ter um irmão gay de 59 anos. Todas as outras pessoas eram homens cis gays. Nossas idades variavam de 39 a 66 anos.

Entre os participantes, havia 4 integrantes fundadores do Grupo Arco-Íris, todos com mais de 60 anos. Um deles relatou que a ideia de criar as rodas de conversas sobre essa temática surgiu em uma conversa com outro fundador do grupo (também presente), e que o evento inicialmente foi pensado para o público especificamente gay e 50+. No entanto, depois, fizeram uma concessão e concordaram colocar 40+ e para a população LGBTQIA+ como um todo. Ele afirmou, ainda, que tanto o diretor do Grupo, Júlio Moreira, quanto o presidente, Cláudio Nascimento, toparam imediatamente a ideia do projeto.

47

Para visualizar o cartaz de divulgação e obter mais informações, acesse: <https://www.doistercos.com.br/envelhecer-lgbt-e-o-tema-da-22a-edicao-da-parada-do-orgulho-lgbt-da-bahia-em-2025/>. Acesso em: 19 maio 2025.

A dinâmica do primeiro encontro foi a seguinte: sentamos em roda e cada pessoa se apresentou usando o microfone. Em seguida, usamos a técnica da “tribuna livre”, em que cada um/a que quisesse falar poderia fazer uso da palavra no microfone sobre a temática do envelhecimento, da longevidade, da “envelhecimento”, da velhice, etc.

Durante a dinâmica, um ponto recorrente do relato dos gays com mais de 50 anos ali presentes foi o incômodo com as mudanças percebidas no próprio corpo. Segundo eles, é comum não reconhecerem o corpo visto no espelho como sendo o deles. Ainda segundo os participantes, seus corpos envelhecidos, na imensa maioria das vezes, não são vistos como corpos “atraentes”, sinais de como o ideal de uma juventude eterna está presente também, em grande medida, nesse segmento da sociedade. Eles relataram ainda que, quando estão iniciando uma paquera, mesmo quando passam pela barreira do corpo envelhecido, ao revelarem a idade, o paquera some. Um outro participante levantou a questão da norma gay de uma vida hipersexualizada, de boates e corpos à mostra, como sendo responsável por afetar a saúde mental conforme a idade vai avançando.

O surgimento de situações como essas pode ter a contribuição de um aspecto que Pocahy e Dornelles (2017, p. 125) já nos apontavam: de forma socialmente ampla, “a realidade de pessoas LGBT em geral é ainda tabu” mesmo para seus próprios integrantes no que tange a vivência dos processos de envelhecimento. Assim, a situação se complexifica ainda mais ao fazermos a intersecção da sexualidade com a questão da velhice, já que, no meio LGBTQIA+, “a velhice não encontra representação positiva sequer entre os pares mais jovens (outros sujeitos igualmente abjetados)” (Pocahy; Dornelles, 2017, p. 125).

A prevalência de uma visão pejorativa em relação à velhice ocorreu também durante essa dinâmica na sede do Grupo Arco-Íris, tanto com quem ainda não está oficialmente dentro dos marcos institucionais da velhice (a partir dos 60 anos) como pelos próprios

indivíduos que já compõem o público idoso. A associação dessa fase da vida com a solidão foi externalizada durante a roda de conversa por dois homens gays com mais de 60 anos que temiam envelhecer sozinhos e, ao mesmo tempo, terem que depender de alguém para a realização das atividades cotidianas.

Ainda nessa direção de um discurso pejorativo, um outro participante da dinâmica, com 55 anos, afirmou que não gostava de ser identificado como “cacura”⁴⁸, que achava o termo muito ruim, e indagou: “O que é ser uma cacura?”. Outro, de 40 e poucos anos, levantou a questão de que os gays sofrem fortemente com o fato de terem que ser eternamente jovens e que se sentia muito perdido por não ter um modelo de sociabilidade gay a seguir a partir dos 40 anos. Segundo ele, até então, havia, para os gays, o modelo da sociabilidade das boates, o interesse de gays mais novos por ele, mas que não havia um roteiro de como viver a sexualidade gay a partir dos 40 anos, nem mesmo nos filmes e séries. Esse mesmo participante considera muito difícil um gay de 40 anos se interessar por outro da mesma idade ou mais velho.

Um outro concordou, afirmando que normalmente os gays mais velhos se interessam por gays jovens, pela beleza física da juventude, mas ponderou que o único problema era quando esses jovens “abriam a boca”. Nesse momento todos riram. Esse mesmo participante afirmou, ainda, que os gays têm uma adolescência tardia e que, quando se começa a gostar das experiências, do nada, a gente se vê velho — e “aí pronto, acabou!”

Nesse evento na sede do Grupo Arco-Íris, também foi possível perceber a existência das disputas discursivas. Se, por um lado, houve a prevalência de uma visão pejorativa sobre a velhice, também houve o compartilhamento de aspectos considerados positivos,

48

Termo utilizado em alguns nichos da comunidade gay para se referir a gays idosos ou com aparência envelhecida.

que são um indicativo de como a posituação sobre a velhice tem se propagado no tecido social brasileiro. Um participante, um dos fundadores do Grupo, afirmou que, para ele, entre os pontos que considera positivos do processo de envelhecimento, está “já ter percorrido uma carreira, a estabilidade financeira e afetiva,” questões que o afligiam na juventude. É possível que isso não seja a realidade da maioria da população idosa no Brasil, que, mesmo nessa fase da vida, e muitas vezes principalmente nessa fase da vida, se vê diante de uma precarização financeira ainda maior. Mas, para um homem cis branco gay de classe média da cidade do Rio de Janeiro, foi/é uma realidade. Esse mesmo participante também relatou que considera que seu corpo aos 60 e poucos anos está bem melhor do que ele pensava que estaria ao chegar nessa idade, mesmo considerando que antes ele “tinha um tanquinho e agora ele tem uma lava e seca”, se referindo à própria barriga. Um outro participante, de 64 anos, também apontou para uma visão positiva em relação à questão corporal durante o envelhecimento. De acordo com seu relato, ele só começou a se sentir melhor depois dos 40 anos, pois antes se considerava muito magro e atualmente tinha “um pouco mais de corpo”.

No entanto, a todo momento, novas visões pejorativas da velhice surgiram. Um outro fundador do grupo relatou que, ao viver na Europa quando era jovem, se sentia muito incomodado de ver velhos na pegação nos banheiros, dizendo inclusive que na época achava aquilo meio “repugnante”. Um outro, que viveu na mesma época na mesma cidade europeia, discordou, afirmando que ele não achava esse tipo de prática “nada demais”, tendo se tornado michê, inclusive. Afirmou ainda que cobrava 250 dólares o programa com os velhos daquela cidade, sendo sempre ativo nos programas. Segundo ele, durante dois anos, ganhou tanto dinheiro que, quando voltou ao Brasil, pagou a metade do valor de um apartamento na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Um outro fator que aponta para a complexidade dos processos de envelhecimento desse público específico — complexidade esta que, como vimos, é ignorada pelas políticas públicas das secretarias voltadas para o público idoso — e que foi trazida durante essa roda de conversa foi o estranhamento de vivenciar um novo preconceito. Muitos afirmaram que, depois de tantos anos, chegam a normalizar as discriminações, exclusões e outros tipos de violências homofóbicas. No entanto, estranharam que, àquela altura da vida, seriam discriminados também devido a um novo marcador social da diferença: a idade. Alguns relataram o incômodo com essa realidade agudizada na comunidade gay, que supervaloriza a corporeidade juvenil magra, alta, malhada e sem deficiências⁴⁹.

Muitos relataram perceber que seus corpos, agora com as marcas da passagem do tempo, se tornaram desvalorizados no mercado sexual gay e do desejo homoerótico, transformando-os em fonte de angústia. Uma participação chamou a atenção para a questão da velhofobia enraizada na cultura brasileira. Um participante, homem cis gay de mais de 60 anos, afirmou que um homem gay jovem que sente atração pelo corpo dele “só pode ser uma pessoa doente”. É possível compreender, a partir de uma fala como essa, que o preconceito e a discriminação não vêm apenas das pessoas não idosas, até porque todos/as nós crescemos e nos desenvolvemos em uma sociedade que idealiza a juventude eterna. Sendo assim, ver-se em um corpo que não possui mais as marcas corporais da juventude é se entender entrando na legião daqueles corpos invisíveis retratados pela palhaça Sassah e pela série *Grace & Frankie*.

49 É importante frisar que a comunidade gay é bastante diversa e que há segmentos que não corroboram a idealização do corpo jovem, sarado/magro e alto como o alvo preferencial do desejo sexual. É o caso da comunidade dos ursos. Os integrantes dessa comunidade comumente são mais gordos, peludos, não tão jovens e procuram relacionamentos sexuais/afetivos com outros homens com as mesmas características.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso da racionalidade neoliberal, assim como o ideal regulatório do aprimoramento vitalício com uma responsabilização individual por uma vida ativa, saudável, aprimorada e autônoma, estão, de certa forma, como pano de fundo nas políticas públicas das secretarias aqui analisadas, na série norte-americana *Grace & Frankie*, na roda de conversa do Grupo Arco-Íris e nas cenas do cotidiano trazidas neste trabalho, sendo mais diretos e explícitos em propagandas, reportagens e alguns programas de TV, como a edição do *Globo Repórter*. Seja na contratação de um plano de saúde que promete um “bem envelhecer”, nas dicas de reportagens que prometem uma velhice ativa ou na ideia presente na fala de uma das usuárias das políticas públicas da Secretaria da Terceira Idade da Prefeitura de Maricá, que diz que “só não vem quem não quer”, todos esses acontecimentos reforçam a lógica de se responsabilizarem os indivíduos pela “boa gestão de si”, mesmo que os espaços onde essas atividades ocorram sejam porventura espaços racistas, LGBTQIA+fóbicos ou capacitistas. Assim, fica aqui o apelo de sempre se frisar que a agência individual e sua capacidade de “resistir ou acessar esses processos não pode ser pensada sem uma análise mais consistente das diferenças e constrangimentos sociais envolvidos” (Rodhen, 2017, p. 40), não bastando, portanto, a oferta de políticas públicas que entendem os processos de envelhecimentos como um processo homogêneo.

No entanto, os agenciamentos coletivos de enunciação (Guattari; Rolnik, 1999) presentes nos microlugares físicos e/ou virtuais aqui analisados, além do discurso da racionalidade neoliberal e/ou da biopolítica molecular, partem de uma visão universalista dos processos de envelhecimento, desconsiderando as especificidades que determinados marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade, classe, entre outros, podem trazer para a vivência desses processos.

Assim, esses agenciamentos “inventam sentidos que circulam e operam, nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas” (Costa; Silveira; Sommer, 2003, p. 23).

Nesse sentido, me coloco ao lado de Pochay e Dornelles (2017, p. 127) quando afirmam a necessidade de compreendermos “os dispositivos políticos institucionais e os arranjos culturais que interpelam as subjetividades-corpos minoritários, levando-nos a recusar de pronto qualquer sombra de universal sobre o envelhecimento”. Todavia, quando se trata dos envelhecimentos, seja nas políticas públicas, na indústria cultural (produções audiovisuais, teatrais, propagandas) ou na mídia jornalística, ainda há forte generalização, “uma espécie de panorama heteronormativo sobre o envelhecimento e a velhice” (Henning, 2017, p. 284) nesses agenciamentos coletivos.

Aqui, fica o apelo para que não só os/as produtores/as da indústria cultural e jornalística, mas também as administrações públicas e a sociedade no geral, ao criarem suas obras e/ou implementarem políticas públicas, rompam com esta lógica universalizante, contribuindo, assim, para uma produção discursiva que reforce, a partir de uma perspectiva interseccional, a importância das singularidades das velhices. Dessa forma, uma nova pedagogia cultural que combata essa ética individualizante contribuirá nos processos de subjetivação dos sujeitos de maneira a trabalhar suas complexidades e auxiliar na desconstrução da abjeção de determinadas identidades, especialmente as da população idosa LGBTQIA+.

Por fim, visando contribuir na desconstrução da hegemonia desses discursos biomedicalizados em relação ao governo da velhice, cabe indagar aqui por que não se afirmar as velhices na perspectiva dos direitos, da experimentação artística; na produção de si que não precise se ancorar em um ideal regulatório da saúde que, ao tentar governar a criação de um futuro “saudável”, “aprimorado” e com “qualidade de vida” — não só para as pessoas idosas, mas para todas as faixas etárias —, pode fazer com que as pessoas

passem pela vida sem ter vivido o tempo presente. A vida não deve ser reduzida a seguir um eterno receituário biomédico com novidades incessantes que prometem um futuro saudável, ativo e feliz que, no entanto, não pode ser garantido.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Pedro Paulo S.; MERCADANTE, Elisabeth F. Travestis, envelhecimento e velhice. **Revista Kairós Gerontologia**, [Brasil], v. 14, n. 5, p. 109-132, dez. 2011.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happyrcracia**: fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu, 2022.

CÉSAR, Maria Rita A. Por uma genealogia da adolescência. **Cadernos da F. F. C.**, [Brasil], v. 9, n. 1, p. 10-20, 2000.

CONRAD, Peter. Medicalization and social control. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 18, p. 209-232, 1992.

COSTA, Marisa V.; SILVEIRA, Rosa H. S.; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 36-61, 2003.

CYPRESTE, Judite. Idosos deixam de ser a menor parcela da população e já superam faixa de 15 a 24 anos, diz IBGE. **G1**, [Brasil], 22 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/08/22/idosos-populacao-jovens.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2025.

DEBERT, Guita G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBERT, Guita G. Feminismo e velhice. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 15-37, maio/ago. 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 11-37.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 14ª edição. Rio de Janeiro, Edições Graal: 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRINBERG, Felipe *et al.* Leblon tem mais idosos e Barra concentra 12 mil lares com 4 banheiros. Veja o perfil dos bairros do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 dez. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/12/01/leblon-tem-mais-idosos-barra-concentra-12-mil-lares-com-4-banheiros-veja-o-perfil-dos-bairros-do-rio.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos idosos LGBT. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, 2017.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.

MEYER, Dagmar. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In*: MEYER, Dagmar, PARAÍSO, Marlucy A. (org.). **Metodologias pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

NUNES, Beatriz Bloise P. **Velhice, envelhecimento e longevidade na educação básica**. 2025. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. Dossiê Cartografia: pistas do método da cartografia. v. II. **Fractal**: Revista de Psicologia, [Brasil], v. 25, n. 2, p. 217-220, 2013.

POCAHY, Fernando A. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Polis e Psique**, [Brasil], v. 1, p. 254-275, 2011.

POCAHY, Fernando A. Entre vapores & vídeos pornôns: dissidências homo/eróticas na trama discursiva do envelhecimento masculino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 357-376, maio/ago. 2012.

POCAHY, Fernando A.; DORNELLES, Priscila G. Gênero, sexualidades e envelhecimento: mapeando a pesquisa e a intervenção social LGBT no Brasil. **Journal of Studies on Citizenship and Sustainability**, [s. l.], v. 1, p. 124-138, 2017.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 24, p. 27-54, abr. 2006.

ROHDEN, Fabíola. Vida saudável versus vida aprimorada: tecnologias biomédicas, processos de subjetivação e aprimoramento. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 29-60, jan./abr. 2017.

SAIS, Almir P. **Dispositivo da velhice**: uma analítica interpretativa. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

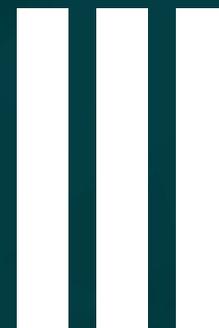
SANTOS, Daniel K. **Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis/SC**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, Daniel K.; LAGO, Mara C. S. O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, p. 133-144, 2016.

SPINK, Peter K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, [Brasil], v. 20, p. 70-77, 2008.

TÓTORA, Silvana. Genealogia da velhice. **Ecopolítica**, [Brasil], v. 6, p. 4-21, 2013.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo N. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, [Brasil], v. 23, p. 454-463, 2011.



Késia dos Anjos Rocha

ABRIR ALAS À FANTASIA:

**A PRODUÇÃO DA VELHICE
NA LITERATURA INFANTIL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-455-1.III

CONTAR HISTÓRIAS

Contar histórias, fabular, ficcionalizar. “A arte nos ajuda a imaginar a vida de outra maneira” — essa foi uma frase proferida pela escritora moçambicana Paulina Chiziane quando questionada sobre o papel da literatura em sua/nossas vidas, e essa me pareceu uma boa forma de abrir a conversa deste capítulo. No percurso da escritora Chiziane, que se apresenta como uma contadora de histórias, a oralidade dança junto à escrita na composição de seus romances e de suas personagens; as narrativas se compõem nos passos ensaiados entre realidade e ficção. É uma composição de histórias que acontecem enquanto a escritora caminha pelas rotas do cotidiano — nas feiras, nas rodas de vizinhas, nas ruas de seu povoado. São, portanto, histórias inventadas, mas que, como ato político e poético, se constituem como movimentos pedagógicos de feitura e composições de sujeitos e subjetividades que, no cenário sócio-político-econômico cisheteropatriarcal e colonial no qual vivemos, têm menor acesso às tecnologias editoriais e condições socioeconômicas necessárias para sua materialização.

Importantes escritoras brasileiras, como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, mulheres negras, advindas de contextos periféricos, também expõem, no delineamento de suas trajetórias, os desafios de acessar essas tecnologias de produção de mundos. Frente às tramas interseccionais dos diferentes marcadores sociais que atravessam os corpos e as trajetórias dessas escritoras, cada uma delas criou sua própria ferramenta ou pedagogia que possibilitou escrever, criar, contar e publicar suas histórias. Conceição Evaristo se lançou ao feito de “construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência” (Evaristo, 2017, p. 9), ofertou-nos suas escrituras e tirou do silenciamento muitas personagens importantes, como Ponciá Vicêncio, inspirada na história de sua irmã mais velha. Ponciá é uma personagem complexa que

vivência sucessivas perdas — pai, mãe, filhos/as — e vai adentrando um vazio profundo, vai apartando-se de si mesma. A loucura de Ponciá, como bem coloca Maria José Barbosa no prefácio do livro, é apresentada por Evaristo “[...] como uma consequência de grandes abalos emocionais, de profundas ausências e vazios, mas também como resultado de fatores sociais (extrema pobreza, desamparo e injustiças sociais) que levam a situações extremamente estressantes.” A personagem é uma pessoa que “foi acumulando partidas e vazios até culminar numa grande ausência” (Evaristo, 2003, p. 7). Ponciá não enlouquece; ela é enlouquecida pelos aparatos de opressão do mundo.

Assim como Conceição Evaristo, que, por meio da escrita, nos leva/levou pelos becos de suas memórias, Carolina Maria de Jesus abriu as portas do seu barraco na favela, o quarto de despejo da sociedade, e escancarou as histórias não contadas sobre muitas de nós. Carolina fez da arte sua parceira na jornada pela sobrevivência, contou suas histórias, cantou, escreveu poemas e músicas, foi uma artista complexa. Não faltou sonho frente à realidade tão cruel vivenciada por tantas mulheres negras e periféricas nos anos em que viveu. Essas três escritoras nos mostram como a literatura e a arte, de modo geral, são capazes de mobilizar a produção de agenciamentos em meio aos jogos de produção de verdades nos quais estamos todas/os inseridos/as.

bell hooks⁵⁰ (2013, 2020), ainda que de forma diferente, também toma a escrita como tecnologia de contracolônização ao converter sua prática enquanto docente em teorização sobre modos de pensar a educação como prática de liberdade. Os caminhos e ferramentas de hooks estão centrados na articulação entre teoria e vivência/experiência como estratégia de produção de conhecimento.

50

A autora escrevia e preferia que seu nome fosse escrito com letras minúsculas. Para ela, era um modo de dar mais evidência às suas ideias e reflexões do que a ela como pessoa; era um posicionamento político.

É uma aposta na quebra de algumas das estruturas hierárquicas que sustentam as relações e meios de produção de saberes na academia e também nas esferas institucionais editoriais; nessa perspectiva proposta pela autora, a experiência articulada à teoria permite a produção de um conhecimento corporificado. Quem pode publicar? Quem pode produzir conhecimento? Quem define o que é publicável? As apostas epistêmicas da autora mexem um pouco nesses pontos. Ao escrever sobre a sua prática docente e sobre suas experiências enquanto mulher, negra, feminista, intelectual, professora, hooks se converte numa voz parceira de muitas pesquisadoras/es que se inspiram e seguem seus passos.

Outra contribuição da autora para essa discussão inicial e que se conecta mais diretamente com os passos futuros deste capítulo se refere à escrita de livros infantis. hooks é enfática em dizer que a escrita de livros endereçados às infâncias é uma rota de criação de novos/outros paradigmas, ou seja, é uma maneira de ampliarmos as formas de vermos, sentirmos e compreendermos a realidade. Como criar e oferecer outras imagens e inspirações para crianças negras em meio a uma série de aparatos pedagógicos e culturais racistas que estereotipam ou negam suas existências? É um trabalho que se conecta às trajetórias das escritoras anteriormente citadas e que tem como cerne a relação com a memória, com a trajetória e suas ficcionalizações.

Para a escrita do livro infantil *Meu crespo é de rainha* (hooks, 2018), hooks revisita as experiências de infância, rememora os gestos de afeto de sua mãe para com ela e as irmãs, recorda as palavras da mãe — sobre os cabelos lindos de suas meninas, de textura macia, de cheiro doce, parecidos com nuvens. Essas memórias são laboratório de criação de uma personagem que complexifica o sentido da diferença, uma personagem que, ao contrário de outras, não foi ensinada a odiar o próprio cabelo. Grada Kilomba (2019) contribui para essa discussão a partir da análise de um episódio de racismo cotidiano no qual uma mulher/ou criança negra é abordada por pessoas

brancas que desejam tocar seu cabelo ou que fazem perguntas sobre os modos de cuidados com os cabelos; no caso da cena analisada, a diferença aparece como justificativa para essa “invasão” ou “violação” sofrida por pessoas negras — tocar o cabelo seria justificável devido à diferença, que seria inerente a alguns sujeitos. A produção da diferença, nesse caso, está intimamente ligada aos processos discursivos de produção do racismo que são reiterados cotidianamente e historicamente no âmbito da cultura, das relações, das pedagogias culturais. As histórias escritas por bell hooks adentram essa arena de disputas discursivas que produzem a diferença como exclusão, como apagamento e, muitas vezes, como política de morte ou, nos termos de Mbembe (2018), como uma necropolítica. Como enfatiza Kilomba, “[...] o racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes” (Kilomba, 2019, p. 130).

Uma cadeia de palavras, imagens e práticas associadas compõem regimes discursivos que definirão quem somos. Serão responsáveis por definir as concepções e entendimentos do que é (ou seria) ser homem, mulher, criança, jovem, idoso/a etc. O movimento analítico que fazemos a partir de agora caminha no sentido de convidar as pessoas leitoras a pensarem como as reflexões sobre o envelhecimento podem se fazer presentes nas práticas educativas, seja em contextos institucionais, como a escola, seja em outras cenas, de modo mais inventivo, crítico e até mesmo fabulativo. E, antes disso, também se abre espaço para complexificarmos nossos entendimentos sobre o papel dos artefatos culturais na produção/criação das imagens e concepções que temos sobre o envelhecimento. A arte e, nesse caso específico, a literatura endereçada às infâncias foram o território escolhido para esse exercício imaginativo. Fabulação, nesse contexto, ganha um sentido de alargamento das nossas liberdades de criação, já que acreditamos que ensinar-aprender requer o movimento radical de uma pedagogia da imaginação, da inventividade.

Circular por ou habitar as metáforas é um desses exercícios de fabulação, pois nos permite o estabelecimento de conversas não inocentes com o mundo, como sugere Donna Haraway (2009). Para isso, seguiremos o percurso da curadoria literária que compõe o projeto de pesquisa “Velhices e infâncias em intersecções: um olhar para os artefatos culturais que atravessam as infâncias”⁵¹. Compreendemos a literatura como uma importante instância pedagógica e mergulhar nos enredos de algumas obras endereçadas às infâncias tem nos permitido adensar nossos entendimentos sobre o papel da arte, dos artefatos culturais nos processos de inscrições da velhice no imaginário social.

Velhices. Infâncias. Até onde pode ir nossa imaginação ou perspectivas de fabulação quando dizemos de uma dessas categorias que, mesmo com suas especificidades, são atravessadas por desafios, estereótipos, desamparos, regimes de controle, vulnerabilidades? Até que ponto, no âmbito de um cenário de produção de modos de vida e sujeitos neoliberalizados, podemos falar de liberdades para imaginar? E de que nos serviria tal feito imaginativo? Para que serviria? É disso que trataremos neste capítulo.

CURADORIA

Os livros infantis estão presentes em espaços escolares, nas bibliotecas, em espaços culturais e até mesmo em algumas casas, a depender dos atravessamentos de classe das famílias. Esses artefatos (e vários outros), portanto, contribuem para a criação das imagens da velhice que povoam e povoarão nosso imaginário ao longo da vida. Tais artefatos operam dentro de um roteiro de produção de

51

A pesquisa recebe financiamento da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Bolsa de Pós-doutorado Nota 10), Processo SEI E-26/200.118/2024.

sujeitos e, portanto, de concepções de gênero, racialização, sexualidades, classe, velhice, etc. Até mesmo quando não contam e não ilustram determinadas histórias, se mantêm ativos na produção de subjetividades, tentativas de condução de condutas e criação/imposição de imagens/modelos universais. Como nos diz Gloria Anzaldúa, “fazer significado é um caso colaborativo” (Anzaldúa, 2021, p. 137).

Colaborativos também foram os gestos metodológicos que me auxiliaram a compor essa reflexão. Na feitura da pesquisa, o procedimento de curadoria foi tomado como rota metodológica, como estratégia de seleção do material a ser analisado na pesquisa, e mobilizado em práticas educativas, como atividades de extensão e disciplinas na pós-graduação. Fazemos tais apostas por acreditarmos na importância da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e por compreendê-las como cenários de um mesmo mapa de produção de conhecimentos. Sobre a extensão, me refiro à atividade “Velhices e Infâncias em intersecções: rodas literárias”, coordenada em parceria com o pesquisador Fernando Pocahy (um dos autores deste livro e supervisor da pesquisa) e com as pesquisadoras de iniciação científica Samara Rodrigues de Souza e Laryssa Kelly Silveira Martins. Muitos dos livros aqui analisados foram compartilhados como material de estudo e sensibilização durante um ciclo de quatro encontros teórico-práticos, realizados no primeiro semestre de 2024, com estudantes de graduação (majoritariamente do curso de Pedagogia). No âmbito do ensino, me refiro à experiência na disciplina “Corpo, gênero e sexualidades: intersecções com o envelhecimento”, ministrada pelos pesquisadores Fernando Pocahy, Thalles do Amaral de Souza Cruz, Francisco Ullissis Paixão Vasconcelos e por mim no segundo semestre de 2024. A disciplina reuniu estudantes de diversos programas de pós-graduação da UERJ e outras universidades (programas de Educação, Psicologia, Geografia, entre outros) e teve como foco articular problematizações sobre diversidade sexual, gênero, raça e classe na intersecção com o envelhecimento.

Nas trocas durante a disciplina, o cinema e a literatura foram ferramentas teórico-metodológicas fundamentais nos processos de (des) aprendizagens vivenciados.

Retomando a partilha dos gestos metodológicos da pesquisa, tenho chamado de colaborativo por não se tratar de um método isolado de seleção, focado em programas específicos ou realizado a partir de pesquisas nas páginas de editoras. Realizamos um trabalho de curadoria pessoal que visava reunir obras de literatura infantil que abordassem a velhice. A composição da curadoria tem se constituído por movimentos de pesquisa que podem ser descritos da seguinte forma: movimento 1: agrupamento de obras presentes em nossos acervos pessoais (da pesquisadora e do supervisor da pesquisa); movimento 2: pesquisas a partir de visitas a livrarias físicas e virtuais; movimento 3: obras adicionadas a partir de indicações de pesquisadores/as e pessoas próximas, sobretudo em contexto de eventos acadêmicos; e movimento 4: busca por livros que abordem o envelhecimento articulado com outros eixos de poder, como gênero, sexualidades, raça etc.

Para a formulação do que compreendo por curadoria, me aproximo de um debate do campo das artes visuais sobre o conceito de curadoria educativa. Tal conceito surge do contexto museal “[...] como uma estratégia política para subverter a hierarquia institucional, equiparando o *status* dos profissionais responsáveis pelos programas educativos com o dos curadores de coleções e exposições” (Vianna; Oliveira, 2023, p. 303). A argumentação é que tanto curadores/as de exposições como educadores/as dos programas educativos, e até mesmo professores/as de artes, estão implicados com uma educação estética e política e com uma reorganização do sensível. Como aponta Vergara (2018, p. 42), “[...] uma curadoria educativa tem como objetivo explorar a potência da arte como veículo de ação cultural e essa [...] ação cultural da arte supõe a dinamização da relação arte/ indivíduo/sociedade, isto é, a formação da consciência do olhar”.

A curadoria tem sido uma metodologia de trabalho que venho utilizando há alguns anos em pesquisas no campo da Educação e dos estudos de gênero e sexualidades. No movimento empreendido no âmbito de minha pesquisa de doutorado (Rocha, 2023), investiguei episódios de censuras a manifestações artivistas que abordavam as dissidências sexuais e de gênero, buscando compreender os impactos das investidas antigênero nas práticas e políticas de educação. Para o mapeamento das manifestações artísticas, organizei uma rota de trabalho que denominei *Cuiradoria* (curadoria *queer*), um procedimento de pesquisa que me permitiu construir parâmetros e caminhos para articular diferentes artefatos culturais/manifestações artísticas de linguagens distintas, como artes visuais, *performances*, artes cênicas e literatura, reunidas a partir de um fio condutor ancorado nos estudos *cuir/queer* e estudos feministas.

Assim como nos trabalhos anteriores, para a curadoria que empreendi nesta pesquisa, foram considerados aspectos históricos, estéticos, culturais, educativos, políticos e pessoais; esses últimos justificam o fato de que, em meio a um gama de livros e títulos disponíveis em diversas editoras, somente alguns deles foram selecionados. Reuni, até o momento, 29 livros infantis que versam sobre o envelhecimento e, a partir da leitura analítica das obras, organizei subgrupos temáticos que convidam ao debate sobre questões como: envelhecimento, avosidades, tempo e memória, envelhecimento e raça, envelhecimento LGBTQIA+⁵², solidão e relação entre velhices e existências dissidentes. O quadro abaixo apresenta a curadoria que orienta a análise.

52

Ao longo do texto, utilizo a sigla LGBTQIA+ para me referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras. Ver nota correspondente na Introdução.

Quadro 1 – Curadoria das obras

Título	Autoria	Editora/Ano da 1ª edição	País	Grupo temático
1. O catador de pensamentos	Monika Feth; Antoni Boratynski	Brinque-Book/1996	Alemanha	Quando envelhecer não é sinônimo de avosidade, o que temos?
2. A velhinha que dava nome às coisas	Cynthia Rylant; Kathryn Brown	Brinque-Book/1997	Estados Unidos	
3. A caligrafia de Dona Sofia	André Neves	Paulinas/2021	Brasil	
4. Sem retoque	Adriana Freitas; Enéas Ribeiro Corrêa	Inverso/2021	Brasil	
5. Pronta filha?	Adriana Freitas; Vitor Benavides	Inverso/2022	Brasil	
6. A criança mais velha do mundo	Marcelo Romagnoli; Camila Carrossine	Panda Books/2013	Brasil	Tempo
7. Tempo de voo	Bartolomeu Campos de Queirós; Alfonso Ruano	Global/2016	Brasil	
8. Memória de elefante	Paul de Santis; Fereshteh Najafi	Ôzé/2023	Brasil	Memória
9. Cachinhos e prata	Leo Cunha; Rui de Oliveira	Paulinas/2017	Brasil	
10. Guilherme Augusto Araújo Fernandes	Mem Fox; Julie Vivas	Brinque-Books/1995	Austrália	

Título	Autoria	Editora/Ano da 1ª edição	País	Grupo temático
11. Bento vento tempo	Stênio Gardel; Nelson Cruz	Companhia das Letrinhas/2024	Brasil	Avosidades
12. Meu avô é um problema	Babette Cole	Companhia das Letrinhas/1988	Inglaterra	
13. Minha avó é um problema	Babette Cole	Companhia das Letrinhas/1987	Inglaterra	
14. Como ser baba do vovô	Jean Reagan; Lee Wildish	Companhia das Letrinhas/2012	Estados Unidos	
15. Como ser baba da vovó	Jean Reagan; Lee Wildish	Companhia das Letrinhas/2014	Estados Unidos	
16. O dia em que minha avó envelheceu	Lúcia Fidalgo; Veruschka Guerra	Cortez/2013	Brasil	
17. Minha avó ia ao cinema	Paula Marconi de Lima; Lumina Pirlampus	Companhia das Letrinhas/2023	Brasil	
18. Infinitos	Leo Cunha; Alexandre Rampazo	Melhoramentos/ 2021	Brasil	
19. Colo de avó	Roseana Murray; Elizabeth Teixeira	Brinque-Books/2015	Brasil	
20. O menino e seu amigo	Ziraldo	Melhoramentos/2003	Brasil	
21. Menina Nina	Ziraldo	Melhoramentos/2002	Brasil	
22. A casa sonolenta	Audrey Wood; Don Wood	Ática/1999	Estados Unidos	
23. Vó, para de fotografar!	Ilan Brenman; Guilherme Karsten	Melhoramentos/2017	Brasil	

Título	Autoria	Editora/Ano da 1ª edição	País	Grupo temático
24. Minhas duas avós	Ana Teixeira	Pólen/2017	Brasil	Avosidades outras
25. Betina	Nilma Lino Gomes; Denise Nascimento	Mazza Edições/2009	Brasil	
26. Os dengos na moringa de voinha	Ana Fátima; Fernanda Rodrigues	Brinque-Books/ 2023	Brasil	
27. Julián é uma sereia	Jessica Love	Boitatá/2021	Estados Unidos	
28. Julián no casamento	Jessica Love	Boitatá/2023	Estados Unidos	
29. Doce Riacho	Gianinna Schaeffer Bernardes; Chris K.	Imprensa Oficial Graciliano Ramos/2019	Brasil	

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Quando olhamos para esse quadro, que ainda nos conta pouco sobre o conteúdo e os dizeres das obras, algumas questões iniciais emergem: para onde essa curadoria de livros de literatura infantil nos conduz? Ela nos aproxima ou nos afasta de algumas visões e histórias universais sobre o envelhecimento? A partir de agora, buscarei apresentar um panorama geral das problematizações que advém do contato, leitura e reflexão sobre as obras. A curadoria acontece ancorada nas fundamentações teórico-epistemológicas dos estudos feministas interseccionais, dos debates teóricos sobre envelhecimento e de algumas contribuições dos estudos *queer* que, em combinação, me auxiliam a aprofundar e complexificar as compreensões sobre a produção, o governo e a (re)invenção da velhice, ou das velhices, como categoria plural, inacabada e, portanto, em constante negociação.

Como sugerem Rachel Vianna e Bernardo de Oliveira (2023, p. 341), “[...] uma curadoria não implica uma afirmação definitiva sobre um determinado conjunto de trabalhos, mas uma perspectiva dentre muitas possíveis”. Assim, procurei organizar as obras em conjuntos que, por aproximação, constroem ou produzem uma ideia de algo. Na partilha deste escrito com as pessoas que nos leem, o conhecimento produzido também se faz de maneira colaborativa, pois, quando partilhamos nossas curadorias, uma coprodução de sentidos inicia seu curso.

Antes de seguirmos, cabe enfatizar que as análises não visam expor ou demonstrar a totalidade de produções literárias sobre a velhice endereçadas às infâncias. Os títulos dessa nossa curadoria pessoal, ao serem trazidos para o cenário da pesquisa, ofertam um fragmento do real dessas produções. Assim, à medida que as narrativas e suas personagens se aproximam ou se distanciam umas das outras, conseguimos alargar nossas margens de compreensão, imaginação e conhecimento sobre o que tem sido escrito, ilustrado e contado às crianças sobre personagens e sujeitos idosos/as.

VELHICE COMO SINÔNIMO DE AVOSIDADE

Colo de avó (Murray, 2017). *O dia em que minha avó envelheceu* (Fidalgo, 2013). *Como ser babá do vovô* (Reagan, 2013). *Como ser babá da vovó* (Reagan, 2019). *Minha avó ia ao cinema* (Lima, 2023). *Minha avó é um problema* (Cole, 1994). *Meu avô é um problema* (Cole, 1996). *Minhas duas avós* (Teixeira, 2017). *Vó, para de fotografar!* (Brenman, 2017). Essa é uma sequência de algumas obras que já anunciam no título o lugar/papel da personagem idosa — a avosidade. Algumas outras, como *Bento vento tempo* (Gardel, 2024), *Infinitos* (Cunha, 2021), *Betina* (Gomes, 2009), *Doce Riacho* (Bernardes, 2019), *Julián no casamento* (Love, 2023), *Julián é uma sereia* (Love, 2021),

O menino e seu amigo (Ziraldó, 2012) e *Cachinhos de prata* (Cunha, 2017), embora não anunciem de imediato, também são protagonizadas por avós e avôs. A intergeracionalidade entre infância e velhice está presente em todas essas obras, até porque, como bem destaca Ramos (2015, p. 197), “cada vez que uma criança nasce, nasce ou renasce também um avô. O nascimento de uma criança impele a todos a escala genealógica, atribuindo aos avós essa nova posição familiar”. Essa afirmação, cabe dizer, só faz sentido quando pensamos no modelo de organização social ocidental que tem a família nuclear como norma. Digo isso porque, se nos aproximarmos de outras cosmocepções, provavelmente encontraremos outros arranjos.

A pirâmide etária brasileira tem se transformado ao longo dos anos; segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), a população com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% nos últimos 12 anos, e a perspectiva, de acordo com a literatura sobre o tema, é de que em 2030 o número de pessoas idosas seja superior ao grupo de crianças de até 14 anos (Doll; Ramos; Buaes, 2015). Esses dados, bem como outras estatísticas demográficas apresentadas nos capítulos anteriores, evidenciam o aumento da longevidade da população e nos fazem pensar sobre a produção de novas demandas por políticas sociais e agendas de pesquisa que contribuam para a elaboração e/ou aprimoramento dessas políticas, além de chamarem a atenção para outros setores da sociedade, como a educação, que tem papel importante na arena de produção discursiva sobre a temática.

Esse aumento da longevidade acaba por transformar os arranjos familiares à medida que várias gerações passam a conviver por mais tempo. As personagens dos livros infantis demonstram alguma face dessa realidade quando ilustram a convivência entre diferentes atores/atrizes sociais — entre crianças e pessoas idosas, idosas/os e adultos/as de várias idades. No entanto, é difícil identificarmos, nessas obras, as idades dessas personagens. Os livros de literatura infantil não costumam trazer muitas diferenciações entre

as personagens idosas, o que pode ser atribuído ao padrão de construção da velhice como uma etapa homogênea da vida, sem muito direito a singularidades (Debert, 2004). Em geral, observamos que, sejam elas avós/avôs ou não, são ilustradas com uma estética mais velha, algo que é observável pela presença das rugas, cabelos brancos, uso de acessórios como bengalas, óculos etc. O que gostaria de enfatizar a partir dessa argumentação é que velhices e avosidades são categorias variáveis em termos de idades, em termos geracionais; uma pessoa pode ser avó aos 40, 50, 60, 70 anos, bem como pode chegar ao feito de ser bisavó, o que amplia cada vez mais a coexistência de gerações diferentes em um mesmo grupo familiar.

Análises sobre a representação da velhice como sinônimo de avosidade foram feitas anteriormente por outras pesquisadoras (Ramos, 2015; Freitas; Sousa, 2023). No trabalho de Ramos (2015), no qual analisou 24 livros de literatura infantil, a autora enfatiza a importância do estatuto pedagógico da literatura (Fischer, 1997), destacando o papel dos artefatos culturais na produção e circulação de determinados discursos que, ao se repetirem, acabam por produzir imagens normativas sobre a velhice. Exemplo disso é o grande número de personagens avós/avôs na literatura infantil.

A síntese da análise de Ramos (2015) nos traz um quadro interessante, que demarca alguns pontos: velhice como sinônimo de avosidade; o fato de os enredos das histórias se passarem, em sua maioria, no ambiente doméstico (casa do/a idoso/a, casa de familiares); as diferenças de gênero presentes nos espaços e atividades que cada personagem ocupa e desempenha, com as mulheres sendo retratadas dentro de casa, envolvidas nas atividades domésticas, e os homens retratados em ambientes mais externos, como quintais, hortas etc.; a ausência de relações entre casais idosos/as, como se afeto e sexualidades não combinassem com a velhice; e ênfase nas fragilidades e adoecimentos que advêm das transformações de um corpo que passa por mudanças e envelhece.

O trabalho de Ramos (2015) e a pesquisa em curso têm em comum uma curadoria de obras nas quais as mulheres são maioria entre as personagens idosas. Em nosso acervo, dos 29 livros selecionados, 9 trazem personagens homens e 20 trazem mulheres. Desse total, somente em três obras as protagonistas aparecem com um/uma parceiro ou parceira — *Os dengos na moringa de voinha* (vó Marina e o voinho), *Doce Riacho* (vô Ari e vó Margarida) e *Minhas duas avós* (um casal de avós idosas) —; nas demais obras, as velhices aparecem sozinhas. Diante desse quadro, podemos fazer algumas problematizações. A primeira delas diz respeito à viuvez, condição vivenciada por muitas pessoas, mesmo as de outras faixas etárias; a questão da viuvez pode ser pensada a partir dos dados já analisados no primeiro capítulo por Fernando Pocahy. Tais dados evidenciam que, no grupo da população idosa brasileira, as mulheres têm uma expectativa de vida maior que os homens, vivendo cerca de sete anos mais. No entanto, para além da maior longevidade das mulheres, outros fatores relacionados às desigualdades de gênero podem influenciar esse quadro representativo da velhice nas obras.

De acordo com o estudo da pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Janaína Feijó (Feijó, 2023), o número de mães solo, ou seja, mulheres que cuidam de seus/suas filhos/as sozinhas, aumentou na última década — de 9,6 milhões em 2012 para 11,3 milhões em 2022, e, nesse montante, o quantitativo de mães solo negras (pretas e pardas) aumentou de 5,4 para 6,9 milhões. Diante desses apontamentos e dados, acredito que temos um conjunto de fatores que nos permite dizer que a maior presença das personagens idosas mulheres pode ser um resultado ou um espelhamento do impacto das regulações de gênero e das desigualdades raciais da cultura cisheteropatriarcal. Tais problematizações, no entanto, não visam reiterar a norma de que pessoas idosas devem ser retratadas sempre como casais ou a ideia de que estar só não poderia ser uma escolha — nossas críticas apontam sempre na defesa da pluralização dessas representações e no questionamento das visões/imagens universais da velhice.

A dimensão do afeto e da sexualidade nas representações das personagens idosas aparece em alguns dos livros do nosso acervo. Em *Os dengos na moringa de voinha*, a personagem vó Marina divide a história com o voinho, que é um capoeirista dos bons; em *Doce Riacho*, vó Ari e vó Margarida compartilham a vida e o cotidiano com os/as netos/as em uma vila de pescadores do litoral de Maceió/AL; e, na história *Minhas duas avós*, única obra do acervo com personagens idosas LGBTQIA+, as avós — a de cabelo marrom e a de cabelo curtinho — protagonizam uma história na qual a partilha do cotidiano e afeto entre elas é explícito. Mais à frente aprofundaremos a análise dessa obra; por ora, foquemos nas avosidades apresentadas na Figura 1: imagens de pessoas idosas, marcadas esteticamente por sinais que nos levam a localizá-las no lugar de pessoas mais velhas (corporeidade/postura, cabelos brancos, usos de acessórios como óculos), destituídas de um vínculo afetivo-sexual com alguém, provavelmente aposentadas, brancas, vivendo em suas casinhas e, aparentemente, bastante disponíveis para o convívio (e cuidado) com os/as netos/as.

Figura 1 – Estética das avosidades



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nota: na ordem das imagens: Minha avó é um problema (Cole, 1996); Infinitos (Cunha, 2021); O dia em que minha avó envelheceu (Fidalgo, 2013); Como ser babá do vovô (Reagan, 2013); Vó, para de fotografar! (Brenman, 2017); Colo de avó (Murray, 2017); Meu avô é um problema (Cole, 1996); Bento vento tempo (Gardel, 2024); Como ser babá da vovó (Reagan, 2019).

Velhices e avosidades não nomeadas. Esse é outro ponto que chama a atenção nessas obras, pois observamos que grande parte das avós e avôs não têm um nome; são personagens sem nomes, reduzidas ao papel que ocupam na cadeia da parentalidade normativa. As poucas exceções se encontram no livro *Riacho Doce*, no qual conhecemos vó Ari e vó Margarida, em *Bento vento tempo*, no qual conhecemos o vó Cacá, e em *Os dengos na moringa de voinha*, protagonizado pela voinha Marina. Os nomes, nessas obras citadas, não aparecem apenas como figurativos, mas traduzem um direito à demarcação das singularidades e subjetividades das personagens. A nomeação nos conta que elas são pessoas idosas, avós/avôs, mas são também sujeitos carregados de história, trajetória, realizações, sonhos, dificuldades etc. Vó Cacá era repentista e andava pelo povoado com sua bicicleta amarela; vó Ari e vó Margarida são ribeirinhos de uma vila de pescadores/as do litoral norte de Maceió/Alagoas; voinha Marina abre as portas da casa e do quintal e nos convida a uma narrativa afrocentrada, que aborda aspectos da cultura afrodiaspórica e de uma ancestralidade com cheiro de dendê e sabor de caruru.

Ainda sobre o aspecto da intergeracionalidade, cabe o diálogo com outro movimento de pesquisa de Ramos (2009), no qual investigou as concepções de crianças de 8 e 10 anos sobre a velhice. Quando espelhamos as informações produzidas pela pesquisadora com as reflexões que faço neste trabalho, é possível reconhecer ainda mais o estatuto pedagógico da literatura infantil nos processos de ensinar-aprender sobre modos de conduzir os processos do envelhecer. Como aponta Ramos (2009, p. 239):

Os saberes das crianças fazem referência a um amplo currículo cultural que produz e legitima enunciados discursivos sobre o corpo que envelhece. Enunciados que, ao relacionarem o corpo-velho a determinados atributos, acabam por controlar seus modos de ser, de fazer e de viver.

Adentrar as cenas das culturas das infâncias e buscar apreender o que elas pensam sobre a velhice desvelou aspectos importantes sobre como uma geração se constitui em relação com a outra. As crianças “[...] apreendem do mundo estímulos e elementos para produzirem suas próprias culturas da infância, num processo que recria constantemente a sociedade na qual estão inseridas”. Provocadas pela pergunta “o que os velhos podem fazer?”, algumas das crianças disseram: “Bah, sôra, numa piscina que eu vou vai um monte de velha assim com maiô (ri bastante), parece tri ridículo sôra!”, “Bah sôra, esses dias vi minha avó beijando meu avô. Bah, que nojo!” (Ramos, 2009, p. 252).

A gente observa, a partir de falas como essas, o lugar das pessoas idosas e do corpo velho na nossa cultura. Esse corpo, chamado de “corpo-bagulho” por uma das crianças (Ramos, 2009), ganha *status* de abjeção; não é bem-vindo na piscina ou na praia, não pode usar determinadas roupas, não pode beijar, namorar etc. Nas histórias infantis, as corporeidades de muitas personagens idosas reiteram uma norma que aparece nas falas das crianças: a ideia do corpo velho como frágil, incapaz de fazer coisas cotidianas; um corpo vigiado, um corpo-bagulho, como se o atributo da beleza não lhes coubesse; idosos/as como sujeitos “sem corpos” — sem corpos para o belo, para o sexy, para o desejável. Em meio a todos os investimentos simbólicos e culturais que reforçam essas normas, percebemos, como bem destaca Ramos (2009, p. 241), que “[...] a vida do idoso — e de cada um de nós — está diretamente relacionada aos investimentos que são feitos sobre ele, investimentos que contam a história de uma época, que falam de mudanças, das belezas e dos sonhos de uma cultura”.

A produção da velhice como sinônimo de avosidade talvez tenha sido parte significativa desse ensinar-aprender vivenciado pelas infâncias. Só se pode esperar, então, avós e avôs aposentados/as,

ou seja, com muito tempo livre, de preferência sempre muito vestidos e disponíveis para a convivência com os/as netos/as. Há pouco espaço para outras representações, e um ótimo exemplo dessa lacuna são os/as avós/avôs que ainda seguem desempenhando atividades laborais, seja por desejo, seja por necessidade. Chamo a atenção para isso porque as pessoas idosas trabalhadoras estão ao nosso redor, nos estabelecimentos comerciais, nas universidades, nas escolas e, evidentemente, na nossa política: somos um país governado por pessoas idosas. A política, não só no Brasil, é gerida (em sua maioria) por homens brancos cisgêneros idosos.

Quais seriam, então, as expectativas para essas personagens? O que se espera delas? Que sejam fofinhas, cuidadoras, engraçadas, amorosas, caseiras, bondosas? Não busco desenhar uma analítica dual ou binária sobre como a velhice aparece na literatura infantil, se boa ou má, se sozinha ou acompanhada, se feliz ou triste. O que nos importa aqui é colocar em relevo a pluralidade das narrativas e, a partir do que elas nos ofertam, identificar as trajetórias e técnicas de governo (Lemke, 2017) empreendidas não só para as velhices, mas para crianças, jovens e adultos. Outro ponto de interesse, para além das táticas de governo, é avistar as brechas, as possíveis frestas que nos permitem imaginar para além da norma; adensaremos esse ponto mais adiante.

Até aqui, talvez possamos dizer que o mundo das crianças (e também dos adultos/as), é constituído a partir das variadas comunidades interpretativas (Collins, 2019) nas quais aprendemos a ser quem somos — escola, família, igreja, brincadeiras, literatura, produções audiovisuais diversas, propagandas, redes sociais etc. Como atrizes sociais criativas e ativas, as crianças constroem seu pensamento e sua concepção de mundo a partir da interação com muitos desses universos.

QUEM CUIDA DE QUEM? PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE CUIDADO

— Ai! Ui! Vó! — reclamava a menina.

— Que isso, Betina? Estou penteando com tanto cuidado! Seguro cada montinho de cabelo bem perto da raiz e ainda uso um pente de madeira com dentes grossos. Então, deixa de manha! — ralhou a avó.

— Eu sei vó! Mas, mesmo assim, dói! Ainda bem que, depois do penteado pronto, eu me sinto bem! — disse a menina, com a cara de levada (Gomes, 2009, p. 6).

O tempo foi passando e Betina foi crescendo. Sua avó foi envelhecendo... envelhecendo... Um dia, a avó falou com a netinha:

— Betina, sinto que, daqui a pouco, vou me encontrar com nossos ancestrais.

— Quem são os ancestrais, vó? Ih! Acho que já sei, é gente morta, né?

— Mais ou menos querida! São pessoas que nasceram bem antes de nós e já morreram (Gomes, 2009, p. 14).

Se as avós e os avôs ou as pessoas idosas aparecem como aquelas que, numa posição de vulnerabilidade, necessitam de maiores cuidados, elas também são aquelas que, em contraponto, cuidam. Cuidam dos/as netos/as, de filhos/as e até de outros/as familiares. Muitas vezes, ocupam o lugar de provedoras financeiras de seus lares. Várias delas, principalmente as mulheres, envelhecem cuidando. Acredito que a aproximação entre a concepção de cuidado e a noção de trajetória é algo que pode adensar nossas compreensões sobre o tema. A reflexão caminha no sentido daquilo que Tronto (2007) nos propõe quando sugere trazermos a criatividade para esse debate. Segundo ela, é fundamental “[...] que pensemos mais

criativamente sobre como o cuidado pode tornar-se uma premissa fundamental, e não um fato lamentável, da sociedade democrática” (Tronto, 2007, p. 291).

Tratar o cuidado como um valor democrático e como processo educativo nos leva a outro debate bastante presente no campo feminista: a noção da vulnerabilidade como algo político (Debert; Pulhez, 2019). Se somos todas/os vulneráveis, isso significa que, para sobrevivermos, precisamos de uma rede complexa de relações atuando o tempo todo. Portanto, a visão binária ou o modelo dual do cuidado, organizado a partir da equação “quem cuida x quem é cuidado”, precisaria dar lugar a uma visão mais ampla e complexa, que observasse as variadas redes e arranjos que podem ser constituídos por diferentes sujeitos atravessados/as por diferentes marcações, além de ocupar variadas posições geográficas e sociais, articuladas a diferentes práticas educativas e políticas (pedagogias culturais, práticas curriculares, políticas educacionais, demais políticas sociais).

Quando situadas apenas na posição de sujeitos vulneráveis, as velhices passam a ser lidas com lentes patológicas, algo que se estrutura não somente por conta dos discursos biomédicos, mas também pelas práticas e discursos da cultura e outros campos de produção de conhecimento, como a educação. Se a pessoa idosa por vezes habita um lugar de maior vulnerabilidade devido aos atravessamentos e impactos naturais dos processos de envelhecimento, isso também nos atravessa em outros estágios da vida. Não tenho a intenção de lançar um argumento generalizante sobre esse aspecto; reconheço os diferentes graus e impactos produzidos pelas marcas etárias e sociais na vida das pessoas mais velhas. No entanto, deixar de reconhecer que também somos/fomos crianças, adolescentes, jovens, adultos/as vulneráveis seria negar uma realidade.

Os discursos médicos sobre a velhice, os artefatos culturais, os currículos, as práticas pedagógicas empreendidas em diferentes espaços de aprendizagem, todas essas redes de agentes atuam na

produção de pedagogias e na criação de técnicas de governo da velhice enquanto categoria. Os fragmentos que abrem esta sessão foram retirados do livro *Betina* (2009), escrito por Nilma Lino Gomes e ilustrado por Denise Nascimento (também é possível visualizarmos detalhes das personagens na Figura 5, mais à frente). Betina e sua avó protagonizam uma cena de cuidado que pode traduzir a vivência de muita gente, afinal, avós ocupam papel importante nas redes de suporte familiares. A cena coloca em relevo temas como o cuidado, a morte e aspectos da vivência afrocentrada que se diferem das narrativas protagonizadas por personagens idosas brancas.

Na cena temos avó e neta, ambas negras, num ritual de cuidado no qual uma trança os cabelos da outra. O tempo vai passando e a avó acha importante repassar seus conhecimentos de trancista, já que começa a sentir a morte se aproximando. O livro aborda o tema da morte com sutileza, articulando-o com a noção de ancestralidade. Na composição dessa bonita cena, acompanhamos o movimento de ensinar-aprender no qual a criança aparece como sujeito ativo na produção do conhecimento e entendimento do mundo. A avó não hesita em responder à pergunta da neta sobre quem são os ancestrais: “são pessoas que nasceram bem antes de nós e já morreram” (Gomes, 2009, p. 14), e, embora a personagem idosa apareça na posição de quem ensina algo, não observamos um caráter hierárquico — a avó ensina algo que aprendeu com a mãe dela, que aprendeu com a avó, e assim aquele saber foi sobrevivendo de geração em geração.

Ainda sobre o exercício de ensinar-aprender, não posso deixar de mencionar que, mesmo mobilizando outros repertórios culturais e históricos, essa narrativa se soma às demais obras nas quais a relação intergeracional entre crianças e idosos/as não abre espaço para pensar o compartilhamento de aprendizagens, ou seja, a gente não encontra nas histórias analisadas uma abordagem mais coeducativa, com cenas que retratem também as trocas que acontecem entre as diferentes gerações durante a convivência. O que aprendemos com

as crianças e as infâncias? Talvez fosse interessante uma narrativa que abordasse também essa perspectiva de trocas de conhecimentos entre as gerações.

Se histórias como a de Betina nos auxiliam a pensar o cuidado como uma premissa fundamental ou como valor democrático, como sugere Tronto (2007), não intencionamos conduzir a discussão para uma visão romântica ou que despolitize a questão. Sabemos que, para além da existência de micropolíticas de cuidado, aquelas que somos capazes de produzir em nossas relações de afeto e solidariedade, na prática, ainda precisamos enfrentar a problemática social do cuidado como trabalho (feminizado) compulsório da maquinaria colonial.

Nesse sentido, é importante mencionar que, em dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.069, que institui a Política Nacional de Cuidados. De acordo com o texto da Lei:

A Política Nacional de Cuidados é dever do Estado, compreendidos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências e atribuições, em corresponsabilidade com as famílias, o setor privado e a sociedade civil (Brasil, 2024, p. 1).

Os objetivos da Política se articulam a partir dos seguintes eixos: políticas de tempo (licenças maternidade, adoção, paternidade); políticas de recursos e benefícios (transferências monetárias); serviços (creches, serviços de formação de cuidadores/as, cuidados domiciliares); políticas de regulação e fiscalização (padrões de qualidade nos serviços de cuidados oferecidos por instituições, direitos trabalhistas) e políticas de transformação cultural — esta última prevê a inclusão do tema em programas educacionais, campanhas e debates públicos.

A ausência de uma política nacional de cuidados deixava um campo aberto para a ampliação das desigualdades de gênero, raça, classe, idade etc., pois um círculo vicioso se instaura a partir

da interação dessas diferentes marcações sociais, ampliando a precarização das vidas de alguns sujeitos. Dessa forma, podemos dizer que a instituição da referida lei aparece como um avanço importante, no entanto, ainda se faz necessária a elaboração de um Plano Nacional de Cuidados que estabeleça ações, metas, indicadores e instrumentos de avaliação, bem como previsão orçamentária para a execução de ações.

O MEDO DO SILÊNCIO DA AVÓ: TEMPO E MEMÓRIA

O medo do silêncio da avó. Essa é uma frase que me veio no encontro com o livro *O dia em que minha avó envelheceu* (Fidalgo, 2013). Essa obra, assim como *Bento vento tempo* (Gardel, 2024), *Memória de elefante* (Santis, 2023), *Guilherme Augusto Araújo Fernandes* (Fox, 1995) e *Cachinhos de prata* (Oliveira, 2017), abordam a questão da memória, ou os processos de adoecimentos que afetam e levam à perda da memória. São diferentes maneiras de tratar de um tema que, embora delicado, se configura como algo importante de ser trazido para o universo das infâncias. Precisamos falar sobre as dores, as angústias, a morte e outras questões mais sensíveis, no entanto, algumas vezes, o modo de dizer/contar pode reiterar aqueles estigmas que colocam a velhice como uma patologia. Penso ser o caso dos fragmentos abaixo:

Minha avó foi costurando tristezas, saudades e faltas. Por isso penso que ela envelheceu e foi envelhecendo. Havia momentos de comportamento estático, sem vontade de dizer nada. Neles, ela procurava seu rosto perdido no espelho da parede da sala. O silêncio tomou conta da palavra que ela falava [...]. Minha avó dormiu num canto de sua memória (Fidalgo, 2013, p. 23).

Os médicos diziam: É depressão... Melancolia... Tristeza... Mas agora, bem maior do que antes, eu penso que seja o envelhecimento... O desaparecer no mundo, num tempo sem cura que nos engole e devora (Fidalgo, 2013, p. 23, grifos da autora).

Nessa história, o processo de esquecimento da avó vai acontecendo aos poucos, logo após a morte de seu companheiro. A memória da neta narradora registra esse momento como aquele que marca o início dos episódios de esquecimentos, silêncios e tristezas da avó, quando ela adormece num canto da própria memória. Embora a gente perceba a carga emocional da narrativa, aquela que atravessa familiares e redes de afetos das pessoas que adoecem das doenças do esquecimento, identificamos que a velhice é apresentada como uma patologia, é como se os “sintomas” — melancolia, tristeza, depressão — fossem da natureza do envelhecimento.

Na obra *Bento vento tempo*, de autoria de Stênio Gardel e ilustração de Nelson Cruz, conhecemos o vô Cacá e um pouco da sua trajetória:

Vô Cacá, menino, moço
Era ânimo e energia
Foi vencedor de repente
Tinha na voz alegria
Mas o tempo sem mesura
Lhe arrancou a melodia
Foi calando devagar
Sem querer se retraía
Foi murchando seu vigor
Sem querer enfraquecia
Dor maior devia ser
Perceber o que perdia
A casa ficou escura
Se areava facilmente
Da cozinha para o quarto
De outro cômodo recente
Paredes de labirinto
Se erguiam na sua mente

Então foi a vez dos nomes
 Vez de desaparecer
 Da vó Raimunda e dos filhos
 Dos irmãos a envelhecer
 Comigo foi coisa igual
 Vi meu nome perecer (Gardel, 2024, p. 6).

Figura 2 – Vô Cacá



Fonte: Gardel, 2014, capa e p. 3. Ilustrações de Nelson Cruz.

A metáfora do pássaro foi o modo de Stênio Gardel construir a narrativa sobre o vô Cacá, uma ficcionalização da história do avô do autor. O menino Bento vê o tempo passar e, aos poucos, vê as lembranças, os nomes, as histórias do avô voarem leve como um pássaro. A singeleza da narrativa em cordel vai mostrando os ires e vires das lembranças que ora voam, ora pousam no solo das memórias do vô Cacá. As rimas vão contando quem era ele, homem do campo, repentista, nordestino, trabalhador.

Mas, com as memórias esquecidas, Bento logo tem uma ideia: visitar o retratista do povoado. Ele era especialista em criar fotopinturas, ou seja, quando as lembranças se apagavam ou ficavam embaçadas, lá vinha o Mestre Jucê e a mágica acontecia — as imagens logo se recriavam. Entre retratos e pinturas, esquecimentos e lembranças, Bento constrói uma bonita parede de memórias para o avô.

Em *Guilherme Augusto Araújo Fernandes* (Fox, 1995), aproximamo-nos das vivências de pessoas que vivem em instituições de longa permanência para idosos (ILPI). O menino Guilherme Augusto mora ao lado de uma ILPI e convive com as/os moradoras/es. Na história, cada idoso/a tem uma característica diferente que marca sua personalidade: conhecemos o Sr. Silviano, que tocava piano, o Sr. Valdemar, que adorava remar, a Sr.^a Mandala, que andava com uma bengala, o Sr. Possante, que tinha voz de gigante e, por fim, conhecemos a Sr.^a Antônia Maria Diniz Cordeiro que, assim como ele, também tinha quatro nomes. A amizade entre o menino e a idosa ganha saltos no momento em ele descobre que a Sr.^a Antônia perdeu a memória, e a ludicidade da história se compõe nas tentativas que o menino faz para reunir objetos e elementos que pudessem trazer algum fio de lembrança para a idosa. Essa é a única obra de nossa curadoria que aborda as ILPI e, longe de lançar um dilema moral individualizante sobre o porquê de aqueles/as idosos/as viverem na instituição, mostra a existência das singularidades de cada pessoa que ali vive, bem como a relação intergeracional de amizade que há entre a criança e a Sr.^a Antônia.

A obra nos permite olhar para as ILPI e pensá-las como uma das políticas importantes para um Plano Nacional de Cuidado, pois a ampliação da oferta e do acesso às ILPI também é uma questão de justiça social. Muitas são as camadas de desigualdades que atravessam as experiências de envelhecer e, embora as obras não aprofundem as trajetórias das personagens, deixam espaço para imaginarmos que, a depender de onde vivem, da classe social na qual se situam, do gênero e da orientação sexual, todas essas questões aqui problematizadas ganham diferentes configurações.

Figura 3 – Guilherme Augusto Araújo Fernandes e Cachinhos de prata

Fonte: Fox, 1995, p. 24, ilustração de Julie Vivas; Cunha, 2017, ilustração de Rui de Oliveira.

Na Figura 3, ao lado de Dona Antônia e Guilherme Augusto, temos a personagem da obra *Cachinhos de prata* (Cunha, 2017). Nessa obra, a ilustração demarca uma idosa, de idade mais avançada, com cabelos brancos, rosto e mãos bastante enrugados e olhos distantes, de quem já não se lembra mais dos/as netos/as que a visitam periodicamente. As ilustrações que trouxemos ao longo do capítulo, assim como o texto, contam e comunicam a história, trazem intencionalidades, produzem sentidos sobre a velhice, a infância etc. E no caso dessa personagem, talvez o aspecto fraturado da imagem tenha sido o modo escolhido pelas autoras para construírem a representação do esquecimento e do adoecimento da personagem. As imagens, os textos das histórias e até os silêncios entre uma linha e outra sempre nos contam alguma coisa.

VELHICES PARA ALÉM DAS AVOSIDADES

Quando envelhecer não é sinônimo de avosidade, o que temos? Essa foi uma questão que atravessava nossos caminhos sempre que conhecíamos uma nova personagem avó/avô. Nos fez pensar sobre outras representações da velhice e querer encontrá-las. Algumas personagens convidam à desnaturalização da velhice como sinônimo de avosidade, afinal, muitas pessoas idosas são avós/avôs, mas muitas/os avós não são pessoas idosas. Temos, portanto, mais possibilidades do que aquelas trazidas e ilustradas em várias das obras que compõem nosso escopo de pesquisa. A Figura 4 nos permitirá conhecer algumas obras e personagens que performam a velhice fora do enquadre familista normativo.

Figura 4 – Dona Sofia, Sr. Rabuja e a Velhinha que dava nome às coisas



Fonte: Neves, 2025; Feth, 1996, ilustração de Antoni Boratynski; Rylant, 1997, ilustração de Kathryn Brown.

As imagens que compõem a Figura 4 são das obras *A caligrafia de Dona Sofia* (Neves, 2021), *O catador de pensamentos* (Feth, 1996) e *A velhinha que dava nome às coisas* (Rylant, 1997). Dona Sofia, uma professora aposentada; Sr. Rabuja, um idoso que vive sozinho em sua casa rodeado por pensamentos que ele colhe todas as manhãs pela cidade e, na sequência, planta em seu jardim; e a velhinha que, após perder todos os amigos, vive sozinha em sua casa e dá nome às coisas que a rodeiam — seu carro se chamava Beto, sua poltrona era Frida, sua cama era Belinha, sua casa era Glória.

Nas três obras, a solidão é um ponto a ser problematizado. Será que, para aqueles/as que não habitam o enquadre normativo da família cisheteronormativa, só restaria viverem a vida sozinhos/as? Será que não ter filhos/as e netos/as é uma sentença de solidão? Cada enredo nos oferece uma resposta para essas questões. O Sr. Rabuja nos inquieta logo de início, porque seu nome nos faz pensar se essa nomeação diz respeito à expressão rabugento, muitas vezes atribuída às pessoas idosas no sentido de qualificá-las negativamente. Apesar do nome, a personagem tem um importante trabalho: coletar e depois semear os diferentes pensamentos (alegres, tristes, inteligentes, feios, brilhantes, caóticos etc.) para que não fiquemos fadadas/os a pensarmos sempre da mesma maneira.

Em *A velhinha que dava nome às coisas*, a solidão da personagem é interrompida com a chegada de um cachorro que todas as manhãs aparece em seu portão em busca de comida. Embora tenha afeição pelo cachorro, ela não consegue lhe dar um nome porque tem medo que ele também a deixe, por isso, ela só nomeia objetos que pensa serem mais duráveis que ela. Mas a história segue seu curso, o cachorrinho vai ganhando espaço na vida da idosa e, de mansinho, vai ficando em sua vida. Foi a única história que trouxe as espécies companheiras como figuras importantes nos cotidianos e nas vidas não só das pessoas idosas, mas de muitas/os de nós. A Velhinha que dava nome às coisas decide chamar o cachorro de Sortudo e, a partir desse momento, deixa de estar só.

Por último, temos Dona Sofia, uma professora aposentada que escreve e espalha poesias pela casa e pela cidade. A solidão dá espaço para as palavras e a casa da idosa fica repleta de fragmentos de poemas por todos os lados. Quando já não há mais espaço, ela decide espalhar cartões poéticos pela cidade, assim poderia continuar fazendo aquilo que gosta e os poemas seriam um convite às pessoas para que se abrissem ao sonho. Dessa empreitada nasce uma amizade, e talvez um algo mais, com o carteiro Ananias, encarregado de levar as correspondências. A poesia, a leitura e o interesse pelas plantas e por espalhar as palavras fazem de Dona Sofia uma senhora encantadora de mundos. São muitas as possibilidades para além das avosidades.

ABRIR ALAS À FANTASIA: VELHICES OUTRAS

Figura 5 – Doce Riacho e Betina



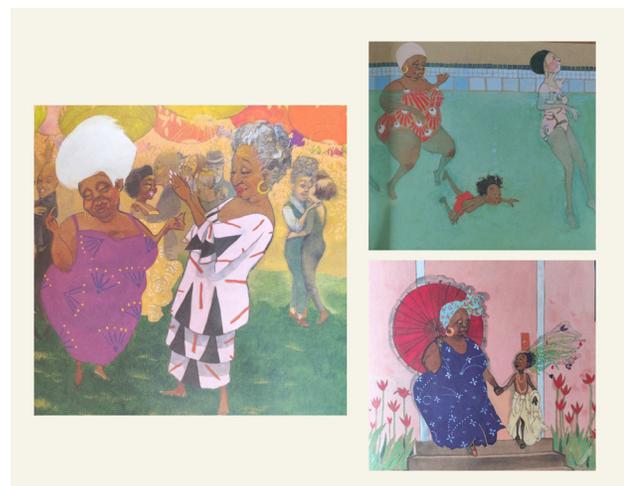
Fonte: Bernardes, 2019, p. 6, ilustração de Chris K.; Gomes, 2009, p. 7, ilustração de Denise Nascimento.

Figura 6 - Os dengos na moringa de voinha



Fonte: Fátima, 2023, p. 18 e 21.

Figura 7 - Julián e Vozita



Fonte: Love, 2023; Love, 2021.

Os livros infantis e a arte podem nos oferecer outros paradigmas. Esse foi um argumento que apresentei no início dessa escrita no meu diálogo com bell hooks. Retomo esse ponto agora, antes de finalizarmos esse momento de troca. Em meio a uma rede de disputas pelo direito de significar (Meyer, 2014), uma espécie de geografia das ausências se configura diante de nós quando viramos as páginas de muitos livros. Mas, para percebermos isso, precisamos de repertório imaginativo. Mais do que olhar para as imagens das pessoas idosas que estão nas páginas, o desafio que se impõe é, justamente, buscar aquelas que estão ausentes das narrativas.

Como produzir e/ou cultivar outras sensibilidades? Como ampliar os sentidos da velhice buscando exercer ou colocar em curso a fantasia como um direito nos processos de (des)aprender ou ensinar-aprender? Nossas apostas têm sido feitas no campo das práticas educativas ou, talvez possamos dizer, no âmbito das ações micropolíticas nos cotidianos educativos. Como destacam Doll, Ramos e Buaes (2015, p. 11-12):

O trabalho educativo pode desconstruir o estereótipo da velhice como algo necessariamente vinculado à fragilidade, à pobreza e à vulnerabilidade, produzindo novas imagens e novos saberes em relação aos velhos. Atualmente, as identidades de gênero, sexualidades e etnia são temas centrais no campo da Educação. Em uma sociedade com rápido envelhecimento, onde até cinco gerações podem conviver numa mesma família, a constituição das identidades geracionais são problematizações imprescindíveis, que precisam entrar na pauta do debate educacional.

As figuras 5, 6 e 7 são, em ordem de sequência, de cenas dos livros *Doce Riacho* (Bernardes, 2019), *Betina* (Gomes, 2009), *Os dengos na moringa de voinha* (Fátima, 2023), *Julián é uma sereia* (Love, 2021) e *Julián no casamento* (Love, 2023). Essas obras imprimem nesse mapa de ausências outras expressões da velhice. As/os avós/avôs dessas obras são homens e mulheres negras/os,

representatividade que aparece em poucas obras e, não inocentemente, naquelas que são mais contemporâneas. Todas elas foram escritas e publicadas após o advento da Lei 10.639 (Brasil, 2003a), que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nas instituições de ensino do país.

Em *Os dengos na moringa de voinha* (Fátima, 2023), somos levadas pelos traços-palavras das autoras à casa-quintal de voinha; ali, encontramos a neta, o voinho e todos/as que compõem aquela comunidade (do baobá aos animais não humanos). A moringa é uma espécie de guardiã das memórias da personagem criança; ela abriga histórias ancestrais dos quilombos, dos quintais; é a testemunha das gingas malungas do voinho capoeirista. Traz infâncias, velhices, avós, narrativas referendadas nas histórias e memórias afro-brasileiras. Nas histórias *Julián é uma sereia* (2021) e *Julián no casamento* (2023), ambas de autoria de Jessica Love, Vozita é a avó do menino Julián e o acompanha em suas aventuras. A alteridade do menino ganha destaque nas sutilezas dos encontros e voos que faz junto da avó; o menino deseja ser uma sereia e tem seu sonho protegido pelo apoio e pela participação da idosa. Os dois transitam de mãos dadas pela cidade, colorindo o mundo com a diferença, dançam e celebram o casamento das amigas da avó (numa cena de casamento de duas mulheres), alargam nossos imaginários com pinceladas de aquarela no giro de cada página.

Nos bastidores da produção de uma ideia homogeneizante e universalista da velhice está o apagamento das experiências como essas narradas, de estéticas e histórias de outros envelhecimentos, entre eles o de pessoas dissidentes de gênero e sexualidades. Nosso mapa de ausências está repleto de imagens e possibilidades de narrar a velhice a partir da criação de personagens que abarquem outras expressões, por exemplo, idosos/as LGBTQIA+. Em nossas andanças, nos deparamos com apenas uma obra na qual as personagens avós são mulheres lésbicas. É possível conhecê-las na Figura 8:

Figura 8 – Minhas duas avós

Fonte: Teixeira, 2017.

Na história, a narradora nos conta que tem “[...] duas avós que moram na mesma casa, dormem na mesma cama, cozinham juntas, leem juntas e veem filmes juntas” (Teixeira, 2017, p. 2). Uma das avós, a de cabelo enroladinho, não bebe muita água, como os camelos, já a outra adora beber água — ela diz que tem um lago cheio de peixes dentro de si. As duas adoram viajar para uma casa nas montanhas e, embora façam muitas coisas juntas, elas são bem diferentes entre si. O livro é a ficcionalização da história das autoras e, diferentemente de todos aqueles que trouxemos no início da análise, intensificam a dimensão das singularidades e subjetividades das personagens idosas — elas gostam de doces, de beber água e de cuidar de plantas, assistem filmes, viajam para uma casa nas montanhas, descansam juntinhas numa rede só. Elas ampliam nossas possibilidades de imaginar outras velhices.

Pensando um pouco sobre as velhices LGBTQIA+, Henning (2017, 2020) destaca que a constituição da categoria, embora pouco difundida no contexto brasileiro, já está presente na literatura

norte-americana há pelo menos cinquenta anos; no Brasil, o interesse por estudos que interseccionam geração com gênero e sexualidade datam dos anos 2000 (Simões, 2004; Henning, 2008, Pocahy, 2011; Pocahy; Dornelles, 2017; Alves, 2010; Siqueira, 2004, 2009). Uma questão que emerge quando analisamos muitos desses estudos é: como construir outras referências e imagens da velhice se o curso da vida é atravessado por regulações e vigilâncias da cisheteronormatividade? E mais ainda: Como imaginar outras visibilidades diante da censura, do apagamento?

A pesquisa “Envelhecimento e cuidado LGBTI+” (Vieira, 2024), realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em parceria como o Itaú Viver Mais⁵³, traz dados importantes que indicam que há uma maior vulnerabilidade desse recorte da população em relação à construção de redes de suporte social, afetivo e econômico, e isso pode estar relacionado a maior dificuldade na manutenção de redes de apoio, sobretudo em decorrência do rompimento ou da fragilidade dos vínculos com familiares. A LGBTQIA+fobia que estrutura as relações sociais e atravessa muitas famílias gera impactos na produção de redes de cuidados para pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. A falta de instituições sensíveis ao acolhimento de pessoas idosas LGBTQIA+ e a invisibilidade das demandas dessa população nas políticas governamentais, como é possível identificar em documentos importantes, como o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003b), também agravam ainda mais as desigualdades e vulnerabilidades desse grupo populacional. Se sua trajetória é atravessada pela exclusão, pelo estigma, por preconceitos cotidianos, obviamente isso gerará impactos no envelhecimento e no acesso ao cuidado ou a políticas de cuidado (Pocahy, 2022).

A constatação da escassez de obras de literatura infantil com personagens LGBTQIA+, bem como de estudos e políticas que abarquem esse grupo social, produz alguns questionamentos importantes

e que permearam as discussões realizadas ao longo deste livro: quais as chances de uma vida longa para aqueles/as que nem existem? A regulação de nossas vidas está posta no silêncio, na ausência, nos não ditos e escritos. As personagens ausentes das histórias podem ser muitas, tantas quantas nossas imaginações nos permitirem compor.

CONTAR HISTÓRIAS (IM)POSSÍVEIS

Ao longo deste escrito, foram várias as vezes que afirmamos, com base em pesquisas e dados demográficos, que estamos nos tornando uma sociedade mais longa. Nosso desejo e empenho se deu no sentido de desenvolver um pensamento sobre as distintas formas contemporâneas do governo da velhice e, mais especificamente, convidar à reflexão colaborativa sobre as condições de acesso a uma vida longa. Ao longo das discussões apresentadas, demarcamos o lugar da Educação e das práticas educativas, pensando não somente na escola, mas nos diversos espaços da/cultura que contribuem para a produção, a condução e também a (re) invenção das concepções e entendimentos sobre os processos de envelhecimento contemporâneos.

Um ponto importante no debate sobre envelhecimento e que procuramos destacar ao longo deste capítulo foi a questão da produção de “universais”. Assumi o desafio, ao longo destas páginas, de provocar ou convidar a pensar sobre quem são os universais desse campo de discussão e, ainda que esteja trabalhando em diálogo com um material que é fragmento, acredito que foi possível chegarmos a alguns eixos em comum na reflexão. O olhar para esse pequeno acervo, ou balaio de histórias, permitiu que identificássemos alguns rastros de enunciações que, ao se repetirem e repetirem, intentam produzir um conjunto de verdades sobre o que é envelhecer ou ser idoso/a na nossa sociedade.

Nos rastros dessas representações universais, cruzamos com personagens idosas que nos convidam a adentrar suas casas, quintais e paisagens que estampam modos hegemônicos e padronizados de performar a velhice. A avosidade aparece como destino para a maioria das personagens — uma avosidade cisheteronormativa, classe média, branca e dedicada à casa e à família. Uma avosidade sempre carinhosa, protetora e com tempo livre para o exercício do cuidado. Uma avosidade feminizada. São avosidades, em sua maioria, não nomeadas, talvez para produzirem aquele efeito universalista da identificação — a avó e o avô como entidades fixas. E, naquilo que foge dessa representação, nos encontramos com algumas personagens idosas que vivem sozinhas, nomeando os móveis da casa, distribuindo pensamentos pela cidade. Algumas velhices são tratadas como rabugentas, outras são atravessadas por processos de adoecimento. Entre as idosas avós e as idosas que são chamadas de velhinhas, encontramos pontos em comum que nos sugerem que o lugar da velhice seria o espaço doméstico e as funções de cuidado. Poucas são as representações que nos permitem ao menos imaginar a velhice como uma instância que também é digna de futuros e de projetos de futuro.

Nos rastros das dissidências, são poucos os encontros que temos com as diferenças, mas eles inspiram e abrem espaço para imaginarmos mais. Avosidades negras, nordestinas, lésbicas. Uma avó de maiô na aula de natação. Um avô jogando capoeira. Uma criança *queer* que pode brincar e fantasiar de mãos dadas com a avó. Um avô que é um problema porque cultiva vegetais gigantes. Uma avó que é um problema porque quer viajar, se divertir, dançar. Uma idosa que espalha poesias pela cidade e vivencia os afetos da amizade além das rotas familistas. Duas avós que vivem juntas, veem filmes juntas e viajam para as montanhas. Cada narrativa apresenta muitas camadas que nos permitem ir além do dito, escrito e ilustrado, e esse movimento analítico, como tudo que fizemos ao longo deste livro, é sempre colaborativo. A cada leitura, a cada nova mirada,

avistamos outros pontos e outras interpretações. A literatura e a escrita nos convidam a outros saltos epistemológicos e, como nos provoca Mombaça (2021, p. 117):

Este texto é também um convite para a ocupação do espaço generativo do futuro com ficções potencializadas de outras formas de existência, corporalidades, coletividade e luta, que interajam de forma densa e concreta com o real, produzindo-o em direções tendencialmente desviantes dos projetos normalizadores de mundo.

As palavras de Mombaça fazem ecoar uma questão que foi central nesse debate: como construir aquilo que não conseguimos imaginar? A resposta não está dada, mas talvez o que construímos aqui nestas páginas seja um convite para que, por meio da literatura ou por outros meios, possamos, inspiradas em val flores (2022), abraçar a fantasia como elemento motor de articulação de mundos possíveis.

A literatura aqui mobilizada nos permitiu um passeio por décadas distintas. Cada obra, situada em seu próprio tempo e contexto, nos mostrou um dos cenários de constituição de retratos da sociedade e o quanto essas imagens podem se modificar com o passar do tempo. Ademais de um montante de narrativas que reiteram normas sociais, foi possível avistarmos os rastros de velhices outras, essas velhices abjetas, que não habitam as políticas governamentais, os currículos, que pouco habitam as artes e a literatura. Esses rastros finos mobilizam a produção de uma quantidade ilimitada de questionamentos: que imaginações críticas podemos produzir a partir desses outros visíveis? Quais políticas de resistência, ou seja, quais políticas monstruosas (Preciado, 2022) emergem dessas vivências/existências?

Esperamos ter balançado algumas das certezas desse “nós” universal sobre o qual falamos ao longo desse percurso. E não custa lembrar que esse “nós” sobre o qual tanto falamos é branco, cis-gênero, heteronormativo e engendra uma velhice enjaulada, ou um

projeto de sujeito e sociedade que sufoca (ou tenta sufocar) as existências dissidentes de gênero, sexualidades e até mesmo de raça e etnia. A sensação de sufocamento pode ser um bom exercício de imaginação para todas nós que aqui, juntas, buscamos possibilidades de (re)criação para as *performances* do envelhecer. Imaginar o inimaginável. Criar a partir do julgo social que nos lança ao território de um certo “ridículo do ser”, como nas velhices abjetas — as LGBTQIA+, negras, indígenas, macumbeiras, estranhas etc. Nos termos de Butler, a abjeção relaciona-se “[...] a todos os tipos de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Prins; Meijer, 2002, p. 161). Isso nos faz pensar que talvez nosso maior desafio seja justamente produzir movimentos de contraimaginações, a partir das “regiões sombrias da ontologia” (Prins; Meijer, 2002, p. 157).

Nas rotas de nossas imaginações, avistamos as velhices que dançam fora do compasso do baile-terceira-idade cisheteronormativo, branco, cristão e descambam pista afora em rodopios. Para além de um contexto sócio-político-econômico e educativo de escassez — que nos oferta imagens e narrativas únicas sobre a velhice —, apostamos na produção de sensibilidades que adentrem as práticas educativas e ousem recriar/imaginar/inventar coletividades outras, e quem sabe *queerizar* (estranhar) as velhices. Velhices que existem nos passos de uma dança monstruosa, aquela que pisa no pé, que se joga, que rebola devagarinho, a passos lentos na cara da norma.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea M. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 16, n. 24, p. 213-233, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000200010>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Trad. Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de dezembro de 2024.** Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamentos feminista negro:** conhecimento, consciência e política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEBERT, Guita G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2004.

DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques (org.). **Desafios do cuidado:** gênero, velhice, deficiência. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. Apresentação: educação e envelhecimento. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-15, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623652407>. Acesso em: 14 abr. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FEIJÓ, Janaína. Mães solo no mercado de trabalho. **Blog do IBRE**, Rio de Janeiro, 12 maio 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 12 maio 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.

FLORES, val. Fantasías de un conocimiento pegajoso. **Escritos Heréticos**, [s. /], 30 sep. 2022. Disponível em: <https://escritoshereticos.blogspot.com/2022/09/fantasias-de-un-conocimiento-pegajoso.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

FREITAS, Adriana Valéria da Silva; SOUSA, Carla. 20 obras com a temática do envelhecimento e da velhice para serem usadas em práticas de biblioterapia e mediação de leitura literária. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-20, 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso: 5 maio. 2025.

HENNING, Carlos E. **As diferenças na diferença**: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos idosos LGBT. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, 2017.

HENNING, Carlos Eduardo. O luxo do Futuro: idosos LGBT, teleologias heteronormativas e futuros viáveis. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, [s. /], n. 35, p. 133-158, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Meu crespó é de rainha**. São Paulo: Boitatá, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedoria prática. Trad. Bhuví Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos moradores 2020-2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEYER, Dagmar. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In*: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy A. (org.). **Metodologias pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUNHOZ, Estella Maria Bortoncello; BOHM, Verônica. A figura do idoso na literatura infantil: um comparativo entre as obras Guilherme Augusto Araújo Fernandes e Vó, para de fotografar! **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 44, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/17819>. Acesso em: 10 maio 2025.

POCAHY, Fernando Altair. **Entre vapores e dublagens**: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

POCAHY, Fernando Altair. Necrogerontologia à brasileira: clamores da/na diferença (geracional). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [Brasil], v. 5, n. 17, p. 35-52, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14736>. Acesso em: 11 abr. 2025.

POCAHY, Fernando Altair; DORNELLES, Priscila G. Gênero, sexualidades e envelhecimento: mapeando a pesquisa e a intervenção social LGBT no Brasil. **Journal of Studies on Citizenship and Sustainability**, [s. l.], v. 1, p. 124-138, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Trad. Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, p. 155-167, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 13 maio 2025.

RAMOS, Anne Carolina. O corpo-bagulho: ser velho na perspectiva das crianças. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 239-260, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/9354>. Acesso em: 26 abr. 2025.

RAMOS, Anne Carolina. Os avós na literatura infantil: perspectivas gerontológicas e educacionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 191-225, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623645343>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ROCHA, Késia dos Anjos. **Manifesta por uma educação sem juízo**: activismos das dissidências sexuais e de gêneros, censuras e educação. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2023.

SIMÕES, Júlio A. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. *In*: PISCITELLI, Adriana.; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio. (org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 415-447.

SIQUEIRA, Mônica S. **Sou senhora**: um estudo antropológico sobre travestis na velhice. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SIQUEIRA, Mônica S. **Arrasando horrores!**: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000200004>. Acesso em: 18 abr. 2025.

VERGARA, Luiz Guilherme. Curadoria Educativa: percepção imaginativa/consciência do olhar. *In*: CERVETTO, Renata; LÓPEZ, Miguel. **Agite antes de usar**: deslocamentos educativos, sociais e artísticos na América Latina. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018. p. 39-45.

VIANNA, Rachel de Sousa; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. Curadoria educativa de artes visuais: um processo de construção de parâmetros para os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. **ARS**, São Paulo, v. 21, n. 48, p. 301-350, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2023.178925>. Acesso em: 10 maio 2025.

VIEIRA, Priscila. **Envelhecimento e cuidado LGBT+**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2024. Disponível em: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-e-cuidado-lgbt/>. Acesso em: 10 maio 2025.

FONTES (OBRAS ANALISADAS)

BERNARDES, Gianinna Schaeffer. **Doce Riacho**. Ilustrações de Cris K. Maceió: Imprensa Oficial: Graciliano Ramos, 2019.

BRENMAN, Ilan. **Vô, para de fotografar!** Ilustrações de Guilherme Karsten. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

COLE, Babete. **Meu avô é um problema**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1994.

COLE, Babete. **Minha avó é um problema**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

CUNHA, Leo. **Infinitos**. Ilustrações de Alexandre Rampazo. São Paulo: Melhoramentos, 2021.

CUNHA, Leo. **Cachinhos de prata**. Ilustrações de Rui de Oliveira. São Paulo: Paulinas, 2017.

FÁTIMA, Ana. **Os dengos na moringa de voinha**. Ilustrações de Fernanda Rodrigues. São Paulo: Brinque-Books, 2023.

FETH, Monika. **O catador de pensamentos**. Ilustrações de Antoni Boratynski. São Paulo: Brinque-Book, 1996.

FIDALGO, Lúcia. **O dia em que minha avó envelheceu**. Ilustrações de Veruschka Guerra. São Paulo: Cortez, 2013.

FOX, Mem. **Guilherme Augusto Araújo Fernandes**. Ilustrações de Julie Vivas. São Paulo: Brinque-Book, 1995.

GARDEL, Stênio. **Bento vento tempo**. Ilustrações de Nelson Cruz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Betina**. Ilustrações de Denise Nascimento. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

LIMA, Paula Marconi. **Minha avó ia ao cinema**. Ilustrações de Lumina Pirlampus. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

LOVE, Jessica. **Julián no casamento**. São Paulo: Boitatá, 2023

LOVE, Jessica. **Julián é uma sereia**. São Paulo: Boitatá, 2021.

MURRAY, Roseana. **Colo de avó**. Ilustrações de Elisabeth Teixeira. São Paulo: Brinque-Book, 2017.

NEVES, André. **A caligrafia de Dona Sofia**. São Paulo: Paulinas, 2021.

REAGAN, Jean. **Como ser babá do vovô**. Ilustrações de Lee Wildish. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2013.

REAGAN, Jean. **Como ser babá da vovó**. Ilustrações de Lee Wildish. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

ROMAGNOLI, Marcelo. **A criança mais velha do mundo**. Ilustrações Camila Carrossine. São Paulo: Panda Books, 2013.

RYLANT, Cynthia. **A velhinha que dava nome às coisas**. Ilustrações de Kathryn Brown. São Paulo: Brinque-Books, 1997.

SANTIS, Paula. **Memória de elefante**. Ilustrações de Fereshteh Najafi. São Paulo: ÔZé, 2023.

TEIXEIRA, Ana. **Minhas duas avós**. São Paulo: Pólen, 2017.

ZIRALDO. **O menino e seu amigo**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

CONCLUSÃO:

VELHOS DESAFIOS, NOVAS PERGUNTAS

Fernando Pocahy

Késia dos Anjos Rocha

Thalles do Amaral de Souza Cruz

Nossas problematizações no curso desta publicação nos levam a (re)afirmar que a velhice, o envelhecimento e a longevidade se constituem como balizas sociopolíticas e culturais centrais no processo de democratização do país. Reconhecer a pluralidade de vidas e as condições para a sua existência é condição sem a qual não podemos perceber a cidadania plena. Ademais, o estatuto da vida longa pressupõe a garantia de direitos fundamentais em todos os ciclos vitais, o que pode nos indicar um outro horizonte para o reconhecimento da velhice, além de um antídoto contra a razão neoliberal que responsabiliza unicamente os indivíduos pelas suas vidas.

Envelhecer no Brasil é uma batalha. Muitos e muitas são aqueles e aquelas cujas trajetórias de vida são marcadas pela violência e pela exclusão. Por isso, a longevidade da população é uma questão de justiça social. O reconhecimento de percursos e condições sociais balizadas pela desigualdade é um importante sinalizador para nossos caminhos de pesquisa e intervenção. Ética-estética e políticas do envelhecimento nos interpelam constantemente sobre quem tem direito a uma vida em nosso país, nos diferentes ciclos geracionais. Essa é uma convocação para que possamos refletir sobre a longevidade como um importante efeito da democracia.

Os atuais estatutos social e cultural da velhice não nos deixam alternativa a não ser aquela de visitar constantemente

os termos nos quais determinadas vidas podem ser consideradas passíveis de viver. Os desafios para a velhice se constituem nessa perspectiva fundamentalmente na direção de uma ético-política e estética da existência, domínios esses que correspondem aos modos como nos relacionamos com os determinantes morais/sociais, quais respostas somos capazes de oferecer a partir das margens de liberdade que se apresentam a nós (condições sociais) e quais são os meios pelos quais seríamos capazes de endereçar nossas vontades e necessidades. O contorno dessa agonística nos oferece uma outra sensibilidade para com o mundo e a vida.

Mas essa outra sensibilidade é aprendida-ensinada a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais. Por isso, abordar o tema da velhice significa insistir para que o domínio de sua representação possa ser questionado. Ou seja, é preciso mover conjuntos de forças sociopolíticas e individuais para que os sentidos da velhice se tornem alargados, permitindo a um número cada vez maior de pessoas a garantia efetiva de uma vida possível. A educação ocupa lugar central nesse debate, a despeito do que percebemos quanto às negligências e o amplo desinteresse pela temática nesse campo. Estamos cientes de que qualquer imposição à abordagem do tema será um equívoco. No entanto, não podemos nos furtar de aproveitar as possibilidades traçadas em acordos e convenções globais e locais que convocam o campo educacional a mais este desafio.

Nesse sentido, salvo iniciativas na Educação de Jovens e Adultos (e, em alguns casos, Idosos/as) (EJA[I]), os currículos de cursos como a Pedagogia são predominantemente articulados a necessidades das infâncias e juventudes. Mas ainda que a velhice esteja presente, há desafios internos no campo educacional que comprometem a abordagem do envelhecimento. Esses desafios correspondem aos marcadores sociais da diferença, ainda muito pouco assumidos pelo campo educacional (mesmo em suas faixas geracionais privilegiadas). Adicionada à onda conservadora e às ofensivas de gênero, percebe-se pouca mobilização para a articulação

da diferença na compreensão das infâncias e juventudes — muito menos ainda se perceberá com a velhice.

No âmbito da formação em ensino superior, temos muito ainda que caminhar. A despeito da criação de cursos de graduação em Gerontologia e disciplinas específicas nas áreas da Saúde e do Serviço Social, a realidade curricular não reflete as demandas sociais da velhice. Como aponta Alexandre Kalache (já citado anteriormente), no âmbito da formação no ensino de saúde, são poucos os/as interessados/as em temas como geriatria e gerontologia, restando o desafio de que estamos formando jovens profissionais para a saúde materno-infantil quando a realidade demográfica nos aponta para outros caminhos.

Não será responsabilidade exclusiva da educação escolar resolver nossas questões com a velhice, tampouco a desigualdade de gênero e/ou a discriminação e o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, mas será essa uma importante instância por meio da qual poderemos problematizar não apenas a velhice como uma condição de vida, mas efetivamente tudo aquilo que estabelece as condições e (im)possibilidades para que alcancemos uma vida longa com dignidade. Discutir na escola e na universidade temas como gênero, sexualidade, raça, entre outros marcadores da diferença, é a condição para que possamos contribuir (e não assumir a responsabilidade única) para que infâncias, juventudes e vidas adultas possam ter assegurados direitos e respeito. Será a oportunidade de efetivamente assumirmos compromissos ético-políticos, e na ordem do conhecimento, para que todas as vidas tenham o direito à longevidade.

Da mesma forma, entendemos que programas e ações educativas (e em saúde) para a população idosa que se percebiam eficazes deveriam levar em consideração as diferenças e as realidades contexto-dependentes interseccionadas em suas práticas. Reconhecer a desigualdade racial e as normas de gênero e

sexualidade, entre outras formas de exclusão e violência, pode ser um passo importante para que as políticas públicas sejam efetivamente capazes de atender os anseios e necessidades da população de forma mais inclusiva e cidadã. As formas de governar são formas de subjetivar, modos de inscrever sentidos para a vida. Por isso, é preciso compreender que as políticas públicas se situam em um plano de intensa intervenção sobre os modos de vida, convocando os sujeitos a respostas sobre sua saúde, bem-estar, entre outras.

Nessa direção, interessa observar os compromissos de tais formas de governo com racionalidade político-econômica que pressupõe a menor presença do Estado e a maior responsabilização dos indivíduos sobre suas vidas. Com isso, estamos afirmando que os efeitos de uma racionalidade político-econômica como a neoliberal incidirá sobre os modos como cada um/a passa a perceber a si, muito mais pela via do cálculo de financeirização da existência (máximo de rendimento com o mínimo risco ao Estado), sem considerar elementos centrais na vulnerabilidade das pessoas, como o racismo, a heterocisnormatividade e o capacitismo. Além disso, pudemos notar como o processo de biomedicalização, ao transformar questões que até então eram do âmbito médico em questões morais, retroalimenta a lógica de responsabilização individual cara à racionalidade neoliberal — mas agora também sob o cálculo do aperfeiçoamento/aprimoramento do funcionamento orgânico. Dessa forma, a financeirização e o dispositivo biomédico da existência produzem uma pedagogia cultural capilarizada pelo tecido social, que, por sua vez, está pouco preocupada se tais lógicas venham a aprofundar ainda mais as imensas desigualdades sociais contemporâneas.

No âmbito das práticas culturais, pudemos observar que ainda persistem representações da velhice articuladas a ideais regulatórios de gênero e branquitude. Notadamente nos artefatos dirigidos às infâncias, raros são aqueles que ousam algum deslocamento face à hegemonia da heterocisnormatividade e da branquitude. A velhice como sinônimo de avosidade e as imagens de avós

e avôs coladas a registros normativos e sujeitas a códigos morais são bastante recorrentes. Quando reduzidas ao papel de avós/avôs, as pessoas idosas deixam de ser representadas em sua amplitude e pluralidade; têm suas individualidades e subjetividades simplificadas. Nos bastidores da produção das possíveis imagens da velhice nos artefatos endereçados às infâncias, a avosidade institui como norma oculta (ou talvez desnuda) intencionalidades e projetos de sociedade que reiteram modelos tradicionais de família e instituem regulações aos corpos, desejos e afetos dos/as idosos/as. As práticas culturais, sejam endereçadas ou não às infâncias, participam da produção de pedagogias que informam quem terá mais chances de uma vida digna e longa.

Em meio ao mapa das ausências que se apresenta, buscamos pelos rastros das velhices dissidentes. Essa busca nos permitiu encontrar brechas, linhas de fuga, insistindo em inscrever a diferença na agonística da velhice. Gênero e raça predominam nessa pluralidade de sentidos sobre a velhice ousada por alguns artefatos, da mesma forma que a ideia de avosidades conservadoras é questionada quando observamos a convivência intergeracional evocando encontros de diferentes modos de viver o gênero e a sexualidade, rompendo com a visão tradicional de que idosos/as são de outro tempo e não acompanham as transformações da atualidade.

No percurso que aqui fizemos, a arte nos ajudou a avistar alguns contornos do lúdico e do fantástico e reconhecê-los como elementos importantes na luta por uma vida digna. Alargar imaginários. Cultivar outras sensibilidades. Reconhecer o *status* político da fantasia na reivindicação das memórias esquecidas, das histórias não contadas, das trajetórias homogeneizadas.

Nossa participação no debate sobre velhice, envelhecimento e longevidade é situada e comprometida com a cidadania plena. A partir de um campo de problematizações específicos (articulando abordagens pós-estruturais, feministas-*queer*-interseccionais), nosso desejo

foi o de participar do debate público sobre o tema, ampliando o escopo da pesquisa e da intervenção. Revisitar as condições sociais e políticas para a efetiva garantia de uma vida na velhice constitui para nós um importante horizonte nessa empreitada.

Assim, no curso desta publicação, observamos com atenção os desafios da (des)articulação entre marcadores sociais da diferença para compreender a velhice. E, ao observar a diversidade sexual e de gênero, aqui nomeadas LGBTQIA+, procuramos compreender não apenas os efeitos normativos que estabelecem limites para uma existência, mas a resistência e a inventividade. Ao mesmo tempo que se afirmam limites, percebemos um giro político, cultural e epistemológico capaz de desafiar o atual estatuto normativo da velhice. Compreender os modos de vida na experiência dissidente é abrimo-nos à possibilidade de acompanhar outras perspectivas e sentidos para a própria velhice.

Em razão do exposto, ponderamos sobre a necessidade de novos estudos e pesquisas que possam orientar a intervenção social no campo do envelhecimento, observando tanto os desafios quanto as contribuições que se articulam a partir de uma abertura à diferença, aqui entendida como plano de expansão dos sentidos da existência e dos modos de participar da vida social — plano essencial para percebermos também as desigualdades.

Falar da e com a velhice exige o reconhecimento da pluralidade de linguagens e da impossibilidade de um significante universal. Enquanto pesquisadores/as e agentes de intervenção social, necessitamos revisar nossas metodologias, ampliar nossos repertórios analíticos, inventar ferramentas conceituais e práticas sensíveis à intersecção entre diferentes marcadores da diferença e condições de vida. Para isso, precisamos estar dispostos/as e sensíveis a acolher o que diferentes modos de chegar à e viver a velhice nos têm a dizer. Pensar no envelhecimento hoje é também imaginar e disputar futuros possíveis.

SOBRE OS AUTORES E A AUTORA

Fernando Altair Pocahy

Doutor em Educação e mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) junto à Faculdade de Educação. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS/UERJ), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Procientista (FAPERJ/UERJ), Coordenador do geni – estudos de gênero e sexualidade. Atualmente desenvolve a pesquisa “Educação para a vida longa: (des)articulações na diferença”, com o apoio do CNPq, FAPERJ e do programa Prociência.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0341333007755425>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647>

E-mail: fernando.pocahy@gmail.com

Késia dos Anjos Rocha

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestra em Educação (UNESP – Marília/SP), Graduada em História (UNESP – Assis/SP). Atualmente desenvolve o projeto “Velhice e envelhecimento: uma análise interseccional a partir dos artefatos culturais que atravessam as infâncias” em um pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), sob supervisão do Prof. Dr. Fernando Pocahy e com financiamento da FAPERJ.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1436867416280888>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1707-6007>

E-mail: kesiaanjos@gmail.com

Thalles do Amaral de Souza Cruz

Graduado e licenciado em História (UFRJ), doutor em Educação (UERJ). Atualmente desenvolve o projeto "Pedagogias culturais em intersecções com a diferença: uma análise a partir de programas e ações para a pessoa idosa no Rio de Janeiro" em um pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), sob supervisão do Prof. Dr. Fernando Pocahy e com financiamento do CNPq e da FAPERJ.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4299337907620544>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7025-6971>

E-mail: thallesamaral@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso 32, 34, 36, 38, 39, 41, 46, 50, 74, 76, 81, 84, 102, 129, 138, 139

ações 11, 12, 13, 14, 20, 22, 37, 41, 43, 47, 49, 60, 61, 73, 77, 79, 85, 87, 88, 90, 126, 135, 151, 156

atenção 15, 20, 32, 33, 38, 43, 46, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 95, 114, 119, 121, 154

avós 67, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 131, 135, 136, 137, 140, 145, 148, 152, 153

C

cuidado 11, 19, 20, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 48, 54, 55, 75, 89, 117, 122, 123, 124, 125, 138, 140, 143, 146

cultura 12, 14, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 37, 38, 39, 43, 45, 59, 65, 67, 71, 90, 95, 105, 116, 119, 120, 123, 136, 139

D

dados 10, 18, 29, 31, 32, 40, 68, 69, 114, 116, 138, 139

desafios 10, 11, 18, 19, 20, 33, 34, 35, 38, 40, 42, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 102, 106, 149, 150, 154

desigualdades 10, 11, 13, 18, 20, 30, 32, 35, 44, 48, 49, 76, 116, 125, 129, 138, 152, 154

direito 10, 18, 19, 20, 21, 25, 35, 36, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 55, 115, 119, 135, 149, 151

direitos 14, 30, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 48, 55, 91, 97, 125, 149, 151

discursos 15, 21, 22, 27, 36, 38, 54, 62, 63, 73, 74, 75, 76, 77, 86, 88, 97, 115, 123

diversidade cultural 20

E

envelhecer 10, 15, 16, 18, 22, 25, 26, 27, 37, 58, 59, 65, 91, 93, 96, 110, 119, 128, 129, 131, 139, 142

envelhecimento 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 64, 65,

66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 87, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 107, 108, 109, 112, 123, 127, 135, 138, 139, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 153, 154, 155

expectativa 10, 11, 13, 18, 24, 30, 31, 32, 35, 36, 40, 41, 46, 53, 55, 116

experiência 10, 21, 26, 28, 29, 31, 46, 62, 100, 103, 104, 107, 154

F

família 43, 62, 67, 114, 121, 132, 135, 140, 153

G

gênero 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 23, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 54, 67, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 86, 90, 96, 99, 100, 107, 108, 109, 115, 116, 125, 129, 135, 136, 138, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155

I

idosos 11, 12, 14, 19, 20, 24, 25, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 50, 52, 53, 57, 70, 71, 72, 73, 87, 89, 93, 98, 99, 113, 115, 120, 121, 124, 129, 136, 144, 153

inclusão social 20

infância 67, 104, 114, 120, 130

inserção 41, 42

L

livros 53, 104, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 117, 135, 144

longevidade 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 74, 92, 99, 114, 116, 149, 151, 153

M

memória 15, 35, 36, 68, 82, 84, 104, 109, 126, 127, 129, 143

P

políticas públicas 11, 13, 16, 20, 21, 30, 32, 33, 35, 37, 38, 49, 50, 51, 61, 62, 63, 72, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 95, 96, 97, 152

população idosa 11, 14, 18, 19, 40, 41, 42, 45, 57, 60, 61, 67, 71, 72,
73, 74, 77, 78, 80, 83, 84, 89, 90, 94, 97, 116, 151

práticas pedagógicas 123

Q

qualidade de vida 14, 19, 34, 50, 60, 62, 63, 73, 74, 75, 76,
80, 85, 97

S

saúde pública 87

sociabilidade 93, 146

T

trabalho 20, 24, 33, 34, 36, 39, 43, 46, 49, 50, 60, 96, 104, 108,
109, 115, 116, 119, 125, 132, 135, 143

V

velhice 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29,
30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46,
47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63,
64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 75, 76, 90, 92, 93, 94,
96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 112, 113, 114,
115, 116, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 130, 131, 135,
136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150,
151, 152, 153, 154

violência 10, 32, 35, 38, 46, 86, 99, 149, 152

www.PIMENTACULTURAL.com

ENVELHECIMENTO, GÊNERO E SEXUALIDADE

(micro)políticas
em educação e saúde

